



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Dissertação de Mestrado

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁGUAS
CLARAS/BRASÍLIA: uma leitura a partir da relação
contraditória entre capital e trabalho na
construção civil**

SÍLVIA SILVA CAVALCANTE LEITE

Brasília-DF
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dissertação de Mestrado

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁGUAS
CLARAS/BRASÍLIA: uma leitura a partir da relação
contraditória entre capital e trabalho na
construção civil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial. Linha de Pesquisa: Urbanização, Ambiente e Território.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Cony Faria
Cidade

SÍLVIA SILVA CAVALCANTE LEITE

Brasília-DF
2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ÁGUAS CLARAS/BRASÍLIA: uma
leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na
construção civil**

SÍLVIA SILVA CAVALCANTE LEITE

Banca examinadora

Profa. Dra. Lúcia Cony Faria Cidade – Orientadora
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Prof. Dr. Benny Schvasberg - Examinador externo
Universidade de Brasília – UnB / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
- FAU

Profa. Dra. Nelba Azevedo Penna – Examinador interno
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia – GEA

Profa. Ignez Costa Barbosa Ferreira – Suplente
Universidade de Brasília – UnB / Departamento de Geografia - GEA

Brasília-DF
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

LEITE, SÍLVIA SILVA CAVALCANTE.

Produção do espaço em Águas Claras/Brasília: uma leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na construção civil, 130 p., 297 mm, (UnB-IH-GEA, Mestrado, Geografia, 2009). Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

- | | |
|--------------------------------|---------------------|
| 1. Produção do espaço urbano | 2. Construção civil |
| 3. Trabalhadores da construção | 4. Águas Claras |
| 5. Brasília | |
| I. UnB-IH-GEA | II. Título (série) |

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LEITE, Sílvia Silva Cavalcante. Produção do espaço em Águas Claras/Brasília: uma leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na construção civil. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, 2009. 129p

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO AUTOR: Sílvia Silva Cavalcante Leite. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Produção do espaço em Águas Claras/Brasília: uma leitura a partir da relação contraditória entre capital e trabalho na construção civil.
GRAU/ANO: Mestre/2009.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado poder ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Sílvia Silva Cavalcante Leite

*Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.*

(...)

*Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
– Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.*

(...)

(Trechos de “Operário em Construção”,
Vinícius de Moraes).

Agradecimentos

Agradeço a Deus, o meu Norte...

À minha família - em especial à minha mãe e ao meu pai - que sempre esteve ao meu lado dando-me forças para continuar e entendendo as ausências em tantos momentos.

Ao Edney, meu noivo, por todo apoio e compreensão às ausências e angústias que pareciam intermináveis.

Aos meus amigos que me proporcionaram momentos de pausa para conversa e distração e, mesmo na minha ausência se mantiveram próximos.

Como é possível perceber, as ausências foram recorrentes entre aqueles que fazem parte da minha vida pessoal, não sendo possível expressar em palavras, na medida necessária, a minha gratidão.

Agradeço ainda aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram na realização desta dissertação. Sem eles, ela não teria se concretizado:

À professora Lúcia Cony, minha orientadora, que assumiu esse papel após um ano de mestrado, tendo contribuído sobremaneira para que a pesquisa se tornasse palpável. Sua disponibilidade e rigor metodológico foram importantes para que eu pudesse compreender e expressar minhas indagações de pesquisa e dar encaminhamento ao trabalho.

À professora Nelba Penna e à professora Ignez Barbosa, que através da disciplina Tópicos Especiais em Geografia, muito contribuíram para a compreensão do saber e do fazer geografia.

Ao professor Marcelo Mendonça da UFG/Catalão, que através da disciplina Trabalho, Movimentos Sociais e Gestão do Território nas Áreas de Cerrado, me ajudou a reorientar minha análise acerca da questão do trabalho no âmbito da Geografia. Além de ter mostrado os caminhos possíveis de produzir conhecimento que transponha os muros da academia.

A riqueza de conhecimento acadêmico e de vida proporcionados por esses professores, infelizmente não estão expressos nesta dissertação na medida em que fui tendo acesso aos mesmos, tendo em vista algumas limitações próprias e outras que se colocaram diante da realização da pesquisa. No entanto, essas contribuições continuarão comigo, nesse processo contínuo de (re)construção do saber para a vida pessoal, acadêmica e profissional.

Agradeço ainda aos companheiros de curso pelo auxílio em momentos diversos de realização do mestrado: Sílvio Romeu, Sueli, Karla, Dulciene, Roberto, Daniel, Marcelo, Simone e tantos outros, que compartilharam comigo as aflições e que me ajudaram de alguma forma durante esta fase da minha vida.

Devo um agradecimento especial aos alunos da graduação, Leonardo Rocha, Janaína Mourão e Lucas Grisólia, que à época do meu trabalho de campo estavam fazendo a disciplina Geografia Urbana, na qual realizei "Estágio

Docente”. Eles muito ajudaram na observação e aplicação dos questionários juntos aos operários da construção civil em Águas Claras. Ao Leonardo mais uma vez agradeço por ter me ajudado em vários outros momentos de realização das atividades de campo.

Ao CNPq pelo apoio financeiro à realização da pesquisa, elemento que foi essencial para o seu desenvolvimento.

À professora Marília Peluso, que nos últimos meses, como minha chefe, me liberou do trabalho várias vezes para que eu pudesse concluir a dissertação.

Ao Sílvio Heleno, meu colega de trabalho, que compreendeu e me apoiou fazendo o seu e o meu trabalho, em vários momentos, diante dessa fase de conclusão da dissertação.

Aos operários da construção civil, que se dispuseram a conversar e a responder aos questionários, sendo eles não menos importantes para a concretização da minha dissertação e para a minha formação acadêmica e pessoal.

Resumo

O espaço geográfico é prenhe de contradições, pois expressa e reproduz as contradições presentes na sociedade. No espaço urbano, os termos de materialização das contradições se constituem no desenrolar das estratégias e práticas dominantes de reprodução do capital e de manutenção do capitalismo. No processo de (re)produção do espaço urbano, orientado pela lógica do capital, temos então o acirramento da contradição entre valor de uso e valor de troca, entre capital e trabalho, entre riqueza e pobreza. Coerente com essa lógica, o processo de (re)produção do espaço urbano inclui a construção das bases materiais necessárias à reprodução da vida e ao modelo de sociedade historicamente constituído. Nesse processo, o trabalho se coloca como essencial e - na sociedade contemporânea - tem na construção civil, em última instância, um dos termos de comando do processo de trabalho e de realização das contradições entre capital e trabalho na edificação das formas urbanas. Nessa perspectiva, nos voltamos à análise da produção do espaço urbano, com enfoque sobre o papel desempenhado pela construção civil e, mais especificamente, à forma como a classe operária se integra nesse processo, além das repercussões socioespaciais daí emanadas. De forma controversa, os operários da construção civil são negados enquanto sujeitos no processo de produção do espaço, sendo submetidos a forte exploração, ao passo que o produto de seu trabalho alimenta a acumulação de capital. A partir da problemática exposta, o objetivo é analisar o processo de produção do espaço urbano a partir da relação entre capital e trabalho na construção civil. Considera-se, como recorte empírico, a Região Administrativa de Águas Claras, que se encontra em intenso processo de construção, orientado pela lógica de reprodução do capital imobiliário.

Palavras-chaves: produção do espaço urbano; construção civil; trabalhadores da construção; Águas Claras, Brasília.

Abstract

PRODUCTION OF SPACE IN ÁGUAS CLARAS/BRASÍLIA: a reading from the contradictory relation between capital and work in the civil construction

The geographical space is full of contradictions because it expresses and reproduces the contradictions present in the society. In the urban space, the terms of materialization of the contradictions constitute themselves in the unroll of the dominant strategies and practices of reproduction of the capital and the maintenance of the capitalism. In the process of (re)production of the urban space, guided by the capital logic, we have then the hardening of the contradiction between use value and exchange value, between capital and labor, between richness and poverty. Coherent with this logic, the process of (re)production of the urban space includes the construction of the material bases necessities to the reproduction of life and to the model of society historically constituted. In this process, labor puts itself as essential and – in the contemporary society – it has in the civil construction, in last instance, one of the command terms of the labor process and the fulfillment of the contradictions between capital and labor in the edification of the urban shapes. In this perspective, we turn to the analysis of the production of urban space with focus in the role played by civil construction and, more specifically, beyond the social-spatial repercussions originating from it. In a controversial way, the workers of the civil construction are denied as subjects in the process of production of the space, being submitted to strong exploitation, while the product of his/her labor has high capacity of capital accumulation. From the exposed problematic, we direct our analysis considering as empirical cut the Administrative Region of Águas Claras that is under an intense construction process, guided by the logic of the reproduction of the property capital.

Key-words: production of the urban space; civil construction; construction workers; Águas Claras; Brasília.

Lista de Mapas e Fotos

Mapa 1: Hierarquia Viária e Setorização – Região Administrativa de Águas Claras.....	79
Mapa 2: Distribuição da Renda Domiciliar Mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal – 2004.....	86
Fotos 1 e 2 – Edifícios em construção na área central de Águas Claras.....	82
Fotos 3 e 4– Propaganda e estande de venda de Imóveis.....	84
Foto 5 – Propaganda de venda de imóveis em prédio “residencial com serviços”.....	85
Foto 6 – Operários trabalhando em canteiro de obras de Águas Claras.....	91
Foto 7 e 8 – Trabalhadores de empresas prestadoras de serviço especializado em canteiro de obras de Águas Claras.....	103
Foto 9 e 10 – Trabalho de risco na construção civil.....	109

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1- Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal e nos ramos de atividade no trabalho principal no Brasil – 1999 (em %)	49
Tabela 2 - Assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal, por setor da economia – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2004-2007 (em %)	50
Tabela 3 – Rendimentos dos Ocupados na Construção Civil segundo Principais Ocupações Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/99	51
Tabela 4 - Idade Média, Média de Anos de Estudo e Taxa de Analfabetismo dos Ocupados na Construção Civil Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/99	52
Tabela 5 - Ocupados na Construção Civil, segundo Condição de Migração, Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/99	53
Tabela 6 - Desempregados com Experiência anterior e que tiveram a Construção Civil como último Trabalho e por Tempo Médio de Procura por Novo Trabalho	54
Tabela 7 - Estimativa do número de pessoas ocupadas e sua distribuição segundo setor de atividade econômica no Distrito Federal e por Grupos de Regiões Administrativas – 1994	75
Gráfico 1 – Taxa de rotatividade por setor de atividade no Brasil em 2007(%)	55

Lista de Quadros

Quadro 1 – Faixa etária.....	92
Quadro 2 – Estado Civil.....	92
Quadro 3 – Escolaridade.....	93
Quadro 4 – Local de moradia.....	95
Quadro 5 – Tempo de moradia na cidade onde vive atualmente.	96
Quadro 6 – Local de Nascimento.....	97
Quadro 7 – Motivo de vinda para o DF ou Entorno de Brasília	97
Quadro 8 - Motivo para residir na cidade atual	98
Quadro 9 – Tipo de moradia.....	99
Quadro 10 – Principais Problemas da Cidade de Residência.....	100
Quadro 11 – Tempo de Trabalho na Construção Civil.....	101
Quadro 12 – Tipo de Atividade da Ocupação Anterior.....	102
Quadro 13 - Tipo de Vínculo de Trabalho.....	104
Quadro 14 - Contrato de Trabalho com a Construtora.....	104
Quadro 15 – Tempo de trabalho na empresa.....	104
Quadro 16 – Função exercida no canteiro de obras.....	105
Quadro 17 – Horas trabalhadas por dia.....	106
Quadro 18 – Principais problemas enfrentados no canteiro.....	107
Quadro 19 - Disponibilização de EPI's aos operários.....	110
Quadro 20 - Realização de treinamentos e/ou curso de capacitação pela empresa.....	110
Quadro 21 – Rendimento Mensal.....	111
Quadro 22 – Filiação ao Sindicato da Categoria.....	112
Quadro 23 – Participação nas reuniões do sindicato por motivo de não participação.....	112
Quadro 24 – Tipo de transporte utilizado para ir e voltar do trabalho.....	113
Quadro 25 – Tempo médio gasto no dia no percurso casa/trabalho e vice-versa por local de moradia.....	114

Lista de Siglas e Abreviaturas

- APA** - Área de Preservação Ambiental
- AUB** - Aglomerado Urbano de Brasília
- BNH** - Banco Nacional de Habitação
- CEI** - Campanha de Erradicação de Invasões
- CLT** - Consolidação das Leis Trabalhistas
- COHAB** - Companhia Estadual de Habitação
- DF** - Distrito Federal
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- FGTS** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FII** - Fundos de Investimento Imobiliário
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- GDF** - Governo do Distrito Federal
- GEB** - Guarda Especial de Brasília
- IAP** - Instituto de Aposentadorias e Pensões
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- JK** - Juscelino Kubistchek
- Novacap** - Companhia Urbanizadora da Nova Capital
- PDOT** - Plano Diretor de Ordenamento do Território
- PEA** - População Economicamente Ativa
- PEOT** - Plano de Estruturação e Ordenamento Territorial
- Pergeb** - Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
- PIB** - Produto Interno Bruto
- Planidro** - Plano Diretor de Águas e Esgotos
- PND** - Plano Nacional de Desenvolvimento
- Polocentro** - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
- RA** - Região Administrativa
- RD** - Renda Diferencial
- RD-I** - Renda Diferencial - I

RD-II - Renda Diferencial – II

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

Terracap - Companhia Imobiliária do Distrito Federal

CBD - *Central Business District*

CF - Constituição Federal

RM - Região Metropolitana

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

MDE – Memorial Descritivo

PDL - Plano Diretor Local

EPI - Equipamento de Proteção Individual

SM – Salário Mínimo

STICMB - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	vi
Resumo.....	viii
Abstract.....	ix
Lista de Mapas e Fotos.....	x
Lista de Gráficos e Tabelas.....	xi
Lista de Quadros.....	xii
Lista de Siglas.....	xiii
INTRODUÇÃO	01
1. A (re)produção do espaço urbano.....	07
1.1. A produção do espaço.....	07
1.2. O espaço urbano e a (re)produção do capital.....	09
1.3. O papel do trabalho na produção do espaço.....	15
2. Industrialização, acumulação de capital e urbanização no Brasil	19
2.1. Condicionantes	21
2.1.1. O processo de urbanização e industrialização no Brasil	21
2.1.2. Da transição do Modelo de Acumulação Fordista ao Modelo de Acumulação Flexível no Brasil	28
3. A construção civil e o trabalho operário na produção do espaço urbano no Brasil.....	34
3.1. A Construção e o trabalho no Brasil: Uma breve leitura sobre o processo de mercantilização e proletarização na construção urbana.....	34
3.2. A Construção civil e o trabalho operário na sociedade urbana contemporânea	43
4. Brasília: da construção à consolidação do espaço contraditório.....	59
4.1. Produção do espaço urbano em Brasília na fase de Implementação (1956 a 1969).....	60

4.2. Produção do espaço urbano em Brasília na fase de Consolidação (1970 a 1985).....	65
7	
4.3. Produção do espaço urbano em Brasília na fase de Expansão (1986 a 2009).....	70
5. A produção do espaço urbano em Águas Claras.....	78
6. Condições de trabalho e de vida dos operários da construção civil de Águas Claras: Análise empírica.....	89
6.1. Procedimentos metodológicos.....	89
6.2. Descrição e análise dos resultados.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
Referências Bibliográficas.....	123
Anexos.....	131

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é preñado de contradições, pois expressa e reproduz as contradições sociais. No espaço urbano, os termos de materialização das contradições se constituem no desenrolar das estratégias e práticas dominantes de reprodução do capital (em diferentes escalas espaciais) e de manutenção do capitalismo. Com a reestruturação do sistema capitalista, nas últimas décadas, temos com o fortalecimento das estratégias de produção do espaço urbano como meio de acumulação, o acirramento da contradição entre valor de uso e valor de troca, entre capital e trabalho, entre riqueza e pobreza.

Nessa lógica, como parte do movimento de produção da cidade enquanto mercadoria, a construção civil assume papel de destaque e, por meio de suas atividades e produtos, que se incluem na lógica da produção imobiliária, contribui para acentuar as contradições socioespaciais nas cidades. Nesse sentido, nos voltamos à análise da produção do espaço, com enfoque sobre o papel desempenhado pela construção civil e, mais especificamente, à forma como a classe operária se integra nesse processo e às repercussões socioespaciais daí emanadas.

A dinâmica atual de produção imobiliária tem investido fortemente na construção de áreas habitacionais verticalizadas, que reproduzem alguns elementos do espaço urbano de forma privativa, cujo público alvo é a classe média e alta. Capazes de gerar acumulação extraordinária para diferentes grupos de interesse, esses empreendimentos são realizados, em contrapartida, com alto grau de exploração da classe trabalhadora. Expressão disso é o fato da força de trabalho da construção civil ser um dos extratos sujeitos às piores condições de trabalho e de vida na sociedade urbana.

Negado enquanto sujeito no processo de produção do espaço urbano, o operário da construção civil tem o seu ofício e a sua condição de existência definida, tanto pelos condicionantes históricos de formação da sociedade brasileira, dividida

entre privilegiados e explorados, quanto à forma como se delineou a lógica capitalista de produção do espaço. Sendo que o caráter de desigualdade é redefinido e redesenhado no tempo e no espaço pelos agentes sociais, no jogo de forças e de interesses, que privilegiam alguns grupos em detrimento da maioria.

Como parte do processo de formação de nossa sociedade, a urbanização e a industrialização nacional se realizaram sob o impulso das necessidades de expansão do modelo de acumulação fordista. Nessa dinâmica houve a associação e a acomodação de interesses entre os agentes capitalistas dos países desenvolvidos e a elite nacional, o que significou a preservação das desigualdades socioespaciais nacionais. Orquestrada por agentes e processos semelhantes, a modernização do campo veio acentuar a lógica dual de conformação do espaço urbano brasileiro.

Brasília nasce desse processo, logo reproduzindo as desigualdades socioespaciais da nação, que a princípio o discurso dominante camuflou. Do conflito entre interesses dominantes em escala local e as necessidades da população pobre, dentre as quais as dos trabalhadores da construção civil, a cidade e o seu entorno foram se constituindo com forte caráter segregador, que tende a se reproduzir até os dias atuais.

Dando continuidade a esse processo, nos últimos anos, tem-se o movimento de intensificação do papel da cidade e da produção do espaço urbano para a acumulação do capital. Assim sendo, ao mesmo tempo em que essa lógica gera riquezas e renova as formas de domínio do espaço por alguns, apontam para a intensificação da destituição do direito à cidade para parte significativa da população.

Nesse movimento contraditório de realização do espaço urbano em suas formas e estruturas, sabemos que o trabalho humano é condição essencial. E aí também a contradição está posta, tendo em vista o caráter de intensa exploração do trabalho do operariado de base empregado na edificação urbana e, dialeticamente, os limites de apropriação desse espaço pelos mesmos trabalhadores.

No Brasil, nas últimas décadas, a adoção de estratégias como a articulação com o setor financeiro para captação de capitais (por agentes imobiliários), a adoção

de sistemas construtivos de maior produtividade (pela construção civil) e a flexibilização das relações de trabalho no setor têm sido desenvolvidas como parte da reformulação do setor imobiliário, num contexto de expansão do sistema financeiro e de reestruturação produtiva. Essa dinâmica vem acentuar a capacidade de acumulação por um lado, e a exploração e precarização da força de trabalho por outro, fatores necessário à própria acumulação.

Em Brasília, algumas construtoras, de forma isolada ou em associação com empresas estrangeiras, têm seguido tendências semelhantes. Um exemplo em que essas tendências se mesclam a processos tradicionais está em Águas Claras, uma das Regiões Administrativas (RA's) da capital nacional, que se encontra em intenso processo de construção. Destinada à população abastada, a produção do espaço vem sendo orientada pela lógica de “realização da cidade enquanto mercadoria” (CARLOS, 2005).

A partir dessa perspectiva, essa RA se constituiu como um forte atrativo para investimentos imobiliários, tendo por isso, assumido a posição de um dos maiores canteiros de obras do Brasil. Concomitantemente a isso, o trabalho nesses canteiros é intenso e extenuante, vindo à tona como facetas de um conteúdo complexo e contraditório, que permeia a produção do espaço *strictu sensu*.¹ Logo, havendo a necessidade de desvelá-lo em sua totalidade.

Nessa perspectiva, temos como objetivo geral analisar o processo de produção do espaço urbano a partir da relação entre capital e trabalho na construção civil. Buscando contribuir nesse sentido, e considerando como recorte espacial de análise a Região Administrativa (RA) de Águas Claras, intimamente vinculada aos processos socioespaciais de Brasília, surgem então algumas indagações que dão suporte à pesquisa:

¹ Entendemos que a produção do espaço resulta dos processos de produção e reprodução da sociedade. Esse movimento inclui entre outros fatores, a construção das formas geográficas, esta entendida como produção do espaço *strictu sensu*. Sendo a mesma, condição essencial para a (re)produção da sociedade.

- 1) Como a relação entre condicionantes estruturais e socioespaciais locais define a produção do espaço urbano em Brasília?
- 2) Qual o papel de agentes públicos e privados na produção do espaço em Águas Claras?
- 3) Como as estratégias de reprodução do capital imobiliário vão permear as condições de trabalho e de vida dos empregados da construção civil de Águas Claras?

Para atender ao objetivo geral e responder às questões de pesquisa é preciso fazer uso de uma fundamentação teórico-metodológica, que tem o potencial de orientar a análise e contribuir para a explicação da realidade estudada. Temos que a escolha do método de investigação está relacionada aos preceitos filosóficos e posicionamento político do autor.

Logo, a partir da escolha do método de investigação e das concepções teóricas empregadas, realiza-se a apreensão da realidade sob determinada perspectiva. Entendemos que o conhecimento produzido nesse percurso relaciona-se a uma realidade complexa e em constante movimento, por isso não podendo ser apreendida de forma absoluta e definitiva.

É importante ressaltar ainda que, como fruto da relação entre sujeito e objeto, o conhecimento não é neutro, “está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 1995, p.79). Por isso, o conhecimento pode contribuir para desvelar a realidade, mas também pode servir para mascará-la e legitimá-la.

Nesse sentido, buscamos contribuir para o desvendamento dessa lógica, uma vez que não basta saber que ela existe, é preciso apreender seu conteúdo e entender como ela funciona, quais são suas contradições. Isto é importante para a não legitimação ideológica da ordem vigente, embora por si só isso não seja o bastante. Com base nessas considerações, buscamos responder às indagações de pesquisa sob uma perspectiva dialética, orientada principalmente pela utilização da categoria “produção do espaço”.

De acordo com Lukács (*apud* OLIVEIRA Jr, 2008), a totalidade concreta é a categoria fundamental da realidade, pois cria as bases necessárias para estabelecer uma verdadeira crítica da realidade e assim pensar sua transformação. É possível então, através da totalidade concreta, transcender o observado imediatamente:

onde se incluem as diversas formas como o espaço se organiza, o seu (re)arranjo, que não fazem referência concreta às relações que o produziram, nele se estruturam e se reproduzem, reproduzindo os processos sociais compreendidos no movimento da totalidade social (OLIVEIRA, *Idem*, p. 32)

Reconhecemos as dificuldades de apreensão da totalidade que envolve o processo de produção do espaço a partir da articulação controversa entre agentes do capital imobiliário e trabalhadores da construção. Entretanto, acreditamos ser esse o caminho necessário para um entendimento aprofundado dessa relação e de suas implicações socioespaciais. A escolha de Águas Claras como recorte espacial de análise deve-se à posição de destaque que a mesma vem assumindo na Capital Federal como exemplo da força do capital na produção imobiliária, concomitante à sua capacidade de exploração e de sujeição do operariado da construção aos ditames desse processo.

Em Águas Claras, o recorte espacial de análise consiste de parte dessa RA que vem se consolidando como espaço residencial verticalizado, localizado em seu centro. Essa escolha deve-se ao fato dessa localidade comportar uma intensa atuação de agentes imobiliários na realização de empreendimentos de alta capacidade de acumulação de capital e, conseqüentemente um grande número de trabalhadores recrutados para a mediação desse objetivo. Por isso, favorecendo a observação e análise proposta. O estudo empírico foca na problemática da inter-relação entre condições de trabalho e de vida dos operários da construção civil de Águas Claras.

Como uma primeira condição de apoio à pesquisa, utilizamo-nos de material bibliográfico de bases teórico-metodológicas sobre a produção do espaço urbano na sociedade capitalista e sobre o tema do trabalho, naquilo que se relaciona à

produção do espaço. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram definidos os seguintes procedimentos, associados a cada questão de pesquisa.

- A resposta à primeira questão (que trata da relação entre condicionantes estruturais e socioespaciais locais na produção do espaço urbano em Brasília), envolveu pesquisa bibliográfica e consulta a dados secundários sobre a urbanização e industrialização nacional e outros, relacionados à questão urbana e do trabalho, no âmbito da produção do espaço urbano na sociedade brasileira;
- A segunda questão de pesquisa (que se refere ao papel de agentes públicos e privados na produção do espaço em Águas Claras) foi tratada através de pesquisa bibliográfica e documental para caracterização e análise da atuação dos agentes sociais da gestão e produção do espaço urbano em Brasília;
- A análise referente à terceira questão de pesquisa (que trata sobre como as estratégias de reprodução do capital imobiliário vão permear as condições de trabalho e de vida dos empregados da construção civil de Águas Claras) se constituiu de pesquisa bibliográfica, consulta a dados secundários e pesquisa empírica em Águas Claras, com foco nos trabalhadores da construção civil. Para isto, foi necessária a realização de saídas de campo para a realização de observação direta e aplicação de questionários junto aos operários da construção civil da RA.
- Como um procedimento importante para a apresentação dos dados secundários e empíricos coletados em campo, tivemos a confecção e/ou reformulação de material gráfico (mapas, tabelas e quadros) utilizado de acordo com a pertinência entre os capítulos 3 e 6 da dissertação.

Para subsidiar a compreensão dos processos em análise, segue o capítulo teórico.

1. A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1 A produção do espaço

Considerando que na presente pesquisa é importante apreendermos o conteúdo presente no processo de concretização de elementos do espaço geográfico, adotaremos como categoria de análise a **produção do espaço**. Estudar o espaço urbano a partir da sua produção permite um entendimento mais profundo sobre os elementos e processos que aí se articulam e sobre como isso se realiza para (re)produzir um modelo de sociedade. Nesse sentido, o estudo passa pela apreensão da materialização das relações sociais no espaço. Adotado esse caminho de análise, torna-se possível desvelar as contradições que se constituem durante tais processos, e que servem à própria manutenção do sistema.

Lefebvre (2008, pp. 38-39) aponta para a importância da construção do conhecimento sobre o espaço social no sentido de desvelá-lo:

(...) se há um sistema é preciso descobri-lo e mostrá-lo, ao invés de partir dele (...). Por que este preâmbulo? Porque é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema, precisamente quando não se pode deduzi-lo desse sistema, dessa lógica, dessa totalidade. É preciso, ao contrário, mostrar sua função nesta perspectiva (prática e estratégica).

Entende-se a partir da fala do autor, que a análise que parte do próprio sistema já está fadada a legitimá-lo, ao pressupô-lo. Logo, está fadada a dar-lhe força por velar os processos, as estratégias e práticas que se articulam para sua (re)produção.

Entendendo que o espaço produzido tem funções que se materializam a partir de estratégias e práticas, vem à tona que o mesmo é estruturado e planejado de

acordo com as forças políticas, econômicas e sociais que pressionam a sua formação. Portanto, os interesses dominantes em determinada época e território irão prevalecer na sua produção (FERREIRA, *mimeo*, s/d).

Logo, a produção do espaço está intrinsecamente relacionada ao modo de produção dominante em determinada época e lugar. No âmbito do capitalismo, o espaço urbano constitui-se então como um dos condicionantes de reprodução desse sistema, por isso, este assume um papel determinante na configuração das cidades.

Dessa forma, é necessário considerar como o modo de produção dominante orienta a produção do espaço. No entanto, tal perspectiva não prescinde da análise das especificidades da formação urbana estudada, tais como as práticas sociais que se materializam espacialmente na relação com o contexto social e histórico de sua produção.

Corrêa (1989, p. 11), aponta que:

(...) o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes (concretos) que produzem e consomem espaço. (...) os agentes desse processo são: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos.

Estes seriam considerados agentes na produção do espaço, tendo em vista que têm um papel definidor, de comando nesse processo, que se explica pelo poder econômico e político que possuem – exceto para o caso dos grupos excluídos. Para estes, as necessidades e os limites de sua satisfação, dados pela lógica do mercado, impõem as condições de produção do espaço para a reprodução da vida.

Corrêa (1989, p. 12) chama atenção para o fato de que:

a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista, que é o da reprodução das relações de produção,

implicando na continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar conflitos de classe.

O espaço tem um caráter estratégico e crucial enquanto instrumento para viabilização de tais propósitos, uma vez que o mesmo se constitui como resultado e condicionante de processos socioeconômicos e culturais. Não é por acaso que o espaço é “condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos”, como apontado por Santos (1986, p. 139).

1.2 O espaço urbano e a (re)produção do capital

“Haveria no mundo uma porção de espaços geográficos. Seriam os espaços resultados – estes são espacializados – os lugares, o chão construído. Para nós, mais importante do que eles é a materialidade das relações que estão nesses resultados e ao mesmo tempo vêm e estão em vários lugares. O que significa dizer que tudo o que se passa num lugar, não morre nele, não se esgota nele” (SILVA, 1991, p. 8).

Entendemos que para apreendermos o espaço urbano e suas contradições é necessário descobrir qual a lógica que rege a sua formação. No âmbito da paisagem urbana, a análise do conteúdo e dos processos imbricados na construção de seus elementos e formas, e no caso em estudo, o conteúdo que as antecipa e as objetifica pode nos dizer muito a respeito da lógica que rege a (re)produção do modelo de sociedade num dado momento histórico.

E com esse intuito torna-se necessário considerar que a estruturação do espaço urbano, de modo geral, e de suas formas de modo específico, não se explicam coerentemente no nível do imediato. Sua materialidade envolve, como explicitado por Campos (1988, pp. 112-113), “o movimento dialético entre a razão estrutural e o conjuntural, representado pela prática dos agentes sociais diretamente

envolvidos com a formação do espaço urbano”, num processo de permanente ‘vir-a-ser’.

Tomando isso como pressuposto, torna-se necessário ao geógrafo desvendar a essência da paisagem. “O que se questiona aqui é de que maneira, *através e a partir da paisagem urbana*, pode ser percebido o movimento inerente ao processo de (re)produção espacial e seu conteúdo, isto é, como podemos entender a natureza da cidade”. (CARLOS, 2005, pp. 36-37)

Nessa perspectiva, como parte imprescindível ao que vem a se constituir enquanto formas geográficas está o trabalho, que irá assumir determinado caráter de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. No caso, como “formação espacial capitalista encerra em seu cerne a luta que travam o capital e o trabalho” (MOREIRA, 1980, p. 14). A respeito dessa afirmação, o autor discorre mais detalhadamente dizendo:

Primeiramente, porque através dos elementos extraídos à “primeira natureza” o que se garante não é a conversão da “dispensa primitiva” em meios de sobrevivência dos homens, mas a produção, sob a forma de matérias-primas brutas, de capital circulante. Em segundo lugar, porque através da geração de “condições de reprodução” o que se gera não são aquelas condições de continuidade sem as quais os homens não repetem com regularidade a produção dos meios de sobrevivência, mas capital fixo. Em terceiro lugar, porque através do uso desses meios de produção o que se está gerando não são meios de sobrevivência dos homens, mas mercadorias, veículos de transformação da mais-valia extraída daqueles que a produziram, em lucros. Em quarto lugar, por fim, porque através da reinversão da mais-valia expropriada em nova fase do processo de reprodução o que se produzirá não será o desenvolvimento econômico-social, mas a acumulação do capital (MOREIRA, *Idem*, p. 14).

Entende-se então, que o espaço produzido, como por exemplo, uma área residencial, se concretiza trazendo em seu cerne contradições sociais que se explicam pela natureza do trabalho sob as injunções do capitalismo. Como resultado dessa lógica contraditória, o espaço socialmente produzido é apropriado enquanto mercadoria, acessível de forma restrita e diferenciada a parcelas da sociedade.

Nesse sentido, através das garantias à propriedade privada e dos limites que esta impõe à apropriação igualitária do espaço socialmente produzido, tem-se então no meio urbano a materialização das desigualdades socioespaciais. Às populações de baixo poder aquisitivo geralmente estão destinados os espaços precariamente estruturados, que concentram toda a ordem de problemas, enquanto que para as classes abastadas são oferecidos, enquanto mercadoria, espaços residenciais com alto padrão de infra-estrutura e equipamentos urbanos, além de atributos de valor simbólico que motivam o seu consumo.

Coerente com essa dinâmica, a consolidação do espaço urbano enquanto mercadoria vem se ampliando e se fortalecendo, tendo em vista as novas possibilidades e estratégias oferecidas pela atual fase do capitalismo (global e flexível).

Segundo Lefebvre (2008, pp. 47-48):

A cidade tradicional tinha, entre outras, essa função de consumo, complementar à produção. Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve defender-se num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.

Concorda-se com a fala do autor, uma vez que esse “espaço inteiro” apropriado pelo capital tem como finalidade última a re-produção das relações de produção. Entende-se que nesse caminho as diferentes dimensões da vida e os espaços que aí se concretizam são capturados, e conseqüentemente lhes são conferidos um caráter de mercadoria, contribuindo assim para a (re)produção do sistema como um todo. As dimensões e elementos que constituem a reprodução da vida para além do trabalho são capturados e submetidos às relações de venda e compra.

Temos como exemplo dessa lógica, a atuação dos agentes imobiliários na produção de empreendimentos residenciais urbanos para a população abastada, que em suma não estão preocupados com o bem-estar necessário a reprodução da vida, com o direito à cidade. Ao contrário, tem como objetivo atender aos interesses dominantes e restritos de ampliação da acumulação de capital por meio das condições reais ou potenciais do espaço urbano.

As possibilidades oferecidas no espaço urbano para a acumulação de capital por meio do espaço construído podem ser melhor compreendidas por meio da **teoria da renda fundiária**. Os fundamentos teóricos para o entendimento do processo de valorização do solo urbano e de sua realização enquanto mercadoria estão assentados na discussão da renda da terra, empreendida por David Ricardo e posteriormente revista por Karl Marx. Essa teoria está voltada para a análise do campo, no entanto, tendo sofrido adaptações para o entendimento de sua lógica na cidade, conforme expresso por Carlos (2005)².

Um dos pontos polêmicos da teoria está no entendimento de que a terra não possui valor por não ser fruto do trabalho. Mas, em decorrência do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista a terra passou a configura-se como mercadoria. Nesse sentido, Carlos (2005) então escreve:

“o ‘solo urbano’ passa a ser definido em função das articulações com a totalidade do espaço; e seu processo de apropriação (através da terra matéria) marcará o fato de que o que realmente está sendo apropriado é o trabalho geral da sociedade contido na totalidade do espaço geográfico: apropriar-se de um lugar construído na cidade” (CARLOS, Idem, p. 53).

Portanto, através do trabalho social, à terra urbana serão acrescentadas as condições materiais necessárias à reprodução da sociedade, sejam elas as

² Existe um intenso debate acadêmico sobre a pertinência da adaptação dessa teoria para o espaço urbano, o qual não será tratado aqui, uma vez que foge aos propósitos da presente pesquisa. São apresentados apenas os princípios gerais de formação do valor da terra urbana, uma vez que o entendimento dessa lógica está na base do entendimento do processo de fragmentação e segregação urbana.

edificações com fins produtivos, com fins de moradia ou com outros objetivos que atendam às necessidades socialmente constituídas. Esse produto do trabalho, por não prescindir do solo como base de sua construção, estará a ele articulado sendo-lhes conferido um valor expresso monetariamente³.

O valor do solo urbano será estabelecido a partir da inter-relação entre as condições particulares que este apresenta, assim como daquelas materializadas pelo trabalho social no espaço geográfico em sua totalidade ou, ainda, pelas suas potencialidades futuras. No entanto, as contradições estão aí imanentes tendo em vista que a apropriação dos produtos urbanos socialmente construídos será mediada pela propriedade privada, como mercadoria.

Quanto aos tipos de rendas fundiárias, Marx distinguiu três, que se diferenciam entre si segundo o processo de formação. As mesmas estão apresentadas a seguir com base em Topalov (1979) e em Gonzales (1985):

- a) Renda Absoluta: resulta da diferença entre o preço da produção social de uma certa mercadoria num determinado setor de produção e o preço regulador do mercado (TOPALOV, 1979);
- b) Renda Diferencial: “resulta da desigualdade de produtividade do trabalho segundo as unidades de produção desde que esta desigualdade tenha por origem condições não reprodutíveis pelo capital” (TOPALOV, 1979, p. 66). Ou seja, esse excedente é gerado a partir da diferença entre preço de produção individual e o preço de produção social de certa mercadoria. Gonzales (1985) destaca dois tipos de Renda Diferencial (RD): A Renda Diferencial - I (RD-I), que provém da situação dos terrenos edificáveis e de suas condições materiais e técnicas de construção; e a Renda Diferencial – II (RD-II) gerada através do zoneamento urbano. Esta está atrelada aos outros elementos urbanos do espaço circundante, que irão valorizar o terreno;

³ Ao contrário dos produtos imóveis edificados na terra urbana, no solo rural “os bens produzidos se libertam fisicamente do solo, para ir ao mercado, e o solo fica disponível para uma nova produção”. (GONZALES, 1985, p. 101)

- c) Renda de Monopólio: resulta das condições de raridade do solo, de suas qualidades extraordinárias que permitem obtenção de preços de monopólio por aqueles que detêm tais terrenos. “Para as variações do preço concorrem a oferta e a procura e o valor de uso, condições prévias do valor mercantil.” (GONZALES, 1985, p. 104)

Em suma, diferentes estudos apontam que a Renda Fundiária Urbana se constitui como fator central na configuração estratificada e segregada das cidades, que expressa a Divisão Social do Espaço Urbano (GONZALES, 1985). Isto porque os proprietários de terras, os agentes da produção e da distribuição dos imóveis urbanos irão atuar no sentido de auferirem uma maior medida possível dessas Rendas, segundo as condições de sua realização, o que irá se refletir no preço dos terrenos e imóveis oferecidos no mercado. Em contrapartida, boa parte da população não possui poder aquisitivo suficiente para adquiri-los, sobrando-lhes os espaços piores qualificados de infra-estrutura, equipamentos urbanos e, principalmente, aqueles não interessantes a reprodução do capital em determinado momento.

Entre as estratégias para a maximização dos lucros nesse setor, observa-se, a articulação entre mercados de capitais⁴ e o mercado imobiliário, que na contemporaneidade aumentam a capacidade de acumulação através dos espaços geográficos socialmente produzidos.

A apropriação pelos agentes imobiliários das possibilidades oferecidas pelos atributos do capitalismo, na fase de acumulação flexível - para a produção de novos empreendimentos nas cidades - se articulam ao tradicional papel do trabalho como meio de extração de mais-valia, a partir do qual o espaço produzido, ou em vias de

⁴ Através de Fundos de Investimento Imobiliário (FII) (Lei 8.668, de 1993) capta-se recursos financeiros junto a bolsas de valores para a realização de investimentos imobiliários. A operação consiste, de modo geral, em lançar cotas – que se configuram em valores mobiliários no mercado de capitais, as quais são adquiridas por investidores (fundos de pensão, investidores estrangeiros, pessoas físicas) que participam da distribuição dos resultados através da venda dessas cotas. Portanto, os FII's aparecem como uma estratégia comum entre o mercado de capitais e o setor imobiliário para a dinamização de ambos, na medida em que é desenvolvida uma integração do mercado imobiliário ao mercado de valores mobiliários, isto é, financeiros (VOLOCHKO, 2005).

construção, terá sua valorização maximizada ao ingressar no mercado financeiro como cotas de ações.

E nesse “longo” e acelerado percurso, porque favorecido pelo meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), tem-se então, uma intensificação da alienação do homem em relação ao produto de seu trabalho. A esse respeito Santos (2007, p. 29) discorre:

À medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador, o beneficiário. A intensificação das relações comerciais, induzindo à orientação da produção para a venda, é ao mesmo tempo um fator de alienação regional e de alienação do homem. Como já não produz para prover às suas necessidades mais imediatas, num mundo onde a monetarização se generalizou, o homem se vê condenado a ser mercadoria, um valor de troca no mercado de trabalho.

A cada dia são criadas ou recriadas estratégias e práticas, no mundo, em prol da reprodução do capital. Embora, alienados em relação à natureza e aos processos aí imbricados, o indivíduo tem um papel crucial nessa dinâmica, enquanto produtor “cativo” do espaço. Logo, é uma das condições essenciais para a reprodução do capital e do sistema capitalista a manutenção da submissão do trabalhador.

1.3 O papel do trabalho na produção do espaço⁵

Qual seria o papel reservado à classe trabalhadora na produção do espaço urbano nos termos do modelo capitalista de sociedade? Discorreremos brevemente, numa perspectiva geográfica, sobre as relações que se estabelecem entre capital e

⁵ Nos primórdios da história, a relação do homem com a natureza foi se transformando de uma relação passiva em uma relação de domínio e transformação dos elementos da natureza por meio do trabalho (CARLOS, 2005). Ou seja, o trabalho se apresenta então como elemento fundante do espaço geográfico, a partir do momento em que o homem passou a modificar a natureza.

trabalho no interior do processo de produção do espaço, e como esta se estrutura para atender à reprodução da sociedade capitalista.

A esse respeito, Silva (1991, pp. 18-19) chama atenção, apontando que o processo produtivo é constituído de relações em que os fatos estão às avessas porque “o agente indireto [detentor dos meios de produção] aparece como o agente real; e o agente direto [trabalhador] é negado. (...) O resultado de sua produção lhe é estranho”. Ou seja, o trabalho realizado para produzir espaço na sociedade capitalista possui um caráter alienado.

Logo, entende-se que a **alienação do trabalhador** em relação ao produto final do seu trabalho busca fortalecer a passividade, e limitar a ação desse ser ao nível do imediato, criando obstáculos à consciência da totalidade e dessa forma, enfraquecendo a possibilidade de enfrentamento à ordem vigente.

Antunes (2001) argumenta que o **estranhamento** faz parte da essência do trabalho.

Quer pelo exercício laborativo *manual*, quer pelo *imaterial*, ambos, entretanto, controlados pelo sistema de metabolismo societal do capital, o *estranhamento (Entfremung) do trabalho* encontra-se, em sua essência, preservado (ANTUNES, Idem, p. 130, grifos do autor).

Mendonça (2004) escreve sobre os fundamentos históricos da alienação e estranhamento dos trabalhadores, que:

A destruição da auto-suficiência e suas implicações objetivas e subjetivas possibilitaram o surgimento da “escravidão assalariada”, que se tornou o elemento fundante para garantir eficiência e flexibilidade à extração do trabalho excedente. O processo de transição da ordem feudal para o capitalismo significou o “fim da dominação forçada”, pois a relação contratual que se estabeleceu era “totalmente livre”. Esse fato se expressa na subjetividade dos trabalhadores que não perceberam as imposições do capital, em função do estranhamento e da alienação constituídas como co-partícipes do processo produtivo. (MENDONÇA, Idem, p. 72)

Já Antunes (2001) chama atenção para a forma como o capital, na contemporaneidade, vem buscando envolver cada vez mais intensamente a subjetividade operária. Através de “representação ideológica, valorativa e simbólica” o capital introduz no interior do processo produtivo um discurso com intuito de fazer com que o trabalhador abrace a causa da empresa, pensando no que é melhor para ela. Todavia, esse “exercício da atividade subjetiva está estrangido em última instância pela lógica da forma/mercadoria e sua realização” (ANTUNES, 2001, p. 128). Ou seja, está orientado para “as necessidades” do mercado e da empresa.

Nessa fase do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que constrange ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital (ANTUNES, 2001, p. 131).

Observa-se, nesse novo contexto, o afloramento de uma subjetividade no interior dos setores produtivos e nas empresas que, no entanto estão submetidas aos interesses de reprodução do capital. Assim, a participação e o envolvimento do trabalhador nas diferentes etapas do processo, da concepção à produção, estratégia que tende a se expandir, estão estrangidas pela lógica do capital. Nesse sentido, Antunes (2001, p. 130) então discorre:

Os benefícios aparentemente obtidos pelos trabalhadores no processo de trabalho são largamente compensados pelo capital, uma vez que *a necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta prioritariamente os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender aos desejos do mercado consumidor. Mas, sendo o consumo parte estruturante do sistema produtivo do capital, é evidente que defender o consumidor e sua satisfação é condição necessária para preservar a própria empresa.* Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as *personificações do trabalho* devem se converter ainda mais em *personificações do capital.* (grifos do autor)

Logo, observa-se na lógica contemporânea de funcionamento do capitalismo o avanço qualitativo do capital, no qual a submissão do homem aos ditames da acumulação se intensifica e se expande, renovando-se as estratégias de extração de mais-valia e de exploração do trabalhador. Renovam-se ainda, as estratégias de alienação e ocultação em relação aos interesses e processo de produção dos bens móveis e imóveis. Por essa lógica a alienação e a submissão à reprodução do capital extrapolam o ambiente de trabalho, em função deste, através de outras dimensões que perpassam o cotidiano, impedindo a compreensão da realidade em sua totalidade.

A partir das bases teórico-metodológicas apresentadas, partimos então para a leitura sobre o processo de desenvolvimento urbano no Brasil no último século, tendo em vista o caráter condicionante do mesmo sobre os processos socioespaciais locais.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E URBANIZAÇÃO NO BRASIL

No capitalismo, a produção do espaço tem se realizado como forma de incrementar a acumulação, sendo desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior, como destacado por Harvey (2004). Considerando que o espaço urbano assumiu importância ímpar no conjunto social a partir da revolução industrial, tem-se, desde então, uma apropriação da forma urbana e uma transformação de suas funções e atributos em prol da racionalidade estatal e econômica.

Em países de economia periférica como o Brasil, cujas desigualdades sociais possuem raízes históricas, a orientação capitalista de produção do espaço urbano se articula dialeticamente com essas desigualdades, intensificando as contradições socioespaciais no território.

Castells (2006) contribui para a análise do processo de urbanização em regiões “subdesenvolvidas”, destacando que a explicação do subdesenvolvimento não prescinde da análise dialética do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Nessa perspectiva, o autor enfatiza que a condição de país explorado, subdesenvolvido - que resulta da forma como este se integra no sistema capitalista - se estabelece em função de relações assimétricas com as formações sociais dominantes.

O essencial do ponto de vista analítico, não é a subordinação política dos países “subdesenvolvidos” às metrópoles imperialistas (o que é apenas consequência de uma dependência estrutural), mas a expressão desta dependência na organização interna das sociedades em questão e, mais concretamente, na articulação do sistema de produção e das relações de classes. (CASTELLS, 2006, p. 82)

O mais importante disso tudo seria então, conforme Castells (2006) aponta a necessidade de se entender os processos que vão orientar a urbanização nos

países dependentes, como é o caso dos países latino-americanos, a partir da relação entre industrialização dominante e urbanização dependente.

Não desvinculadas desses processos, temos uma questão que se encontra na essência do fenômeno urbano em economias periféricas, que consiste na intensa exploração de seu proletariado⁶. Considerado como uma das expressões mais significativas dessa dinâmica está a exploração dos trabalhadores de base da construção civil, responsáveis pela materialização das formas urbanas⁷.

Esta se consubstancia através da relação capital-trabalho presente no processo de construção de infra-estruturas e de toda ordem de edificações que compõe as cidades. Esse caráter de superexploração encontrada na referida relação tem sido direcionado pelos agentes dominantes envolvidos nas atividades de produção imobiliária com o propósito de favorecer a acumulação, apresentando então como um construto social.

Veremos, mais adiante, que no histórico de construção e continuidade da produção do espaço em Brasília essa problemática da exploração do trabalho é marcante, explicando em parte sua configuração espacial. Mas, para compreendermos como se processou e vem se constituindo a produção do espaço na capital do Brasil, é importante chamar atenção para a relação entre os condicionantes estruturais e as especificidades socioespaciais da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o presente capítulo consiste na análise da relação entre condicionantes estruturais e formação sócio-espacial⁸ nacional, a partir da década de 30.

⁶ No Brasil, como ressaltado por Ferreira (2005), essa exploração fica clara, por exemplo, na forma como o modelo industrial fordista foi instituído no país. Enquanto nos países centrais melhorias do poder de consumo da classe trabalhadora foram implementadas como ponto de sustentação da própria expansão do capitalismo industrial, aqui prevaleceram os baixos salários como condição de *nossa* (grifo do autor) industrialização.

⁷ Discorreremos no capítulo seguinte sobre a forma como se constituiu na sociedade brasileira a divisão e organização do trabalho da construção civil.

⁸ Santos (1979, 1986) desenvolveu a categoria "Formação Sócio-Econômica e Espacial" ou, para abreviar, como o próprio autor nos fala, "Formação Sócio-espacial". Esta foi desenvolvida a partir da

2.1. Condicionantes

2.1.1 O processo de urbanização e industrialização no Brasil

O processo de urbanização e industrialização nacional começou a emergir de forma mais deliberada a partir de 1930⁹, quando os interesses urbano-industriais conquistaram a hegemonia na política econômica, conforme ressaltado por Maricato (2003).

No entanto, diferentemente do que ocorrera na Europa e nos Estados Unidos, a industrialização nacional não foi desencadeada com base em rupturas com a ordem social anterior, cuja maior expressão teria sido a reforma agrária. No Brasil, houve a acomodação de interesses, beneficiando a manutenção da estrutura socioespacial interessante à elite nacional, concomitantemente à manutenção das desigualdades sociais históricas.

Impulsionado pelos condicionantes socioespaciais de então, as indústrias e a infra-estrutura necessária a sua acomodação foram implantadas e/ou melhoradas nas cidades maiores e melhor estruturadas da região Sudeste - por serem mais viáveis e favoráveis ao desempenho econômico. Como apontado por Ferreira (2003, p.106), “as condições do ambiente construído, acumuladas ao longo do tempo, localizavam-se pontualmente em determinados lugares, principalmente na faixa litorânea”.

categoria Formação Econômica e Social de Marx, a respeito da qual o autor se posiciona criticamente no aspecto em que desconsidera o papel do espaço nas formações sociais.

⁹ A economia cafeeira (século XIX) foi a grande dinamizadora do centro-sul do país, integrando essa parte do território e favorecendo a construção de infra-estrutura e sistema de engenharia necessários à fluidez da produção. É nesse recorte espaço-temporal que também vão se consolidar, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio e consumo, de acordo com Santos (1979). Ou seja, nessa fase o trabalho escravo passa a ser progressivamente substituído pelo trabalho assalariado, a Lei de Terras (1850) é instituída etc. Em suma, desenvolveram-se os condicionantes socioespaciais que deram bases ao processo de industrialização e urbanização nacional e à formação do proletariado urbano. No capítulo seguinte discorreremos sobre esse período, focando o processo de estruturação do mercado de construção urbana de forma mais detalhada.

A consolidação do modelo de acumulação fordista dependia, entre outros aspectos, da formação de um mercado consumidor e de mão-de-obra abundante, logo os fluxos migratórios campo-cidade foram funcionais ao processo de desenvolvimento em curso. No entanto, esses fluxos só se intensificaram nos anos 50 e 60 como conseqüência da acentuação desse processo e da modernização conservadora. Ainda assim, temos nesse período a disseminação pelo território das idéias de valorização do meio urbano e de incentivo ao consumo, condizentes com a generalização de novas necessidades, como demonstrado por Ferreira (2003, p. 106):

“Tratava-se de disseminar no território o desenvolvimento de um processo social que implicava a formação de um mercado interno para os produtos da nascente indústria nacional substitutiva de importações, integrando a sociedade no consumo de massa e o território numa nova divisão regional do trabalho.”

Em suma, as políticas que nortearam o processo de industrialização brasileira, com caráter desenvolvimentista-nacionalista, se desenvolveram durante as fases em que Vargas esteve no poder. Nesse contexto,

a emergência na Europa do Estado do Bem-Estar Social dá ímpeto à tentativa, no Brasil, de construção de uma nação com um Estado forte e um mercado de consumo interno mais significativo. O Estado passou então a intervir diretamente na promoção da industrialização, através de subsídios à indústria de bens de capital, do aço, do petróleo, à construção de rodovias, etc (FERREIRA, 2005, p. 11).

Diante da crescente industrialização e urbanização, as migrações campo-cidade incrementaram os problemas de provisão habitacional para a massa operária presente nos principais centros urbanos de então. No entanto, a lógica populista imperou na orientação das políticas sociais, conforme escrito por Ferreira (2005, p. 11):

o período Vargas ficou marcado por introduzir pela primeira vez políticas habitacionais públicas, reconhecendo (ou cedendo às pressões para reconhecer) que o mercado privado não tinha como atender à demanda por moradia e anunciando que o Estado assumiria tal função. Mas, como era característico do populismo, retirou-se do mercado privado a responsabilidade pela questão habitacional, sem que houvesse, entretanto, uma política pública de fôlego, que realmente respondesse à demanda que se criava.

Entre as políticas habitacionais desse governo foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) e a Fundação da Casa Popular, responsáveis pela produção estatal de moradias subsidiadas (BONDUKI, 1994). Por meio das IAP's, por exemplo, foram produzidas 140 mil moradias entre 1937 e 1964, como afirma Ferreira (2005). Isso demonstraria, segundo Maricato (*apud* FERREIRA, 2005, p. 11), “muita publicidade para uma resposta modesta dos programas públicos de habitação”.

Vargas instituiu ainda a Lei do Inquilinato, que congelaria os aluguéis em 1942, reduzindo o interesse privado na produção de casas para aluguel e conseqüentemente, aumentando a carência de habitações nos centros urbanos. Dada a pouca eficácia da atuação do Estado no suprimento da demanda da população pobre por moradia e os interesses estritamente privados do mercado imobiliário, restou a essa população a ocupação e loteamento da periferia, desprovida de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

No que diz respeito à integração nacional - um dos requisitos do modelo de desenvolvimento em curso -, temos na década de 40 o início da ocupação da região Centro-Oeste de forma institucional, porém descontínua, com a criação da Fundação Brasil Central. Esta tinha como objetivo formular um amplo programa de desenvolvimento e colonização, visando conquistar novos horizontes na região central do Brasil. No entanto, nesse momento as ações foram mínimas e localizadas, compostas basicamente de serviços assistenciais à população local e de início à implantação de transporte rodoviário e aéreo na região.

O Estado atuou em todas as frentes, desde a ampliação de infra-estrutura para instalação de indústrias e circulação de mercadorias até a produção de uma força de trabalho em novos padrões (ALGEBAILLE, 2005). Neste quesito estabeleceu um sistema de regulação das relações de trabalho, que privilegiava o meio urbano. Tendo em vista que a principal base de sustentação do governo eram as massas populares urbanas, a instituição das leis trabalhistas e a normatização e controle do sindicalismo permearam dialeticamente os interesses conflitantes entre capital e trabalho.

Nesse contexto, “produzir-se-ia, aí, o que veio a ser chamado por Santos (*apud* ALGEBAILLE, 2005, p. 82) de cidadania regulada”. Aí se expressaria então as contradições das medidas do governo, uma vez que os serviços e benefícios sociais não se pautavam na igualdade e na universalidade de oferta. O ingresso no mercado de trabalho funcionava como um filtro. Isso porque a condição de cidadão só era conferida às pessoas empregadas em ocupações reconhecidas e definidas em lei; e porque os serviços e benefícios eram diferenciados conforme o lugar ocupado por cada profissão dentro da hierarquia ocupacional vigente.

No governo Dutra e em seguida, no segundo governo de Vargas, as pressões e interesses do capital estrangeiro começaram a se fortalecer no âmbito da industrialização nacional, porém não sem conflitos. Caio Prado (*apud* MARICATO, 2000) entende que, mesmo com o constrangimento da manutenção das desigualdades regionais, a Era Vargas deu importantes passos para a construção autônoma da nação, o que veio a ser interrompido, diante do novo arranjo de forças político-econômicas.

É então no governo de Juscelino Kubitschek, através do Plano de Metas, que o processo de industrialização entra definitivamente nessa nova fase. Maricato (2000, p. 22) destaca que:

O país passa a produzir bens duráveis e até mesmo bens de produção. (...) com essa nova dependência o centro das decisões não é mais interno ao país e nem tem o mercado nacional como seu epicentro. A dependência se aprofunda, bem como a inserção subalterna do país na divisão internacional do trabalho.

O processo de urbanização se expande intensamente pelo território nacional, ampliando a integração nacional via infra-estrutura de transportes e comunicação. Imbricado ao processo de urbanização e industrialização ocorreram a expansão da classe média, do trabalho assalariado e do mercado interno (MARICATO, 1995).

A partir desse momento, graças ao fenomenal impulso promovido pela chegada das multinacionais, a industrialização brasileira sofreu uma inflexão significativa, garantindo o “milagre econômico” e a ascensão do país, em pouco mais de uma década, à condição de oitava economia do mundo. Mas esse modelo de intenso crescimento sofria de um duplo problema: por um lado, estabelecia um padrão congênito de atraso tecnológico, pois as indústrias traziam para cá tecnologias já obsoletas em seus países de origem, e por outro lado estava condicionado a um padrão de alta concentração da renda, já que se baseava na manutenção de uma mão-de-obra de baixo custo, necessariamente sub-assalariada (FERREIRA, 2005, p. 12).

Mais tarde, principalmente a partir de 1970, a urbanização brasileira se intensificou, ligada à modernização de base científico-tecnológica informacional que atingiu o campo e a cidade, como destaca Ferreira (2003). O emprego das novas tecnologias no campo proporcionou a modernização agrícola e o desenvolvimento de atividades em padrões industriais, concomitante à expulsão maciça de população das áreas rurais modernizadas para as cidades.

Assim, o campo e a cidade se aproximam como partes de um meio tecnológico-científico e informacional que historicamente se distingue como o momento em que o espaço é construído e reconstruído com crescente conteúdo de ciência e de informação, no qual a informação é o motor fundamental do processo social e o território é equipado para facilitar a sua circulação (Santos *apud* FERREIRA, 2003, p. 109)

Tal processo conhecido como *modernização conservadora* foi considerado como tal porque embora tenha gerado crescimento econômico para o país, se deu com base na manutenção da concentração fundiária, fortalecendo as desigualdades

sociais.¹⁰ A relação contraditória entre crescimento econômico e acirramento das desigualdades socioespaciais desencadeou o surgimento de movimentos sociais no campo e na cidade em busca de reformas estruturais. Diante do cenário de crise social e econômica a resposta política veio com a Ditadura Militar, que para Buarque (1993) foi a base política responsável pela construção da sociedade da apartação no Brasil.

Em 1964, foram criados o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH). Maricato (1995) escreve que ambos foram estratégicos para a estruturação e consolidação do mercado imobiliário urbano capitalista. Sobre o assunto a autora então discorre:

O investimento de uma vultosa poupança, parte compulsória (FGTS) e parte voluntária (SBPE) no financiamento à habitação, saneamento básico e infraestrutura urbanos, mudou a face das cidades brasileiras, financiando a verticalização das áreas residenciais mais centrais; contribuindo para o aumento especulativo do solo; dinamizando a promoção e a construção de imóveis (o mercado imobiliário atinge um novo patamar e uma nova escala); diversificando a indústria de materiais de construção; subsidiando apartamentos para as classes médias urbanas; patrocinando a formação e consolidação de grandes empresas nacionais de edificação e mesmo de construção pesada, nas faraônicas obras de saneamento básico (MARICATO, 1995, p. 22).

O discurso oficial apresentou esses instrumentos como destinados à construção de habitações para os setores de baixa renda. Entretanto, eles privilegiaram o atendimento da demanda de habitações pela classe média, além de privilegiar interesses privados e políticos clientelistas. Para Fagnani (2006), o SFH foi formulado como parte dos objetivos de “modernização conservadora” dos mecanismos de financiamento da economia e do setor público, tendo como atribuição específica o financiamento sustentado do setor imobiliário e, mais especificamente, da indústria da construção civil.

¹⁰ BECKER & EGLER (1993, p. 199), afirmam que a modernização conservadora foi em si “limitada, privilegiando grupos sociais, setores de atividades e lugares selecionados.”

Botega (2007) destaca que a partir de 1967, quando a construção civil foi substituída em sua função de acelerador da economia pela indústria de bens de consumo durável, especialmente a indústria automobilística, o BNH reorientou seus investimentos para as camadas sociais com maior poder aquisitivo. Logo, deixou de lado de forma mais explícita a construção de habitações para as classes populares, apesar de ser essa a principal afetada pelo déficit habitacional.

Temos como resultado do processo de industrialização e urbanização, num primeiro momento, que as desigualdades regionais se fortaleceram. Como a região Sudeste acumulava vantagens locacionais, esta passou a ser dinamizadora do sistema econômico, como nos fala Ferreira (2003). Os fortes desequilíbrios regionais e valores urbanos disseminados no território alimentaram um intenso fluxo migratório para centros urbanos e industriais, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

A concentração espacial da produção e conseqüentemente da população desencadeou a formação de regiões metropolitanas. Ferreira (Idem) destaca que em 1970 as metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, eram responsáveis por 51,8% do PIB brasileiro e comportava 28,5% da população urbana.

O crescimento da população urbana¹¹ e o fortalecimento da lógica capitalista de produção do espaço, posteriormente imbricado à modernização conservadora, resultaram na complexificação e intensificação dos problemas urbanos, dentre eles a segregação socioespacial. As camadas populares são empurradas para as áreas periféricas e tem na autoconstrução a solução para a demanda por habitação. Para Damiani (1999, p. 56), a expansão das periferias, enquanto cidades clandestinas, configuraram-se como “uma concessão necessária à falta de direitos à cidade”.

Em síntese, como explicitado por Ferreira (2003, p.108):

As áreas desvalorizadas e deficitárias em infra-estrutura tornaram-se local de moradia dos pobres. Criando as desigualdades internas no

¹¹ Vale lembrar que mais determinante - no processo migratório do campo para as cidades - que a atração exercida pelos centros urbanos foram as limitadas possibilidades de sobrevivência no campo, resultante da concentração fundiária, seguida pela introdução de tecnologias de produção agrícola, poupadoras de mão-de-obra.

espaço das cidades. As soluções para as demandas insatisfeitas e o atendimento das camadas pobres veio com a informalidade da habitação, do comércio e especialmente dos serviços (...) solução para as contradições geradas pelo modelo urbano.

Essa realidade pode ser explicada tanto pelo aprofundamento das relações de mercado como mediação de acesso à terra urbana e ao espaço construído, quanto pelo fato da relação capital/trabalho em países de economia periférica se pautarem - em variados setores da economia - em baixos salários e intensa exploração da classe trabalhadora. Entendemos que esses fatores, articulados aos condicionantes históricos em exposição, delinearam a matriz da urbanização brasileira.

2.1.2 Da transição do Modelo de Acumulação Fordista ao Modelo de Acumulação Flexível no Brasil

Novas bases de sustentação do sistema capitalista se articulam a partir da década de 1970, tendo na redefinição da relação capital-trabalho um dos elementos desse processo. No âmbito estrutural, esse período consistiu da transição de um momento de avanços sociais e crescimento econômico proporcionados pelo modelo de acumulação fordista-keynesiano para o momento de sua crise¹².

Em face do esgotamento do fordismo-keynesianismo, foram reformuladas as bases de sustentação do capitalismo, no qual se insere o renascimento da ideologia liberal (sob a alcunha de neoliberalismo) e a intensificação da globalização. Em síntese, a premissa era de que o Estado deveria abandonar as intervenções que limitavam o livre jogo do mercado, estimulando em contrapartida investimentos nos novos setores abertos pela revolução tecnológica. A interferência do Estado,

¹² Essa consistiu de crises em vários setores de atividades, sinais da crise estrutural do modelo fordista de acumulação: a crise do petróleo, a elevação das taxas de juros do dólar americano e conseqüente crise da dívida externa na América Latina, recessão mundial entre 1980 e 1982 e colapso do mercado financeiro internacional.

segundo os teóricos neoliberais, retardava a realocação de capitais até então investidos em setores econômicos produtivos estagnados.

Ameaçados no campo da produção, os Estados Unidos reagiram reafirmando sua hegemonia por meio das finanças. Nesse processo, mantêm-se o equilíbrio de poder e de interesses no seio da burguesia, conforme exposto por Harvey (2004). Como suporte do modelo de acumulação flexível, temos¹³: a redução do papel do Estado, enquanto promotor de políticas sociais e regulador do mercado de trabalho; processos de flexibilização econômica e produtiva; desconcentração e facilidade de mobilidade geográfica da produção, os quais refletem diretamente nas relações de trabalho no mundo.

Antunes (2001, p. 115) escreve que:

A conformação mais complexificada da classe trabalhadora assume, no contexto do capitalismo atual, uma dimensão decisiva, dada pelo caráter *transnacionalizado* (grifo do autor) do capital e de seu sistema produtivo. Sua configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada. Isso porque “as formas singulares e particulares de trabalho são subsumidas pelo trabalho social, geral e abstrato que expressa no âmbito do capitalismo mundial, realizando-se aí. Da mesma maneira que as mais diferentes formas singulares e particulares do capital são levadas a subsumir-se ao capital em geral, que se expressa no âmbito mundial, algo semelhante ocorre com as mais diversas formas e significados do trabalho” [Ianni (1996) *apud* ANTUNES (Idem)].

Entretanto, enquanto a conformação do capital encontra-se cada vez mais internacionalizada, a ação de enfrentamento coletivo dos trabalhadores não se situa nesse patamar, restringindo-se no máximo a uma solidariedade nacionalmente delimitada. Diante dessas novas condições, Harvey (2004) explica que houve o

¹³ Temos no Consenso de Washington, documento elaborado em 1989 por representantes do mercado financeiro internacional, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, recomendações a serem adotadas pelos países, como por exemplo: abertura comercial e financeira, privatizações, aumento das taxas de juros, reforma tributária, administrativa e da previdência social, (GUIMARÃES, 2003).

enfraquecimento do poder coletivo de pressão dos trabalhadores, além de um aumento da exploração da classe trabalhadora resultando na precarização das condições de trabalho e na expansão do desemprego crônico.

Como parte das estratégias de reprodução do modelo de acumulação capitalista, hoje, são disseminados valores individualistas e de competitividade entre trabalhadores, que debilitam a capacidade de mobilização coletiva. Essa lógica põe no indivíduo a responsabilidade exclusiva de êxito ou fracasso profissional, escamoteando em contrapartida os reais fatores e processos que repercutem sobre as formas de inserção no mundo do trabalho.

Num ambiente global altamente competitivo, os investimentos produtivos buscaram cada vez mais a redução dos custos com o trabalho em contraposição ao aumento da acumulação do capital. Para atender a essa lógica, observa-se a crescente “equalização para baixo da taxa diferencial de exploração”, segundo Mézaros (2003, p. 27), o que significa um aumento do patrimônio líquido das grandes empresas capitalistas em decorrência dos baixos salários, o que varia de acordo com os países onde se encontram instaladas. Um dos resultados mais visíveis dessas práticas é a intensificação das desigualdades socioespaciais entre diferentes regiões do mundo.

Resultantes das assimetrias advindas das relações espaciais de troca, as próprias condições geográficas desiguais são favoráveis à acumulação do capital (HARVEY, 2004). Logo, a riqueza e o bem-estar de agentes e territórios particulares aumentam às custas da exploração de outros territórios e de sua população trabalhadora.

Voltando ao Brasil, temos que a década de 1970 foi marcada por governos autoritários, nos quais tomaram forma a “modernização conservadora” e o “milagre brasileiro”, que em suma significou crescimento econômico dialeticamente vinculado ao aprofundamento das desigualdades sociais no campo e nas cidades. Todavia, com os choques sofridos em decorrência da crise internacional que começou a se alastrar, observou-se a partir do final dessa década a estagnação da economia nacional, com fortes repercussões sociais.

Na década de 1980, o BNH é extinto em decorrência da crise econômica, acrescido de problemas de gestão fraudulenta. Logo, a política urbana e habitacional dessa fase caracterizou-se por uma forte confusão institucional provocada por constantes reformulações nos órgãos responsáveis pelas políticas habitacionais. Como consequência desta confusão, tivemos o fortalecimento de programas alternativos do SFH¹⁴, ao mesmo tempo em que se observava o enfraquecimento das Companhias Estaduais de Habitação (COHAB's), sob a alegação de reduzir os déficits de estados e municípios com a União (BOTEGA, 2007).

Dado o aprofundamento e conformação da crise no Brasil, a década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida”, assinalada pelo esgotamento do modelo de substituição de importações. Com a crise do fordismo, contraíram-se os investimentos externos por partes dos países centrais nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o que vinha sendo verificado desde 1930 (MELO, 1995). Além disso, nesse período temos o processo de transição da ditadura militar para o regime democrático e o início da abertura da economia, sob o paradigma neoliberal.

No bojo da abertura política e da elaboração da nova Constituição, ganhou força um movimento de reforma urbana de caráter progressista. Em síntese, esse movimento teve como objetivo primário “reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades” (SOUZA, 2004, p. 158). Todavia, durante os debates e votação no Congresso Nacional, ocorreu o esvaziamento de parte das propostas de reforma urbana elaboradas pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). Logo, apesar da mobilização social, a articulação entre poderes políticos e econômicos, na busca da manutenção do *status quo*, vieram de encontro aos interesses coletivos.

Observa-se que as orientações gerais do modelo de acumulação flexível se fortaleceram no contexto nacional a partir da década de 1990, com maior ou menor intensidade, de acordo com orientações político-ideológicas dos dirigentes da nação.

¹⁴ Um exemplo foi o Programa Nacional de Mutirões Comunitários voltado a famílias com renda inferior a três salários mínimos, que entretanto, chegou ao fim sem atingir as metas propostas, como frisado por Botega (2007).

O governo de Fernando Collor de Mello foi um marco do emprego das orientações neoliberais na política econômica brasileira, aprofundando em contrapartida os problemas sociais. Esses problemas prosseguiram ao longo dos governos seguintes, apesar de serem observados alguns avanços sociais, empreendidos, por exemplo, através da: estabilização econômica empreendida a partir do Plano Real, no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC; e da ampliação de políticas sociais pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De modo geral as más condições de vida entre a população pobre foram reforçadas diante do movimento geral de redução das políticas sociais e da atuação do capital em setores como educação e saúde. Maricato (2000) destaca que, nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, como em quase todo o mundo, verificou-se o aumento do desemprego, das relações informais de trabalho, da pobreza nas áreas urbanas e da violência. A ilegalidade nas formas de moradia das classes populares se expandiu diante das vulnerabilidades impostas pelo mercado de trabalho.

As crises financeiras observadas nos últimos anos também têm imposto grandes perdas aos trabalhadores, uma vez que são tomadas medidas de redução de postos de trabalho e outras para reduzir custos, que atingem diretamente a mão-de-obra. Em contrapartida, o Estado busca implementar políticas de emprego e renda para amenizar as conseqüências sociais desses momentos, que entretanto não são suficientes, tendo em vista a sobreposição da situação atual com as desigualdades socioespaciais preexistentes.

A subordinação da produção do espaço aos interesses de reprodução do capital vem reforçando esse quadro, tendo em vista que as classes populares não se enquadram no padrão de consumo requerido pela lógica capitalista. Observa-se então, a intensificação da fragmentação urbana, decorrentes da auto-segregação dos grupos sociais de média a alta renda, por meio de condomínios horizontais e verticais fechados, concomitantemente à segregação imposta às camadas populares.

A discussão mostra que no Brasil, os modelos de acumulação foram implementados com forte caráter periférico e subordinado aos interesses das

economias dominantes, expressando-se na conformação dual da sociedade urbana. O próximo capítulo volta-se para um exame retrospectivo das condições de emergência, crescimento e consolidação da construção civil no Brasil, com enfoque na relação entre capital e trabalho.

3. A CONSTRUÇÃO CIVIL E O TRABALHO OPERÁRIO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL

3.1 A construção e o trabalho no Brasil: Uma breve leitura sobre o processo de mercantilização e proletarização na construção urbana

Entendemos que, no Brasil, a gênese do trabalho livre e da propriedade privada da terra demarca o processo de reorientação da produção do espaço sob a perspectiva do mercado, impulsionado pela economia política internacional. Considerando o foco na relação entre capital e trabalho na produção do espaço, importa-nos neste momento entender como essa relação passa a se configurar diante das condições socioeconômicas nacionais¹⁵, que precedem e perpassam o processo de urbanização no Brasil¹⁶.

As mudanças empreendidas tiveram na economia cafeeira, a partir do século XIX, um importante fator dinamizador, encadeando-se dialeticamente na produção de riquezas e de espaço por meio das novas bases de trabalho e de apropriação da terra. Parte do excedente gerado pelo setor cafeeiro passou a ser aplicado na cidade de São Paulo, onde passava a se instalar a elite cafeeira, além de ser aplicado na produção de infra-estrutura de circulação necessário ao próprio escoamento da produção. No Rio de Janeiro, a sua passagem de capital da colônia

¹⁵ Apenas algumas das características da sociedade colonial escravista são importantes de serem apresentadas como referencial para o entendimento sobre as mudanças rumo à nova estruturação socioespacial. Essas mudanças não se operaram com rupturas radicais e de forma linear, mas sim com base na convivência e no conflito entre a nova ordem e a antiga. Nesta, a propriedade da terra não tinha um significado econômico, salvo sua importância enquanto condição para a produção agrícola, base da economia exportadora colonial. A atividade produtiva se utilizava de trabalho escravo. No intervalo dessas atividades o trabalho escravo era utilizado em outras atividades como, por exemplo, nas obras de construção e melhoramentos na propriedade para o bem-estar da elite, como nos fala Pereira (1988). Os trabalhadores livres, os quais dirigiam freqüentemente o trabalho pesado realizado pelos escravos, sendo detentores de ofícios ligados à construção, organizavam-se em corporações, conforme escreve Farah (1996).

para capital do reino teve importante papel na inserção de novas funções e na redefinição das formas urbanas (FARAH, 1996).

Essas condições começaram a incentivar a concentração e a aglomeração urbana, culminando e reforçando as condições de desenvolvimento da urbanização nacional. Dada a concentração dos processos de intermediação comercial e financeira e com isso ao desenvolvimento das linhas férreas que ligavam as zonas produtoras de café às zonas portuárias, desenvolveu-se toda uma região tributária do comércio e das finanças da capital paulista, segundo Arasawa (2007).

Tal processo de produção de um espaço estruturado por redes de comunicação e de serviços não poderia acontecer sem se recorrer ao trabalho dos técnicos. E eles afluem para a região em grande número. (...) Atraídos pelo surto de progresso material da região, mestres de obras, construtores práticos, engenheiros formados nas mais diversas localidades e escolas disputam, especialmente na capital paulista, trabalho e colocações (ARASAWA, Idem, p. 36).

Nesse ambiente de progresso, novas técnicas e materiais de construção passam a se aplicados pontualmente nas construções urbanas.¹⁷ Assim como os novos materiais de construção, que no início desse processo era importado, as concepções construtivas e os traçados tinham influências externas, sendo aplicadas, todavia apenas nas edificações da elite. Concomitantemente a integração da técnica e a cientificação na elaboração dos projetos construtivos, demandava-se a formação de pessoal qualificado em território nacional para assumir tais atividades. Logo, surgem: a Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874; a Escola de Engenharia de Ouro Preto em 1876; em São Paulo, a Escola Politécnica, em 1896, e a Escola de Engenharia Mackenzie, em 1886 (FARAH, 1996).

A disseminação das técnicas construtivas, a atuação dos agentes portadores de tal conhecimento, assim como as mudanças na natureza do trabalho vão

¹⁷ Farah (1996) destaca que no período colonial utilizava-se predominantemente de materiais locais como pedra, madeira e terra no processo construtivo e, de forma menos expressiva, eram produzidos fora do canteiro materiais como tijolos, telhas e ladrilhos. Logo, não havia nessa época, no Brasil, um segmento produtor de materiais e componentes de construção, que se diferenciava da atividade de construção.

redefinindo a posição dos trabalhadores pobres e livres. Além da intensa exploração do trabalho livre, gestam-se novas condições para sua expropriação. Um exemplo disso estava na cobrança de aluguel aos colonos pela moradia que utilizavam nas fazendas onde iam trabalhar. Quando essas moradias eram inexistentes na propriedade, os próprios colonos tinham que construí-las, neste caso agregando valor à propriedade do fazendeiro.

Na cidade, a intensificação da aglomeração, o surgimento de novas condições de uso, a construção de edifícios e o aumento da produção de infraestrutura contribuíam para a valorização imobiliária. Pereira (1988) destaca que a valorização da propriedade imobiliária urbana era acompanhada por alterações nas técnicas de construção e no uso da casa e da cidade.

Temos, então, que a valorização dos produtos imobiliários resultava da combinação da valorização diretamente relacionada ao trabalho de construção, somado ao desenvolvimento das condições gerais do espaço urbano pelo trabalho social. Dessa forma, passava a se materializar o caráter capitalista da produção do espaço e as suas contradições, como o problema da moradia para a população pobre.

As mudanças nas técnicas de construção e na forma de organização do trabalho nesse ramo favoreceram a divisão do trabalho de construir, estando atreladas à necessidade de valorização do capital. Progressivamente a produção imobiliária de mercado vai se expandindo, em detrimento da produção por encomenda. Isso gera “novas inserções da arquitetura e da engenharia, que, cada vez mais, assumiam a condição de trabalho produtivo” (PEREIRA, 1988, p. 124).

Nesse contexto, surgem as primeiras empresas de construção do país. De acordo com o apontado por Farah (1996), com base em alguns estudos, as trajetórias prováveis de constituição dessas empresas teriam sido: a) De um lado, oficinas independentes, de pequeno porte, constituídas como desdobramento das antigas tendas de mestres ligadas às corporações de ofício, que reunia trabalhadores artesãos e sucedâneos de antigos aprendizes. Estas organizações, sem condições de responder às solicitações tecnológicas, de gestão e de aporte de

capital das novas obras de infra-estrutura - como ferrovias, portos, usinas -, teriam permanecido na construção de edificações, mais particularmente na construção habitacional (Valladares *et alli apud* FARAH, 1996); b) Criação de pequenas empresas de construção - formadas pela associação de engenheiros ligados à construção de ferrovias - que, inicialmente, atuaram como subempreiteiras na construção de infra-estrutura, sob o controle de grandes empresas estrangeiras e que, num segundo momento, passou a atuar também na construção de edificações (Grandi *apud* FARAH, *Idem*); c) Uma terceira via de constituição de empresas de construção consistiu na criação de pequenas empreiteiras por trabalhadores imigrantes, detentores de ofícios ligados à construção.

Todavia, a constituição dessas empresas decorreu de um longo processo de transição da autoconstrução, centrada no valor de uso, para a produção para o mercado (FARAH, 1996). No âmbito das relações de trabalho, na construção por encomenda, por exemplo, quem controlava o processo construtivo eram os trabalhadores, tendo em vista que quem contratava a mão-de-obra participava apenas em dois momentos, na concepção e no recebimento da obra acabada.

O trecho que se segue destaca de forma mais detalhada o caráter do trabalho por encomenda e a forma como passaram a se configurar o processo construtivo, decorrentes do avanço das relações capitalistas no setor.

No sistema de assalariamento por obra é desnecessária a inspeção do controle do trabalho. Este controle é feito através da aceitação do produto como obra acabada e por isso dispensa a supervisão direta durante o processo de produção, por introduzir o interesse pessoal do trabalhador em intensificar e aperfeiçoar sua tarefa. No sistema de administração por obra é maior a possibilidade de alterar a organização da produção pela introdução de intermediários, que subalugam o trabalho através da contratação de um trabalhador principal que comanda alguns auxiliares. A figura do trabalhador principal possibilita a exploração do trabalhador pelo trabalhador. Esse mecanismo de intensificar a exploração pela utilização do trabalhador principal favorecia a intermediação do mestre-de-obras ou algum profissional competente (...), mas desqualificava profissionalmente aqueles que permaneciam em tarefas parciais restritas ao canteiro (PEREIRA, 1988, pp. 144-145).

Fatores como economia e técnica passaram a ter maior significado para a arquitetura e a engenharia na concepção do produto, do que a arte, segundo Pereira (1988). No âmbito do trabalho, os princípios fundamentais do taylorismo - de organização e controle do conhecimento do trabalhador - foram utilizados com o objetivo de transformar o seu “saber fazer” em método.

O propósito deste método de racionalização da produção é organizar a submissão do trabalho, retirando-lhe o conteúdo humano, através da parcialização das tarefas e da mecanização que dita o ritmo do trabalho. A submissão do trabalhador ao capital dá-se pela destruição do seu saber artesanal e da habilidade individual, configurando uma mão-de-obra desqualificada na sua aptidão e dominada na sua vontade por uma vontade externa a ela. O trabalhador coletivo de construção é a engrenagem de uma máquina complexa, o somatório do trabalho fragmentado dentro de um plano externo ao canteiro (PEREIRA, 1988, p. 127).

Ou seja, o operário não precisava mais deter o conhecimento do seu trabalho como um todo. Este conhecimento passava a ser controlado externamente ao canteiro, contribuindo com isso para a desintegração desse sujeito - que mal começava a se constituir na florescente sociedade urbana - na produção do espaço.

Sérgio Ferro (1982)¹⁸, no livro “O Canteiro e o Desenho”, considera um elemento que segundo ele se constituiria, por meio da Arquitetura, como fator essencial à produção de mais-valia: o desenho. Este é introduzido como elemento imprescindível à construção, mediado pela atuação do profissional de arquitetura, com o avanço das técnicas construtivas e da divisão do trabalho.

¹⁸ O grupo Arquitetura Nova, formado pelos arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império na década de 60, baseado numa perspectiva marxista, promoveu reflexão a respeito das contradições presentes nas orientações da arquitetura no Brasil a essa época, com foco na divisão do trabalho em canteiros de obras. Buscando ir de encontro a essa lógica, eles propunham a integração entre o trabalho intelectual, dos profissionais de arquitetura, e o trabalho manual. Sob essa orientação, algumas experiências foram implementadas pelo grupo em canteiros de obras. Todavia, Sérgio Ferro reconheceu em entrevista recente, que essa metodologia de trabalho nunca se realizou de forma efetiva porque o operariado precisando vender a própria força de trabalho, “no momento em que se transformava em assalariado, já se vendia, já se alienava”. Ainda assim, o trabalho do grupo tem sido uma referência entre pesquisadores, profissionais e em projetos que buscam construir formas alternativas de produção do espaço “*strictu sensu*”, comprometidas com os interesses sociais.

Todavia, de acordo com Ferro (1982), as divisões de tarefas, a utilização do desenho e outras técnicas empregadas no canteiro, embora apresentadas como práticas neutras, estritamente voltadas ao aumento da produtividade, não tiveram senão o objetivo de alienar o trabalhador em relação à produção do espaço. O desenho, os planos vindos de fora e de forma acabada contribuiriam para o alheamento e o fortalecimento da heteronomia do trabalhador. E somente por essa via seria possível que o produto de seu trabalho se tornasse mercadoria, atendendo assim, a finalidade geral da produção capitalista.

Do trabalho escravo ao trabalho dos artesãos independentes (detentores dos meios de produção e do saber fazer), predominantes no período colonial, passa-se, a partir da produção para o mercado, à constituição da categoria operário da construção. Farah (1996) escreve que, num primeiro momento, ela se constituiu por trabalhadores vindos de outros sub-setores (ferroviário, portuário etc), por trabalhadores independentes das antigas corporações de ofício e por imigrantes estrangeiros.

A nova categoria se destacava por seu caráter combativo. O grau de organização e combatividade do operariado da construção e a eficácia de sua mobilização podem ser atribuídos a um conjunto de fatores, dentre os quais se destacava a tradição política do trabalhador imigrante e o controle exercido pelo trabalhador sobre o processo de trabalho. Todavia, conforme já tratado, através das estratégias do capital foram sendo minadas a postura combativa e as potencialidades de construção desse sujeito. Em contrapartida, os engenheiros e arquitetos passaram a ser os detentores de conhecimento teórico e prático.

Com a regulamentação legal dessas profissões, na década de 30 do século passado, progressivamente vai se consolidando a exigência para que os projetos e obras de construção fossem dirigidos por esses. Essa dinâmica favoreceu a reprodução mútua desses agentes e dos interesses do capital. A conformação e a consolidação desses profissionais nas hierarquias superiores do setor construtivo surgem das próprias necessidades do capital, a partir do qual esses passam a se reproduzir.

As transformações que se deram no tempo e no espaço, como parte do desenvolvimento contraditório das relações de produção na construção são assim sintetizadas:

Até o final do século XIX, o predomínio da forma de construir por encomenda não tinha favorecido a associação do saber técnico com o controle econômico do processo construtivo. À medida que o mercado imobiliário se desenvolveu e que começaram a ser aplicados princípios científicos e técnicos na produção através do estudo rigoroso e prévio de cada ato e de cada material a ser utilizado na construção, a produção foi permitindo cada vez mais a cooperação de trabalhadores parciais, que viam suas tarefas serem simplificadas e diferenciadas. A tendência na forma de construir para o mercado, as variações nos edifícios foram sendo restringidas e deslocadas da preocupação com os estilos para a preocupação com as estruturas, despidendo-se os edifícios da decoração, que passava a ser considerada uma sobrecarga inútil (PEREIRA, 1988, p. 130).

Mercadoria também a casa, esta tem na disseminação dos valores burgueses a alteração gradativa dos hábitos da sociedade, que induz à compra da casa própria. As figuras dos agentes financeiro e comercial lentamente vão se introduzindo no circuito imobiliário para a aquisição desse bem.¹⁹ Tendo acesso a empréstimo hipotecário, aqueles que não possuíam recursos para a compra à vista, passavam a pagar por esse bem em prestações, apesar desse fator encarecer o preço final. Ainda assim, em decorrência do preço crescente dos imóveis, a parcela dos assalariados que podiam comprar uma casa, o faziam em localidades distantes do centro da cidade.

Pereira (1988) destaca que, diferente do movimento crescente de adoção de maquinários como fator de aumento da produtividade em diferentes ramos industriais, na construção civil intensificou-se o uso de materiais industrializados, o aumento da força de trabalho e a intensidade de extração de mais-valia absoluta. As inovações no ramo da produção de materiais de construção contribuíram para o parcelamento e simplificação do trabalho, possibilitando o surgimento de categorias

¹⁹ As instituições de crédito começam se expandir e a influenciar o ritmo das construções, tendo em vista que financiavam tanto o comprador quanto os proprietários de terras e empresas construtoras.

profissionais como a de servente de pedreiro, auxiliar de carpinteiro etc, - concomitante ao desaparecimento de outras profissões. A divisão do trabalho no canteiro era outro fator que se colocava como meio de enfraquecimento do trabalhador.

Na década de 20 do século passado, o número de construções crescia ao passo que os privilégios que os operários da construção ainda tinham - se comparado a outros segmentos operários - iam se fragmentando. Para Pereira (1988), esse período teria sido decisivo para a proletarização dos operários da construção, passando-se da subordinação formal à subordinação real do trabalhador. A organização empresarial da construção significou perdas nas negociações dos contratos de trabalho. Essa nova realidade assume dimensões que ultrapassam o ambiente e as relações de trabalho, se articulando dialeticamente à institucionalização da apropriação privada da terra, impondo obstáculos de acesso ao meio básico de reprodução da vida, a moradia.

De livre o trabalhador só tinha a liberdade de vender sua capacidade de trabalho, ficando a ilusão que, no desenvolvimento das relações capitalistas de trabalho, legitima a venda da força de trabalho e a apropriação da terra como mercadoria. Um fetiche que, colocando como orientação universal a privatização da riqueza, permite ao trabalhador racionalizar a separação de si do produto de seu trabalho, o qual só reencontrará pela mediação do dinheiro (PEREIRA, 1988, p. 55).

As perdas trabalhistas não eram maiores para a época porque o trabalho artesanal na construção, empregando grande quantidade de mão-de-obra, articulado à resistência operária conseguia manter conquistas salariais e de jornada. Não obstante, o enfrentamento entre os agentes do setor imobiliário e os trabalhadores fazia prevalecer os interesses dos primeiros, que se amparavam ainda no poder instituído representado, por exemplo, pela força policial para forjar a subordinação dos trabalhadores.²⁰

²⁰ Pereira (1988, p. 147) descreve que, “numa greve de pedreiros a polícia intervém imediatamente, dispersando piquetes e prendendo grevistas. Vários empreiteiros e mestres-de-obras, em conferência

Farah (1996) destaca a alteração do perfil dos trabalhadores da construção, observado a partir da década de 30, como um fator relevante para a desmobilização da categoria. A partir dessa época:

A composição da mão-de-obra da construção alterou-se significativamente, passando a predominar o migrante brasileiro, egresso da zona rural, sem escolaridade e sem experiência anterior no exercício da atividade construtiva. Esta mudança na composição da mão-de-obra foi acompanhada pela desmobilização e desorganização da categoria (Grandi, 1985), a qual (...) chegara a se constituir, no início do século, em elite do operariado urbano (FARAH, 1996, p. 162).

Essas mudanças eram conseqüência em parte das alterações desencadeadas a partir do processo de urbanização e industrialização nacional. A regulação do sindicalismo e da relação entre capital e trabalho pelo Estado, nesse novo contexto, também foram importantes para o enfraquecimento coletivo do trabalhador.

A alta rotatividade do emprego (fator de âmbito interno à atividade construtiva) contribuiu também nesse sentido. Por meio desta estratégia se configurava uma situação de instabilidade no emprego, que se colocava como uma forma de pressão contra a rebeldia do trabalhador, e que impedia a consolidação de laços e a luta por direitos comuns.

À medida que avançava a industrialização e urbanização no país, demandava-se avanços no setor de construção pesada e montagem industrial. Entre a década de 50 e 60, verificou-se um grande desenvolvimento desses setores concomitante à inflexão no setor de construção de edificações.

Farah (1996, p. 176), apresenta alguns dados que demonstram a taxa de crescimento da indústria da construção *lato sensu* entre a década de 50 e 60: “de uma taxa anual de crescimento que de 1,9, entre 1959 e 1965, passou-se para uma

com o (...) delegado, obtêm ‘o compromisso de que a polícia dará inteira garantia a todo pedreiro que se conserve estranho ao movimento (CP 2.8.1911, cit.)’.

taxa de 10,6, entre 1965 e 1970". O desenvolvimento do setor foi favorecido pela expansão do mercado e pelo sistema de financiamento estabelecido pelo Estado. A introdução de novos materiais e componentes, que apontavam para uma maior simplificação do trabalho no canteiro implicaram na redefinição de atividades e na intensificação da desqualificação do trabalho.

A partir da década de 70, num contexto do regime autoritário, o enfrentamento dos trabalhadores diante das más condições de trabalho se concretizou através de quebra-quebras e de paralisação das atividades em canteiros de obras (SOUSA, 2007). Esse movimento foi motivado por um cenário em que a classe trabalhadora em diferentes seguimentos se organizava contra o governo autoritário e o patronato e por reivindicações salariais.

Em suma temos nesse período, desencadeado pelo avanço das relações capitalistas no território brasileiro, a transformação na maneira de construir, através da introdução da técnica e da organização do trabalho em detrimento do saber fazer dos construtores tradicionais. Uma nova teia de relações e processos se articulava, redefinindo os papéis dos agentes e criando novos, em prol da (re)produção do capital no/pelo espaço, tendendo a uma maior complexificação nas décadas que se seguiram.

3.2 A construção civil e o trabalho operário na sociedade urbana contemporânea

Avançando no tempo, temos a consolidação da construção civil enquanto atividade produtiva que mobiliza a produção do espaço urbano, apresentando-se como um dos agentes desse processo. Diante do avanço histórico, podemos inferir sobre o papel crucial que a construção civil desempenhou, enquanto atividade econômica e produtiva para a consolidação da industrialização e urbanização nacional. Mantendo a lógica dominante, esse setor expandiu sua atuação em prol da reprodução do capital - via produção do espaço urbano. Ainda assim, a construção

civil não atua apenas ou diretamente interessada nesse objetivo, mas para dar suporte ao sistema urbano e à reprodução da sociedade.²¹

Emblemática nesse sentido é a forma como a construção civil encontra-se sub-dividida e o papel que cada um de seus sub-setores exerce no processo de produção do espaço. Esses seriam: a) Edificações; b) Construção Pesada e; c) Montagem Industrial (GAGLIARDI, 2002); (MENDES, 2008). O ramo de edificações é responsável pela construção de edifícios residenciais, comerciais e públicos, construção de conjuntos habitacionais etc. Na construção pesada, temos, por exemplo, a construção de rodovias, ferrovias, barragens hidrelétricas. Já o ramo de montagem industrial é responsável pela construção de complexos siderúrgicos, indústrias de bens de capital, montagem de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica etc.

Entendendo que a indústria da construção civil se torna um dos suportes de reprodução da sociedade urbana capitalista²² - expressa em sua lógica de atuação e em seus produtos - temos que seus agentes reproduzem as orientações gerais estabelecidas pelo paradigma dominante, motivados por necessidades e interesses particulares, que estão condicionados às necessidades histórica e espacialmente constituídas. Todavia, isso se dá, mas não sem conflitos entre os agentes que comandam o processo, e também entre esses e o restante da sociedade, como por exemplo, os trabalhadores da construção.

A lógica de atuação dos diversos agentes que se beneficiam do processo de produção do espaço se diferencia pela posição/função que esses agentes ocupam

²¹ O movimento de reprodução do homem, da sociedade e de lógicas dominantes nela existentes, num movimento dialético (re)cria estruturas e formas, valores e necessidades que favorecem a reprodução de interesses que comandam tal processo.

²² Não queremos dizer com isso que o que hoje é denominado como indústria da construção civil existe em função unicamente da reprodução do sistema capitalista. Esta se estabelece e se reproduz também como necessidade social, e como tal, instituída no tempo e no espaço. Nesse sentido, a reprodução deste setor se realiza dialeticamente em função das necessidades da sociedade e da reprodução do capital. A evolução de técnicas construtivas – sejam elas complexas ou mais rudimentares - e a sua aplicação para a construção de moradia e outros tipos de edificações por diferentes sociedades são anteriores a esse sistema e são básicas a reprodução de qualquer sociedade.

no processo de (re)produção do capital e, mais especificamente no setor imobiliário. De acordo com Gottdiener (*apud* MENDES, 2000), haveria no mínimo três frações de capital que atuam no ambiente construído, de acordo com as formas de realização da mais-valia. A primeira forma concentrar-se-ia entre aqueles que se apropriam da renda de forma indireta, como por exemplo, os donos de terras e agentes financeiros que atuam através da especulação imobiliária. A segunda fração do capital busca juros e lucros através da construção, encarregando-se da construção ou do financiamento da obra. Já a terceira fração que atua no interesse de classe como um todo é denominada de 'capital' geral, pois considera o ambiente construído um local para a apropriação efetiva de mais-valia.

Entendemos que esses capitais têm nos agentes encarregados efetivamente pelo processo construtivo, os meios de sua realização. Nessa relação, os agentes da produção imobiliária são acionados pelos outros agentes. De acordo com Ribeiro (1997, p. 158):

A empresa de construção trabalha sob a encomenda do incorporador, o que significa que a característica da produção capitalista da moradia é a subordinação do capital produtivo ao capital de promoção.

O capital incorporador apresenta-se como suporte para a produção e a circulação dos bens imóveis, todavia podendo se articular ao proprietário fundiário e ao construtor. Nesses termos Ribeiro (1997) explica que:

ao adquirir o terreno [o capital incorporador] assume também o controle sobre uma condição que permite o surgimento de um sobrelucro de localização: a transformação do uso do solo. Isto significa que uma parte do lucro do incorporador pode ser constituída de renda da terra não integralmente paga ao proprietário (RIBEIRO, *Idem*, p. 98).

Logo:

Comprado o terreno e decidida a operação imobiliária a realizar, o incorporador contrata o construtor para produzir as moradias. Aqui temos também uma relação de dupla determinação, pois enquanto proprietário do solo ele estabelece uma relação com o agente construtor do tipo proprietário/capitalista e, ao mesmo tempo, enquanto agente suporte do capital de circulação, estabelece uma relação capitalista comercial/capitalista 'industrial'. Essa dupla função do incorporador "vis-à-vis" do construtor tem como origem o fato de ele não se restringir a um papel passivo de revender ou alugar o terreno adquirido mas de *promoção do empreendimento* (grifo do autor), gerindo a produção e a comercialização (RIBEIRO, 1997, pp.99-100).

A superposição de relações de propriedade e relações capitalistas entre construtores e incorporadores permite ao mesmo tempo a remuneração do incorporador pela apropriação de rendas fundiárias e a extração de parte da mais-valia auferida por meio da produção. Visualiza-se, a partir do exposto, a forma como a construção civil se coloca no processo de produção do espaço.

Frutos da relação entre a expansão da sociedade urbana, os interesses de reprodução do capital e o desenvolvimento técnico dos processos construtivos, surgem, por exemplo, formas urbanas como os arranha-céus, aliados ao processo intenso de verticalização nos centros urbanos. Tem-se então um melhor aproveitamento do espaço, e conseqüentemente a obtenção de rendas fundiárias e imobiliárias maiores, além de servir de suporte e meio de reprodução da vida e, de capitais de diversas naturezas.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, a construção civil tem desempenhado um papel importante no crescimento da economia, como já anunciado. O mesmo apresenta-se como um dos elementos-chave da articulação e mobilização de diferentes setores industriais que produzem insumos, equipamentos e serviços, assim como na geração de emprego, conforme explicitado por Gagliardi (2002).

Inclusive, o *construbusiness* se apresenta na atualidade como uma nova tipologia que define a articulação entre diferentes atividades da cadeia produtiva do setor. Ou seja, o *construbusiness* se caracterizaria por organiza-se como uma

grande corporação envolvendo todas as etapas do processo produtivo, como venda de lotes, construção de edifícios, fabricação de cimento, pré-moldados etc. (MENDES, 2008).

Dados, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentados em publicação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2001), relativos aos anos de 1998/99, demonstram que o setor respondeu, sozinho, por 10,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e por 6,6% das ocupações no mercado de trabalho, “sem contar os efeitos positivos da atividade na geração de empregos ao longo de toda sua cadeia produtiva” (DIEESE, 2001, p. 01). Todavia sua importância econômica e social revela-se contraditória.

No que compete ao pessoal necessário e às atividades para a execução de edificações urbanas, temos a consolidação da divisão do trabalho de construção. Logo, o setor emprega uma variada gama de profissionais: desde engenheiros, arquitetos até os trabalhadores de base, como pedreiros, armadores e serventes. Considerando a hierarquia de trabalho na construção civil: os quadros superiores (engenheiros, arquitetos etc), pelo tipo de trabalho que realizam - validado pela formação de nível superior - auferem remunerações que lhes confere uma vida de padrão médio a alto.

Já os operários, possuem em geral poucos anos de estudo, sendo-lhes exigido o conhecimento dado pela experiência no ofício, cujo trabalho é caracterizado predominantemente pelas atividades braçais. A essas características somam-se as baixas remunerações, características gerais que não destoam tanto daquelas observadas a partir de meados do século XX.

A divisão do trabalho na construção civil direcionou de tal forma os canteiros de obras, que hoje parece natural essa forma de organização do processo de construção e do trabalho. Logo, a construção se realiza em etapas, que podem ser resumidas em fundação, estrutura e acabamento. Para cada etapa demandam-se equipamentos e mão-de-obra específicos. Portanto, é cada vez mais difundida a contratação de empresas que dispõe de pessoal e material específico para cada

uma dessas etapas, principalmente quando se trata das edificações encabeçadas pelo grande capital.

Partindo para uma melhor configuração das condições de trabalho dos operários nos canteiros, no Brasil, e sobre suas implicações socioespaciais, nos baseamos então em alguns dados das últimas décadas. Na construção civil, assim como na maioria dos ramos de atividades econômicas, observa-se (Tabela 1) que a quantidade de horas trabalhadas fica entre 40 e 44 horas, o que reflete a própria normatização legal sobre o assunto, presente na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição Federal (CF)²³. Todavia, os dados revelam que a jornada de trabalho em todas as atividades enumeradas no ano avaliado extrapola os limites legais. A construção civil apresentou em 1998, conforme a referida tabela, uma das maiores percentagens de pessoal (26%) que trabalha entre 45 e 48 horas semanal.

Na faixa que varia entre 49 e mais horas de trabalho, a construção civil apresenta 22% de participação de seu pessoal, atrás do setor de Transporte e Comunicação (37%), do Comércio de mercadoria (28%) e do setor de Prestação de serviços (27%). Considerando que os salários na construção civil são baixos e o risco de perda do emprego, isso leva os trabalhadores a se submeterem a essas jornadas extensas, que reforçam a sua exploração. Essas práticas favorecem a empresa ainda, no sentido de economizar com a contratação de mais mão-de-obra.

²³ O Artigo 7º, inciso XIII da CF estabelece: A “duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção trabalhista” (Constituição da República Federativa do Brasil de 88, 2006, p. 11)

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana no trabalho principal e nos ramos de atividade no trabalho principal no Brasil- 1999 (em %)

Ramos de atividade no trabalho principal	Total (Valor Absoluto)	Até 14	15 a 39	40 a 44	45 a 48	49 ou mais
Brasil	71 676 219	7	24	32	17	20
Agrícola	17 372 105	15	32	20	13	19
Indústria de transformação	8 278 798	2	10	50	22	16
Indústria da construção	4 743 095	2	10	40	26	22
Outras atividades industriais	783 068	1	14	52	20	13
Comércio de mercadorias	9 618 374	5	19	28	20	28
Prestação de serviços	13 849 433	6	24	25	18	27
Serviços auxiliares da atividade econômica	2 782 543	2	18	50	13	17
Transporte e comunicação	2 815 179	2	12	29	20	37
Social	6 774 080	4	43	39	8	7
Administração pública	3 315 247	1	25	55	12	8
Outras atividades ou atividades mal-definidas/não declaradas	1 344 297	3	25	47	12	13

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999, Síntese de indicadores 1999: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 1 CD-ROM.

Obs.: Não inclui as pessoas da zona rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A Tabela 2 nos permite visualizar como a questão da desobediência a jornada legal de trabalho se apresentou por setores de atividades entre 2004 e 2007 nas Regiões Metropolitanas (RM's) e no Distrito Federal (DF). É possível observar que foi no setor Comércio que houve uma maior participação dos assalariados com jornadas superiores à legalmente instituída. Em segundo lugar ficou a indústria, no qual está incluída a construção civil. As RM's nordestinas (de Salvador e Recife) obtiveram maior participação nesse fenômeno. No DF observou-se um leve

decréscimo na ocorrência de jornada de trabalho acima da legalmente permitida (de 43,4% em 2004 para 37,7% em 2007).

Tabela 2 – Assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal, por setor da economia – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2004-2007 (em %)²⁴

Regiões Metropolitanas	Indústria				Comércio				Serviços			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
São Paulo	42,4	38,8	36,7	33,3	59,1	56,6	55	54,6	38	36,5	35,2	33,8
Porto Alegre	29,3	26,2	22,5	25,8	50,6	51,6	47,9	50,6	28,8	27,6	25,2	26,4
Belo Horizonte	36,8	37,9	33,6	37,4	51,8	51,9	49	48,4	27,2	27,6	25,4	24,9
Salvador	44,8	48,9	49,1	45,8	60,6	64,3	65,9	62,8	31,4	32,5	32,3	31,4
Recife	61,2	59	61,5	60	72	71,6	73,1	69,8	39,1	39,4	39,5	37
Distrito Federal (2)	43,4	40,6	37,9	37,7	67,2	65,2	61,7	66,1	20,9	20,5	19,7	20,6

Fonte: DIEESE, Anuário dos trabalhadores. São Paulo: DIEESE, 2008.

Notas: (1) Exclui serviços domésticos.

(2) A série histórica do Distrito Federal foi revisada de forma a compatibilizar o indicador de setor de atividade econômica com o das demais PED's.

Obs.: a) A média de horas trabalhadas exclui os que não trabalharam na semana.

b) A média semanal de horas trabalhadas é resultado das médias semanais durante o ano.

Quanto ao perfil do trabalhador da construção, esse ramo é composto, quase que totalmente, por trabalhadores do sexo masculino. O setor aloca um grande contingente de trabalhadores pobres e com baixa escolaridade. A estrutura funcional de base no setor é constituída de mestres, pedreiros e serventes, dentre outros, que dividem hierarquicamente o canteiro de obras.

Dados sobre os trabalhadores ocupados na construção civil no mesmo recorte espacial referenciado anteriormente, disponibilizados pelo DIEESE (2001), no biênio 1998/1999, são ilustrativos de algumas características do trabalhador do setor, como pode ser observado nas tabelas a seguir. Os pedreiros e ajudantes configuram algumas das categorias que auferem menores rendimentos nos

²⁴ Os dados das tabelas 1 e 2 não são utilizados de forma a proporcionar uma comparação porque foram retirados de fontes diferentes de pesquisa, que possuem diversidade na metodologia de coleta e apresentação dos dados, além de tratarem de momentos e recortes espaciais diferenciados, embora não excludentes.

canteiros de obras (Tabela 3). Esses rendimentos conseguem ser menores nas Regiões Metropolitanas nordestinas, de Recife e de Salvador, apontadas na referida tabela. Isso nos permite visualizar a diferenciação regional dos rendimentos, que estão atreladas às desigualdades socioespaciais nacionais.

Tabela 3 - Rendimentos dos ocupados na construção civil segundo principais ocupações

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/99

(valores em reais de março de 2000)

Regiões Metropolitanas	Pedreiro	Servente	Total de ocupados na Construção Civil
Belo Horizonte/MG	R\$ 418,00	R\$ 206,00	R\$ 517,00
Distrito Federal/DF	R\$ 493,00	R\$ 285,00	R\$ 707,00
Porto Alegre/RS	R\$ 465,00	R\$ 244,00	R\$ 530,00
Recife/PE	R\$ 346,00	R\$ 178,00	R\$ 398,00
Salvador/BA	R\$ 332,00	R\$ 163,00	R\$ 482,00
São Paulo/SP	R\$ 595,00	R\$ 313,00	R\$ 725,00

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. DIEESE, 2001.

Elaboração: DIEESE

Obs.: Inflatores utilizados ICV – DIEESE/SP; IPCA/BH/Ipead; ICV-DF/ Codeplan; IPC-IEPE/RS; IPC Descon/Fundaj/PE; IPC-SEI/BA

Os dados confirmam que a escolaridade geralmente é baixa entre os trabalhadores de base ocupados no setor, como podemos observar na Tabela 4. Considerando as RM's analisadas, a média de anos de estudo entre os trabalhadores foi de 5 anos. Coerente com a situação anterior, temos que o analfabetismo também é bem presente nos canteiros. As menores taxas de

analfabetismo foram observadas nas RM's de Porto Alegre (4,3%) e de Belo Horizonte (6,6%).

Tabela 4 - Idade média, média de anos de estudo e taxa de analfabetismo dos ocupados na construção civil
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/99

Regiões Metropolitanas	Idade Média	Anos de estudo	Taxa de analfabetismo (%)
Belo Horizonte/MG	36	5	6,6
Distrito Federal/DF	37	5	10,1
Porto Alegre/RS	38	6	4,3
Recife/PE	35	5	16,1
Salvador/BA	36	6	9,2
São Paulo/SP	36	5	12,7

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. DIEESE, 2001.
Elaboração: DIEESE

Observa-se ainda que a migração é uma realidade recorrente entre os trabalhadores da construção civil (Tabela 5), o que pode ser explicado pelas carências materiais, pela instabilidade de inserção no mercado de trabalho etc., que obrigam a permanente busca por melhores condições de vida. O histórico de entrada de migrantes de baixa renda em Brasília, primeiro em busca de emprego na construção da capital, e depois para se inserirem em atividades domésticas, de catadores de papel e outros, como a própria construção civil, configuram bem essa realidade.

No caso do DF, através da Tabela 5 e de outros estudos, é possível perceber que a maioria dos empregados na construção civil ainda é originária de outros Estados. Isso revela uma das facetas da realidade brasileira, que se constitui das profundas desigualdades socioespaciais que empurra as pessoas das áreas mais deprimidas para as mais desenvolvidas, em busca de melhores condições de vida ou da satisfação de necessidades imediatas de sobrevivência²⁵.

Tabela 5 - Ocupados na construção civil, segundo condição de migração

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998/99

Regiões Metropolitanas	Migrante (%)
Belo Horizonte/MG	58,6
Distrito Federal/DF	86,1
Porto Alegre/RS	60,5
Recife/PE	35,8
Salvador/BA	54,6
São Paulo/SP	76,4

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. DIEESE, 2001
Elaboração: DIEESE.

O alto grau de rotatividade no emprego também é uma característica do setor (possível de ser inferido através da Tabela 6) em decorrência da mão-de-obra ser contratada geralmente por obra. Essa situação irá contribuir para a instabilidade nas condições de vida do trabalhador e pode favorecer a mobilidade espacial, em busca de uma nova inserção no mercado de trabalho, ao findarem as obras do emprego anterior.

²⁵ A esse respeito ver, por exemplo, Burzstyn (2000), que trata sobre os migrantes em situação de exclusão, que vivem do lixo produzido em Brasília.

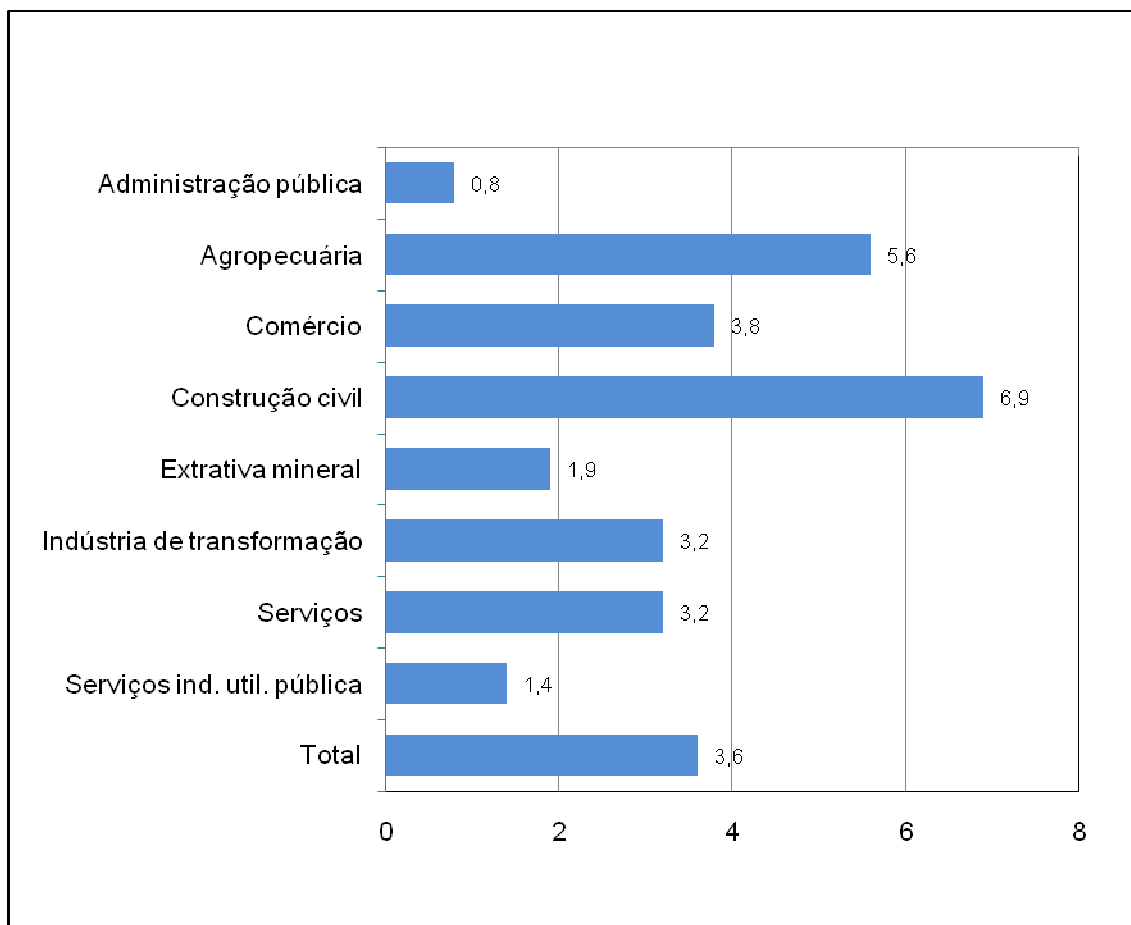
Tabela 6 - Desempregados com experiência anterior e que tiveram a construção civil como último trabalho e por tempo médio de procura por novo trabalho

Regiões Metropolitanas e DF - 1998/99	% dos Desempregados que vieram da Construção Civil	Tempo Médio de Procura por um Novo Trabalho (em semanas)
Belo Horizonte/MG	11,0	40
Distrito Federal/DF	10,2	70
Porto Alegre/RS	8,9	37
Recife/PE	10,9	33
Salvador/BA	10,6	50
São Paulo/SP	8,3	39

Fonte: DIEESE/SEADE. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego. DIEESE, 2001.
Elaboração: DIEESE.

O Gráfico 1 expressa de forma específica a taxa de rotatividade por setores de atividades no Brasil em 2007. Apesar de identificar esse fenômeno de maneira abrangente para o território nacional, é possível, por meio do mesmo, confirmar que a rotatividade na construção civil é das mais altas entre os setores de atividades econômicas nacionais. No período analisado a construção civil apresentou a maior taxa média de rotatividade no emprego (6,9%), enquanto a média nacional ficou em 3,6%.

Gráfico 1 – Taxa de rotatividade por setor de atividade no Brasil em 2007 (%)



Fonte: DIEESE, Anuário dos trabalhadores. São Paulo: DIEESE, 2008.
Obs.: Média anual.

O DIEESE (2001) afirma que a busca pela flexibilização dos contratos de trabalho e da jornada – reduzindo direitos e aumentando o poder empresarial sobre o uso da força de trabalho - tornou-se elemento fundamental do discurso e da prática das empresas na última década. Associadas à crescente precarização das relações de trabalho e emprego, a sub-contratação e a terceirização estão presentes na grande maioria dos canteiros de obras, redefinindo as relações entre o capital e o trabalho no interior da construção civil.

Ainda segundo o DIEESE (2001), nessa linha de atuação, as grandes empresas contratam os subempreiteiros para deixar de pagar os custos sociais e

terceirizar o risco do passivo trabalhista. Sob a ótica dos trabalhadores, de acordo com o DIEESE:

o processo de terceirização se coloca não mais como tendência, mas como realidade no setor, significa precarização - sob o eufemismo da “flexibilização” das condições de trabalho -, perda de renda e dificuldades de fiscalização por parte do sindicato (DIEESE, 2001, pp. 6-7).

Logo, as condições precárias de trabalho típicas da construção civil, pautadas pelas estratégias capitalistas contemporâneas, tendem a se acentuar. Todavia, essas orientações são adotadas, adaptadas às peculiaridades do setor, como por exemplo, a manutenção da manufatura na produção. Dessa forma, observa-se que tem se destacado, nos últimos anos, a adoção de medidas voltadas para a gestão e controle do trabalho em prol da produtividade, se comparado aos investimentos em tecnologias de produção.

Alguns estudos alegam que a reduzida introdução de novas tecnologias no setor está atrelada a falta de qualificação dos operários que inviabiliza a adoção desses recursos. Porém, entendemos, conforme explicitado no sub-capítulo anterior, que a construção civil encontrou na extração de mais-valia absoluta, favorecida pelas condicionantes socioespaciais nacionais, como as desigualdades e a pobreza, elementos favoráveis a esta estratégia.

Farah (1996), em estudo sobre o processo de trabalho na construção, aponta variados fatores que seriam responsáveis pela permanência da construção habitacional sob a base técnica manufatureira, elementos estes que se inter-relacionam. Dentre esses fatores, teríamos que:

Os lucros obtidos com atividades não produtivas acabam por subordinar o capital produtivo ao capital promocional, desestimulando a busca de ganhos de produtividade, através de inovações tecnológicas ou da racionalização do trabalho, o que vem reforçar a tendência de manutenção da base técnica manufatureira, mão-de-obra intensiva, no setor (FARAH, 1996, p. 111).

Ou seja, o capital de incorporação se insere no ciclo de produção e circulação de moradias, tendo como objetivo superar o problema fundiário e de insolvibilidade. No entanto, as possibilidades de extração de mais-valia e renda fundiária por esse agente acaba reforçando a reprodução desse obstáculo. Logo, os ganhos do capital de construção ficam subordinados aos ganhos do capital de incorporação, não atingindo, nesse processo, níveis que estimulem a industrialização do setor de construção.

Por isso, para os agentes da construção é mais interessante manter esse padrão de condições de produção, que investir em tecnologia e na qualificação de seu pessoal para o exercício das atividades de construção. Dessa forma, mantém-se, dentre as estratégias do setor, a manutenção dos baixos custos de produção através da superexploração do trabalhador.

Quanto ao investimento em qualificação, tem sido observada a preocupação por algumas construtoras em oferecer qualificação ao trabalhador no próprio canteiro. No entanto, como o próprio nome expressa, essa medida restringe-se à qualificação para o exercício do ofício, caso contrário, as próprias condições de manutenção da submissão do trabalhador estariam em risco, já que, como nos fala Ferro (1982), a incompreensão e o alheamento em relação ao processo construtivo é condição necessária à produção de mais-valia.

Não negamos o importante papel do setor para a geração de empregos no Brasil, que contribui para a sobrevivência de um número elevado de pessoas no país. Mas, como enfatizado, está população em geral sobrevive, enquanto os agentes do setor auferem lucros exorbitantes com o produto desse trabalho. Devemos considerar ainda, conforme já explicitado, que essa realidade é um fator favorável à extração de mais-valia no ramo da construção.

Outra importância social do setor está relacionada à produção de moradia, logo, está diretamente relacionada à reprodução da vida. Como bem explicitado por Carlos (1994, p. 110): “À medida que se desenvolve o ciclo do capital, cria-se e desenvolve-se o processo de produção do espaço pela sociedade, que não só possibilita a produção e reprodução do capital como também a existência humana”.

De acordo com estudo do PCC/USP (2003), umas das importâncias sociais das atividades da construção civil relacionam-se com o elevado déficit habitacional no país. O estudo reconhece que esse déficit está concentrado principalmente entre as famílias com renda de até cinco salários mínimos. Contudo, o setor não tem sido o principal responsável pela solução do problema da escassez de moradia para as classes populares. Estas têm sido encaminhadas por meio da auto-construção da habitação, pela segregação para áreas periféricas, desprovidas de condições básicas de urbanidade etc. Ou seja, a solução para o problema ocorre como uma concessão do Estado enquanto - e em áreas onde - o capital ainda não vê condições suficientes de apropriação para a extração intensa de renda fundiária e imobiliária, de lucros e juros.

Esse processo precário de reprodução da vida está subordinado à própria relação capital-trabalho, que por meio da máxima possibilidade de extração de mais-valia impõe a reprodução da vida ao mínimo necessário à reprodução para o trabalho, (re)alimentando nessa dinâmica as condições de submissão do trabalhador. Ou seja, está intimamente articulado às necessidades do trabalhador. Logo, o entendimento da relação capital-trabalho passa pela discussão das necessidades, na medida em que em função delas os homens podem torna-se servis, conforme escrito por Carlos (1994).

Após aventados os aspectos centrais sobre o processo de industrialização e urbanização no Brasil e especificamente, no capítulo que se finda, a análise sobre a conformação da construção civil e da relação capital-trabalho no mesmo, temos as bases necessárias para prosseguirmos com a análise sobre a produção do espaço urbano em Brasília.

O entendimento dos processos tratados no capítulo que se segue não prescinde da análise sobre os processos históricos tratados até o momento, os quais consubstanciaram o entendimento sobre a primeira questão de pesquisa - Como a relação entre condicionantes estruturais e socioespaciais locais define a produção do espaço urbano em Brasília?

4. BRASÍLIA: DA CONSTRUÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO CONTRADITÓRIO²⁶

Foi necessário muito mais que engenho, tenacidade e invenção. Foi necessário 1 milhão de metros cúbicos de concreto, e foram necessárias 100 mil toneladas de ferro redondo, e foram necessários milhares e milhares de sacos de cimento, e 500 mil metros cúbicos de areia, e 2 mil quilômetros de fios. E 1 milhão de metros cúbicos de brita foi necessário, e quatrocentos quilômetros de laminados, e toneladas e toneladas de madeira foram necessárias. E 60 mil operários! Foram necessários 60 mil trabalhadores vindos de todos os cantos da imensa pátria, sobretudo do Norte! 60 mil candangos foram necessários para debastar, cavar, estaquear, cortar, serrar, pregar, soldar, empurrar, cimentar, aplainar, polir, erguer as brancas empenas... Como se tivessem sido depositadas de manso por mãos de anjo na terra vermelho-pungente do planalto, em meio à música inflexível, à música lancinante, à música matemática do trabalho humano em progressão.

(...)

O trabalho humano que anuncia que a sorte está lançada e a ação é irreversível.

(Trecho IV Brasília Sinfonia da Alvorada, Vinicius de Moraes, Antonio Carlos Jobim)

²⁶ Este capítulo está subdividido por períodos. A periodização adotada, com base em Cidade (2003), apresenta adaptações em relação à de outros autores que estudam a questão urbana em Brasília. Reconhecemos que os processos sociais não ficam estaques e divididos como apresentado nas periodizações. Estas sendo adotadas, no entanto, por possibilitar uma configuração mais sintética dos processos históricos, considerando nesse sentido as linhas gerais das dinâmicas socioespaciais locais. Nesse sentido, são nomeados algumas variáveis e elementos mais relevantes segundo a problemática em estudo. A única alteração feita ao adotarmos a referida periodização (CIDADE, Idem), diz respeito à terceira fase, “de Expansão”, que originalmente se estende até o ano 2000, mas que para nossa análise vai até meados de 2009.

4.1 Produção do espaço urbano em Brasília na fase de Implementação (1956 a 1969)

Inaugurada em 1960, “a cidade símbolo do urbanismo modernista foi criada para desempenhar um papel geopolítico crucial na disseminação do modelo de acumulação fordista no Brasil” (CIDADE, 1999). Logo, a nível nacional, a criação de Brasília adequava-se bem aos interesses geopolíticos da nação e do capital²⁷.

Segundo seus idealizadores, a construção da nova Capital constituir-se-ia num modelo para o novo Brasil que então estava nascendo, deixando para traz anos de atraso de uma sociedade rural e tradicional para a consolidação de um Brasil novo, moderno e urbano (ANTUNES, 2004, p. 16).

Tem-se então, do período de implantação até o início da consolidação urbana da capital, que o Estado foi o grande agente do processo de urbanização, atuando como “planejador, construtor, financiador da ocupação e proprietário do solo urbano e rural” (SILVEIRA, 1999, p.147). Sob essas condições, nessa fase as atividades econômicas giraram em torno da construção civil e do comércio para atender as necessidades do pessoal envolvido nas obras.

Peluso (2003) num estudo sobre Brasília - analisando os processos histórico-espaciais, a partir das representações sociais - permitiu-nos inferir sobre a importância dos elementos ideológicos,²⁸ que foram articulados para a constituição

²⁷ Ferreira & Penna (1996, p. 193) destacam que o planejamento serviu como o instrumento dessa expansão, “perseguido um modelo ‘ideal’, considerado bom para todos, que independente das especificidades de cada um, reproduzia o sistema em todos os lugares.” Dessa forma, desconsiderava as contradições geradas pelo próprio sistema, tratando as desigualdades sociais e espaciais como ineficiência, retardamento ou uma etapa do desenvolvimento a ser superada pelo planejamento. De forma descontextualizada dos processos estruturais e dos condicionantes e especificidades do local, tal orientação não teve as respostas apropriadas para o enfrentamento dos problemas urbanos, até porque esse não era o principal interesse dos agentes que comandavam o processo.

²⁸ Destacamos como os elementos ideológicos são relevantes na produção do espaço e na orientação das representações da sociedade sobre esse processo. Nesse sentido, é importante destacar o papel dos mesmos para escamotear e amparar as ações hegemônicas na produção do espaço urbano.

da nova Capital. Sob essa perspectiva temos que “o movimento de expansão econômica, de produção espacial e de elaboração mítica apresentaram Brasília como o instrumento do desenvolvimento e a afirmação de um novo Brasil, industrializado e independente” (PELUSO, 2003, p. 14). Negava-se com isso, a realidade brasileira, em prol de uma nova imagem que contribuiria para o futuro promissor da nação.

Considerando o que escreve Peluso (Idem), chama-nos atenção a forma como os signos do progresso foram articulados para legitimar a necessidade de construção de Brasília, para envolver a sociedade nesse processo, todavia, sem expressar o real conteúdo e interesses aí presentes. Esses fatores foram muito importantes para atrair uma grande leva de trabalhadores para “a grande obra” (RIBEIRO, 1980). Dos rincões de pobreza e desigualdades sociais presentes em todo Brasil, dos quais a região Nordeste ainda é um dos mais significativos exemplos, vieram trabalhadores em busca de emprego e perspectivas de melhoria de vida²⁹. Com isso, parte dos fluxos migratórios que antes se direcionava para a região Sudeste destinou-se a partir de então para o interior do país.

A chegada dos operários e as demandas destes por moradia começaram a se confrontar com os interesses dos agentes de comando da construção da cidade. Entendemos que a partir desse momento delineou-se o **início da produção contraditória do espaço urbano de Brasília**³⁰. Como formação socioespacial historicamente constituída, negando-se ou não os condicionantes de sua formação, estes se imporiam na construção de Brasília. Neste sentido, entendemos que a contradição passa a se revelar: pelas medidas de alocação do operariado em áreas periféricas do quadrilátero, configurando a segregação social no espaço da “capital da esperança”.

²⁹ “Operários chegavam de todas as regiões do país em busca de trabalho. Eram candangos, que derivavam do Nordeste, do interior de Goiás e dos municípios de Minas e Mato Grosso, a fim de ‘dar uma mão’ na obra de desbravamento do Planalto” (Kubitschek *apud* RIBEIRO, 1980, p. xxxiv-xxxv).

³⁰ Entendemos este como “o início” da produção contraditória de Brasília, pelo fato de embora já latente de contradições, essas se expressarem em Brasília de forma mais nítida e factual, quando, em decorrência do início da construção, os trabalhadores passam a vivenciar a exploração nos canteiros, além de lhes ser negado o espaço adequado para a reprodução da vida.

Vesentini (1985, p. 109) relata que, buscando envolver os trabalhadores na construção da nova capital, apregoava-se “a suspensão da luta capital/trabalho em prol daquele que seria o imperativo máximo na conjuntura histórica: a construção da Nação”. Entretanto, aí também é possível denotar outra face da “miríade” de contradições:

Apesar de alguns autores, comprometidos na época com a construção de Brasília e/ou com o governo JK, difundirem uma versão segundo a qual as obras de edificação dessa cidade teriam sido um paraíso para os trabalhadores, com ausência de desigualdades, com harmonia, com realização pessoal etc., na realidade essas obras constituem um exemplo meridiano da superexploração da mão-de-obra: média de 14/16 horas de atividade por dia, exigências de “viradas” à noite, salários baixos (e ainda corroídos pela inflação em alta), índices altíssimos de acidentes de trabalho (inclusive com mortes freqüentes), péssimas condições de moradia e alimentação (com exceção para os “funcionários graduados” como arquitetos, engenheiros etc) e até a violência das seguranças particulares das empresas construtoras, e da GEB (Guarda Especial de Brasília), sobre os candangos (VESENTINI, Idem, p. 109).

Até o surgimento das primeiras cidades satélites, os acampamentos atenderam às necessidades provisórias de moradia para os operários da construção. Mas, serviram principalmente às empresas responsáveis pelas obras por favorecer um maior controle sobre os trabalhadores devido à proximidade com o canteiro de obras. Com isso serviram:

para uma maior exploração da força de trabalho na medida em que, sendo uma forma ajustada à lógica da atividade produtiva, implica numa efetiva subordinação da quase totalidade do cotidiano do operariado nele residente aos interesses da esfera da produção (RIBEIRO, 1980, p. 57).

A manutenção dos acampamentos, enquanto meios de reprodução da vida, tendo como finalidade primeira e última a reprodução para o trabalho, permitia também um maior controle sobre a ocupação do território. No entanto, dadas as

dimensões das obras e por isso, à quantidade de pessoas necessárias a sua realização, além das expectativas dos mesmos de permanecerem em Brasília após sua construção, a demanda por moradias permanentes tendeu a se multiplicar. Expectativas essas que se contrapunham aos objetivos do Estado, como já mencionado.

Para o Estado, os acampamentos e “invasões” que se formavam nas proximidades dos canteiros de obras “deviam ser desocupados quando se inaugurasse Brasília, e a cidade provisória, destruída” (RIBEIRO, 1980, p. 17). Como parte da dinâmica de instalação dos trabalhadores no território por meio desses acampamentos, Ribeiro (1998, p. 32) destaca que “formaram-se três conjuntos básicos considerados como provisórios”: a) um onde posteriormente se formou a Candangolândia, destinado aos empregados da Novacap; b) os acampamentos das empreiteiras vinculadas à construção do Eixo Monumental e de suas edificações, que posteriormente deram origem à Vila Planalto; c) a Cidade Livre, centro de prestação de serviço e comércio, que se tornaria o Núcleo Bandeirante.

Contrariamente ao movimento de fixação da população operária no DF já no início de sua formação, o projeto urbanístico de Lúcio Costa consistia de um plano-piloto³¹, que previa a construção de cidades-satélites apenas quando a população chegasse a 500 mil habitantes. Calcado no urbanismo modernista, que privilegiava uma ótica racional, “carregava a pretensão utópica de que o desenho urbano poderia suscitar comportamentos sociais igualitários” (CIDADE, 2003, p. 163).

No entanto, as expectativas do Estado não se concretizaram, diante das dimensões atingidas pelas ocupações e das reivindicações de permanência na capital pelos trabalhadores e imigrantes que afluíam de todo o país. Logo, o sonho de integrarem-se à “capital da esperança”, à cidade igualitária, decorrente do

³¹ Daí decorre o nome pelo qual ficou conhecida a área central de Brasília. Vesentini (1985) distingue plano-piloto com minúsculas e hífen, projeto urbanístico de Lúcio Costa, de Plano Piloto, núcleo central de Brasília.

discurso inicial do Estado revelou-se um mito, não fosse a própria luta por permanecerem na Capital.³²

Assim, a solução colocada em prática pelo governo se constituiu através da periferização e da segregação da classe trabalhadora e da população de baixa renda, tendo em vista a preservação do centro para as suas funções originais. Logo, antes mesmo do término da construção de Brasília, foram criadas as primeiras cidades-satélites³³.

Decorrente da persistente necessidade de moradia, a partir da segunda metade da década de 1960, Brasília sofreu um acentuado crescimento em sua área urbana. Em 1960, tem início a construção do Gama para absorver os moradores dos acampamentos do Paranoá, Vila Planalto e remanescentes da Vila Amauri. Em 1961, surge o Núcleo Bandeirante.

Adiantada a criação das cidades-satélites, em decorrência da demanda dos operários por moradia, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), criada em 1956, foi a responsável pelo assentamento dos trabalhadores, a partir do qual a divisão social do espaço começa a se delinear. A questão da posse pública da terra, o controle sobre o uso e ocupação do solo e os fundamentos racionalistas que orientaram o planejamento e a gestão urbana marcaram a atuação do Estado no processo de ocupação urbana do DF.

Em face do período de construção das edificações e infra-estrutura da capital, a economia girou em torno da construção civil. Sendo assim, a imigração de trabalhadores foi intensa. Da relação conflituosa entre as demandas dos

³² É importante destacar nesse momento, o posicionamento de enfrentamento dos trabalhadores diante do interesse do Estado de não integrarem os mesmos na sociedade que começava a nascer. Da relação contraditória entre a ação do Estado, que se viu obrigado a prover moradia permanente aos trabalhadores, e a ação de pressão desses operários, começa a se constituir então, os primeiros núcleos habitacionais periféricos. Dessa forma, a produção do espaço (desigual) expõe os conflitos entre diferentes segmentos sociais.

³³ Taguatinga é criada em 1958 para o desafogo da pressão exercida pela massa candanga (operariado pioneiro) que, habitando a Cidade Livre (futuro Núcleo Bandeirante), clamava por melhores condições de moradia (PAVIANI, 1998, p. 125)

trabalhadores e a atuação do Estado começou a se configurar o “polinucleamento” de Brasília.

A organização do espaço urbano processou-se então, sob o formato de assentamentos habitacionais distantes entre si e do centro. Carentes de infraestrutura, equipamentos urbanos e atividades econômicas e produtivas, esses núcleos habitacionais caracterizavam-se predominantemente como cidades dormitórios, fortemente dependentes do Plano Piloto. Logo, visualiza-se na atuação do Estado um papel central na espacialização das desigualdades sociais.

4.2 Produção do espaço em Brasília na fase de Consolidação (1970 a 1985)

No bojo do “milagre econômico” e da continuidade das políticas de integração nacional encaminhadas pelos governos militares, políticas regionais foram implementadas com o objetivo de desenvolver a região Centro-Oeste e reduzir as disparidades regionais³⁴. A respeito dessas políticas, Steinberger (1999) discorre sobre os impactos que as mesmas tiveram sobre a configuração da estrutura urbana da região e sobre a formação do Aglomerado Urbano de Brasília (AUB). Nesse âmbito a autora (Idem) chama atenção para o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb), por ter tratado especificamente sobre as estratégias de consolidação da dupla função de Brasília - como capital e para o desenvolvimento econômico da região - prevalecendo, todavia, a monofunção político-administrativa.

Nesse sentido, prevaleceram as orientações de impedimentos de desenvolvimento do setor industrial em seu território, e o incentivo às atividades do terciário. Este passou a se afirmar a partir de meados da década de 70, dada a

³⁴ Expressas por exemplo na criação da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) em 1967, do Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) em 1975 e do Pergeb (Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília) no âmbito do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1975.

conclusão das principais obras de infra-estrutura e edificações da Administração Pública que até então deram primazia à construção civil³⁵. Logo, o setor terciário – motivado em grande parte pelas demandas do setor público³⁶ e de seu pessoal que progressivamente se estabelecia na cidade – passa a destacar-se entre as atividades econômicas da capital.

Com esta nova realidade, a construção civil concentrou-se então na produção de residências e implementação de equipamentos e infra-estrutura urbana, principalmente no Plano Piloto³⁷. A partir de então, a capacidade de absorção de mão-de-obra nesse setor começou a se reduzir, o que acarretou em dificuldades de realocação do excedente de baixa qualificação, dificultando o seu enquadramento em outros setores de atividades.

Configurando as orientações do planejamento e a gestão do território, temos durante essa fase a permanência do planejamento racional e tecnicista em planos como: o *Pergeb*; o Plano Diretor de Águas e Esgotos (*Planidro*), criado em 1970 e; o Plano de Estruturação e Ordenamento Territorial (*PEOT*) de 1977. Esses planos reforçaram o papel do Distrito Federal como região central, sua dinamização econômica e sua ocupação seletiva.

O *PEOT*, por exemplo, sob a alegação de preservação ambiental, manteve as diretrizes do *Planidro* de não ocupação da Bacia do Paranoá. Essas restrições reforçaram o crescimento na direção sudoeste, ao longo do eixo Taguatinga-Gama

³⁵ Em 1960, a População Economicamente Ativa do Distrito Federal - PEA-DF situava-se em torno de 70 mil pessoas, das quais, cerca de 55% alocadas na construção civil. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. *In*: <http://www.seduh.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct07.htm>

³⁶ Observa-se a partir de então, uma expansão e diversificação do setor privado, “com incremento das atividades de comércio, serviços e de um setor de indústria (...) voltado ao atendimento de demandas existente no setor público”. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. *In*: <http://www.seduh.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct07.htm>

³⁷ Este setor, até o final da década de 70, destacou-se por ser responsável pela maioria dos empregos diretos e por ter propiciado o estabelecimento e o crescimento de outras indústrias de produtos complementares a sua atividade, tais como, indústrias de extração de minerais, metalúrgicas, madeireiras, de mobiliário, entre outras. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação *In*: <http://www.seduh.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct07.htm>

e, assumiu ainda o eixo entre Plano Piloto e Taguatinga, com a proposta de criação de Águas Claras (SILVEIRA, 1999). A alegação de preocupação com a escassez de recursos hídricos no DF norteou várias ações governamentais.

Nessa fase, sob a orientação do regime autoritário, o Governo do Distrito Federal (GDF) manteve as diretrizes de preservação da concepção original da cidade. Nessa linha, instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que transferiu a população das invasões Tenório, Esperança e IAPI para a Ceilândia em 1970/71 - criada para esse fim (VESENTINI, 1985). O GDF construiu também novos assentamentos e cidades-satélites distantes entre si e do Plano Piloto, configurando estrategicamente o polinucleamento da periferia (PENNA, 2000). Já “as residências luxuosas e isoladas, mesmo tendo alcançado dimensões não previstas inicialmente, eram já admitidas no plano-piloto”, conforme frisado por Vesentini (1985, p. 105), consolidando as Penínsulas Norte e Sul.

Se até o início da década de 70 o Estado apresentava-se como o principal agente na produção do espaço de Brasília, tem-se a partir de então a “formação de um submercado imobiliário concorrencial” (CAMPOS, 1988, p. 88). De acordo com Campos (Idem, p. 88):

é nessa época principalmente com o surgimento de loteamentos na orla oriental do Lago Paranoá, fruto de alterações no plano original da cidade, que se consolida um mercado de terras, no qual registra-se o início da separação entre a propriedade fundiária e o capital imobiliário.

A Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap), criada em 1972, sucessora da Novacap foi importante na dinamização do mercado imobiliário de Brasília e na definição do modelo de ocupação da terra. Entre 1979 e 1983, o governo suspendeu a oferta de moradias por entender que isso incentivava a imigração.

Em decorrência das medidas restritivas de expansão urbana e da crescente valorização fundiária no DF, tem-se, na década de 70, um crescimento demográfico

de menor intensidade na cidade, se comparado ao período anterior. Já os municípios de Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto apresentaram forte crescimento populacional³⁸. Ou seja, a tendência de periferização, observada internamente em Brasília, atravessa o seu território em direção aos municípios goianos limítrofes ao Distrito Federal.³⁹

Os obstáculos de expansão urbana no DF e o conseqüente movimento de expansão dos municípios do entorno condicionaram, mais diretamente, a vida das camadas populares, que não podiam arcar com os custos de permanência na capital. As crescentes taxas de emigração de Brasília para esses municípios e os movimentos pendulares entre ambos apontaram para a incorporação dessas áreas aos processos urbanos polarizadores do centro local, contribuindo para a formação do Aglomerado Urbano de Brasília (PAVIANI, 1989).

Buscando desenvolver uma expansão controlada do Plano Piloto, em 1987, foi apresentado o documento “Brasília Revisitada - 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana”⁴⁰, de autoria de Lúcio Costa. Sob uma ótica idealista e de controle rígido, que não considera as relações de conflito inerentes a sociedade de classes (CAMPOS, 1988), esse projeto contribuiu para a valorização do espaço e reprodução do capital imobiliário, e conseqüentemente para a manutenção da segregação residencial das camadas populares.

Já na fase de abertura política, “a gestão do território do DF incorporou o projeto eleitoral dos políticos” (PELUSO, 2003, p. 21). A escassez de habitação, resultante de ações anteriores, tornou-se o grande cabo eleitoral e estabelecia compromissos entre políticos e eleitores carentes de moradia, fazendo da terra

³⁸ Peluso (2003) destaca que entre 1979 e 1983, avaliou-se que a oferta de moradias incentivava as migrações, logo a medida tomada pelo governo foi de suspensão de construção de moradias populares.

³⁹ Esses processos vão contribuir para a formação do centro polarizador metropolitano (FERREIRA & PENNA, 1996)

⁴⁰ “Esse documento serviu de base para a inscrição de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, em 1987, e posteriormente para o Tombamento de Brasília como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo Ministério da Cultura em 1990” (SILVEIRA, 1999, p. 155).

pública uma moeda eleitoral. Dessa dinâmica, resultou a construção de novas cidades-satélites com características semelhantes às observadas anteriormente.

Na década de 1980, observa-se também um outro processo de ocupação no DF. Este passou a ocorrer através da apropriação irregular de terras, envolvendo a compra e venda de lotes e registros irregulares em cartório, adquiridos principalmente pela população abastada, como aponta Peluso (2003). Essa dinâmica delineou um novo modelo de expansão da periferia. De acordo com Penna (2003) esse processo se situa num momento de crise da cidade, articulada à desintegração do SFH. De acordo com a autora (2003, p. 63):

a atual crise do sistema urbano está inserida na relação Estado-urbano, com a perda da capacidade de financiamento pelo urbano, provocando mudanças nas relações de acesso à cidade, principalmente em razão da possibilidade da autoconstrução, nos condomínios, da moradia e da infra-estrutura urbana, fortalecendo o processo de produção privada da cidade e estabelecendo várias ordens de conflitos sociais, ambientais, econômicos e políticos.

Sob essas condições, temos em Brasília a expansão dessa nova periferia composta de parcelamentos em Áreas de Preservação Ambiental (APA's) para a reprodução de condomínios privados para a população abastada. Essa dinâmica é encabeçada pelo mercado imobiliário ilegal que passa a ser um novo mediador do acesso da população à terra urbana, como ressalta Penna (Idem). Contraditoriamente, a postura do GDF ao lidar com essa nova dinâmica foi orientada no sentido de reconhecer e legitimar esses parcelamentos através do Plano Diretor de Ordenamento do Território (PDOT) de 1996.

Temos como principais efeitos desse período, que as políticas regionais, os instrumentos de planejamento e de gestão do território foram decisivos no fortalecimento da segregação espacial da população de baixa renda, fazendo esse processo se estender para o entorno de Brasília. Paviani (1989) aponta algumas peculiaridades da conformação desse aglomerado:

Ao contrário das demais metrópoles que se forma agregando bairros, subúrbios, conurbando-se com municípios vizinhos, numa verdadeira soldadura do tecido metropolitano, Brasília planejou o espaçamento entre os núcleos, tentando fugir à conurbação e ao emaranhado das cidades ditas tradicionais (PAVIANI, 1989, p. 66).

A ruptura do domínio estatal sobre a produção do espaço urbano diante da atuação dos agentes privados também foram decisivas em direção à fragmentação e diferenciação urbana. Situação favorecida paradoxalmente pela própria articulação de interesses entre agentes políticos e o mercado imobiliário legal e ilegal.

De toda a teia de relações e processos enumerados, podemos depreender que o espaço produzido na Fase de Consolidação expressou a correlação de forças e acomodação de interesses entre agentes sociais dominantes. Isso possibilitou o favorecimento da população abastada em detrimento da classe trabalhadora e pobre. A estas foram relegadas às áreas periféricas com baixos padrões de urbanidade.

4.3 Produção do espaço em Brasília na Fase de Expansão (1986 a 2009)

Penna (2006) destaca que as novas exigências da cidade voltada para negócios vêm se realizando em Brasília, embora, com certas dificuldades em decorrência do tombamento da área central. Decorrente de toda sua estrutura e dinâmica econômica é nela que vem se instalando os meios exigidos pela moderna economia, como por exemplo, “infra-estrutura vinculada ao sistema de telecomunicações e serviços especializados, além de qualidade ambiental e mão-de-obra qualificada” (2006, p. 11).

Nas últimas décadas, alguns ramos do setor terciário tornaram-se estratégicos para acumulação de capital e passaram a adotar “procedimentos e tecnologias atualizados para favorecer uma circulação cada vez mais rápida do capital” (CIDADE, 1999, p. 239). Além disso, a função de capital do Brasil tem atraído

para Brasília a instalação de empresas que querem proximidade com as decisões do governo federal. A presença de organismos internacionais e de embaixadas também contribui para a instalação de serviços especializados (PENNA, 2006).

Nessa nova dinâmica a relação de parceria entre público e privado tende a se acentuar, expressando-se no espaço por meio de estratégias como: “flexibilização das normas urbanísticas e ambientais, subsídios ao investimento privado e aumento da fragilidade dos mecanismos de coordenação, planejamento e gestão por parte do agente estatal” (PENNA, 2006, p. 13).

De modo específico, o movimento atual do capital imobiliário encontra respaldo, estabelece alianças, ou melhor, está entrelaçado a interesses políticos, em que o político e o econômico se relacionam em prol de sua reprodução mútua. Isso se expressa nas ações da política urbana do GDF em que “predominaria o papel de apoio à acumulação de estratos que formam a base de legitimação do Estado, em escala local, principalmente da construção civil e do capital imobiliário” (Cidade *apud* PENNA, 2000, p. 120).

Com a Constituição de 1988, que instituiu as eleições diretas para governador e para deputados distritais tem-se ainda o fortalecimento do papel do solo urbano como meio de legitimação do poder político entre a população carente. Logo, a partir das eleições para governador⁴¹ e para deputados distritais em 1990, observa-se a intensificação da apropriação incontrolável da terra e da fragmentação do território. Em função da política de distribuição de lotes, com alto teor clientelista, ocorreu um grande fluxo migratório para Brasília, constituído em grande parte por população de baixa renda.

Sob essa ótica de atuação política, os principais assentamentos implantados foram: Samambaia em 1989, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo constituídos em 1993 – às vésperas das eleições de 1994 (PENNA, 2000). A ausência de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, além da falta de

⁴¹ O governador Joaquim Roriz assumiu o governo pela primeira vez em 1986 (indicado pelo Presidente da República), sendo eleito por mais dois mandatos durante a década de 90, épocas nas quais orientou a política urbana do DF com alto teor de clientelismo e assistencialismo.

política de emprego para a mão de obra numerosa e pouca qualificada se apresentaram como fatores de manutenção da pobreza e de outros problemas urbanos, como a violência e a informalidade.

Penna (2006) destaca que após a implementação e consolidação do centro político da capital, o planejamento burocrático estatal passou a seguir outras estratégias.

“As ações públicas passam a atuar por meio de intervenções pontuais e individualizadas, segundo uma implantação gradual e incremental de assentamentos para moradia, redes de infra-estruturas urbanas e de serviços, em articulação com a apropriação e uso dinâmico do espaço para a reprodução do capital.” (PENNA, 2006, pp. 8-9)

(...)

As ações estratégicas implementadas desempenham a função de fortalecer a criação de infra-estrutura que proporcione maior fluidez e velocidade para abrigar as novas relações de produção e empreendimentos do circuito terciário moderno, com base no tripé negócios, lazer e cultura. (PENNA, Idem, p. 9)

Ao longo dos últimos anos, os instrumentos de planejamento e gestão do território (visando à preservação do Plano Piloto e de restrição à ocupação desenfreada do território) têm sido utilizados de forma flexível aos interesses econômicos e políticos dominantes. O poder político e econômico, as leis de regulação do uso do solo, assim como as brechas deixadas pela desapropriação de terras são articulados, definindo assim, a expansão urbana a partir de uma orientação mercadológica, no qual a “**politicagem**” assume papel relevante.

Através do PDOT de 1996, mantiveram-se as medidas de legitimação de parcelamentos privados nas APA's. Nessa dinâmica de expansão urbana, verifica-se o privilégio a algumas classes que se apropriam de espaços que deveriam estar disponíveis para todos, “seja como áreas de lazer, como áreas de preservação e conservação para as gerações futuras ou como áreas reservadas a um crescimento eqüitativo da cidade” como frisado por Peluso (2003, p. 29).

Na atualidade, exemplos do domínio e controle dos agentes empresariais e imobiliários na produção do espaço urbano em Brasília estão na criação das RA's de Águas Claras, do Jardim Botânico, e na aprovação recente da construção do Setor Noroeste e do Catetinho através do PDOT 2007 - aprovado em 2009. Visualiza-se nesse processo de expansão, o reforço à progressiva liberação de áreas ambientais protegidas para a produção imobiliária, destinadas às classes abastadas. Ou seja, apesar da legislação ambiental e dos instrumentos de planejamento até então acionados para enfrentar a expansão desenfreada em Brasília, temos o fortalecimento da articulação entre capital imobiliário e agentes estatais com o intuito de produzir novos espaços como fonte de reprodução do capital.

Articulada às orientações de produção do espaço como meio de reprodução do capital, e num momento político de revisão e aprovação do novo PDOT, temos observado um aquecimento na construção civil e no setor imobiliário local. Este se orienta principalmente para a construção de empreendimentos residenciais de alto padrão, e para a expansão do setor hoteleiro, nos quais os investimentos externos vêm se ampliando.⁴²

Observa-se, a partir do exposto, que os elementos e estratégias de ampliação da capacidade de acumulação do capital por meio da cidade vêm se fortalecendo em Brasília. Isso ocorre não por coincidência, num momento em que a valorização do espaço em Brasília atinge um alto patamar, dada a consolidação urbana de Regiões Administrativas mais antigas, onde as restrições urbanísticas são reduzidas se comparada às do Plano Piloto.

Logo, observa-se a partir de meados do ano 2000 o início do espraiamento da atuação dos incorporadores imobiliários nessas localidades, produzindo principalmente imóveis residenciais verticalizados com número de pavimentos bem maiores que os observados até então no DF. Logo, temos um aproveitamento das condições socioespaciais locais pelo capital, ao passo que essas mesmas condições

⁴² Matéria noticiada em jornal de grande circulação em Brasília: "O mercado imobiliário do Distrito Federal está em ebulição. Até então dominado por um grupo restrito de empresas, o segmento não só entrou na rota das gigantes do país como vive um processo de fusões e incorporações sem precedentes na história da capital federal. Tanta movimentação tem justificativa: a perspectiva de o faturamento anual do setor dobrar de tamanho nos próximos quatro anos, dos atuais R\$ 1,5 bilhão para R\$ 3 bilhões." Fonte: Correio Braziliense de 17/02/08. Título da matéria: "Alvo de gigantes".

urbanas são negadas à população trabalhadora e pobre, em decorrência de suas poucas condições de apropriação do espaço produzido.

Nessa dinâmica, alguns espaços “vazios” do Plano Piloto estão sendo liberados ao mercado imobiliário para fins residenciais e para o estabelecimento de produtos imobiliários comerciais e de serviços. Esse processo tende a acentuar a centralidade do Plano Piloto na gestão empreendedora da cidade, especialmente no que diz respeito à cultura, lazer, turismo e serviços modernos (PENNA, 2006).

O surgimento de uma área de confluência formada pelas RA's de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia é uma alternativa de crescimento para a cidade, e tende a reduzir a dependência das atividades econômicas e de geração de empregos do Plano Piloto. No entanto, por falta de políticas econômicas e sociais por parte do poder público, esse sub-centro tem permanecido periférico sem conseguir expandir as oportunidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais (PENNA, 2006).

A respeito dos novos núcleos habitacionais, concomitante a consolidação de novas RA's⁴³ e condomínios para a população abastada têm-se a ampliação de espaços de pobreza exclusão. Nestes a carência de políticas públicas conferem a intensificação dos problemas sociosociais urbanos para todo o território do Aglomerado, seja no sentido do Entorno para o DF, quanto deste para o Entorno. Logo, a tendência de fragmentação da cidade, observada desde sua criação, segue o curso com fôlego.

A partir dos dados apresentados na Tabela 7, é possível visualizar a importância que o setor de serviços passou a ter na Fase de Expansão, passando a ser a principal fonte de emprego no DF. Embora a construção civil tenha reduzido sua participação entre a População Economicamente Ativa (PEA) do DF, podemos observar que a ocupação da população no setor é crescente à medida que se vai das RA's do Grupo 1 (de maior renda) para as do Grupo 3 (que concentram população de baixa renda). Logo, esses dados expressam a permanência da

⁴³ Atualmente o Distrito Federal possui 29 regiões administrativas. Fonte: (SEPLAN/CODEPLAN, 2006).

segregação da população pobre, que se concentra nas RA's do Grupo 2 e 3. Por isso, são dessas RA's que provêm parte significativa dos trabalhadores empregados na construção civil.

Percebemos então, a inclusão do trabalhador pobre num ciclo vicioso, em que as condições socioespaciais de segregação presentes na cidade têm implicações sobre as possibilidades e condições reais de integração no mercado de trabalho e vice-versa. Quando a relação capital-trabalho consiste de intensa exploração, essa irá repercutir sobre como o trabalhador se constitui e se relaciona enquanto ser político nos “momentos sociais da produção e da reprodução”. (IKUTA, 2003).

Tabela 7- Estimativa do número de pessoas ocupadas e sua distribuição segundo setor de atividade econômica no Distrito Federal e por Grupos de Regiões Administrativas - 1994

Distrito Federal e Grupos de RA's	Total (em 1.000)	Indústria de Transformação (%)	Construção Civil (%)	Comércio (%)	Serviços (1)	Administração Pública (%)	Outros (2)
Distrito Federal	660,5	3,7	6,3	15,8	52,6	20,8	0,8
Grupo 1	112,1	1,4	1,7	6,7	56,2	32,4	1,4
Grupo 2	295,6	3,8	4,9	15,6	52,9	22,1	0,7
Grupo 3	252,8	4,5	10	20	50,6	14,1	0,8

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
<http://www.seduh.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct07.htm>

(1) Inclui os serviços públicos, serviços privados e domésticos

(2) Inclui: Agricultura, pecuária e extração vegetal e mineral; Embaixadas, consulados e representações oficiais e políticas; Outras atividades não classificadas.

Grupos de R.A's: Grupo 1: Grupo de Regiões Administrativas de alta renda (Brasília, Lago Sul e Lago Norte); Grupo 2: Grupo de Regiões Administrativas de renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro e Candangolândia); Grupo 3: Grupo de Regiões Administrativas de baixa renda (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião e Santa Maria).

No âmbito da construção imobiliária, temos então como um dos produtos possíveis, a construção de imóveis residenciais de alto padrão destinadas à população abastada. Para esse fim se estabelece uma relação direta entre os agentes que comandam o processo produtivo, com a finalidade de acumulação de

capital, e os trabalhadores que dispõem de sua força física para executarem as obras, e por meio da qual obtém os recursos para sua sobrevivência. Limitadas as possibilidades de reprodução da vida para além do trabalho, em decorrência dos baixos salários e precariedades acumuladas, esses trabalhadores estão relegados a viverem em lugares marginalizados pelas precariedades socioespaciais.

Em suma, temos do início da construção de Brasília até os dias atuais, que a produção do espaço tem se realizado com intensa segregação e periferização da população pobre, contrapondo-se ao mito da cidade igualitária.

No período de implantação da capital alguns elementos e estratégias foram acionados para legitimar as ações políticas e econômicas que se consubstanciaram nacionalmente e orientaram a construção da capital. Entre as estratégias esteve o discurso político-ideológico para atrair trabalhadores para o canteiro de obras e legitimar a ação do Estado.

Construída, a princípio, através da atuação predominante da União, desde então, Brasília vem pouco a pouco sendo produzida a partir da ação de agentes privados através de ações legais e ilegais. Observa-se a participação da população pobre na produção do espaço, mas nesta a relação de embate com os interesses do Estado vão dar o teor do processo, prevalecendo a reprodução periférica e segregada em relação à centralidade urbana. Isso ocorre dada a negação do direito à cidade à população carente, observada desde a época da construção da cidade. Logo, sendo possível a sua reprodução “apenas nos piores tratos da terra”. (PAVIANI, 1996, p. 219)

E por que é necessário enunciar diferentes dimensões das contradições da produção do espaço urbano no Brasil e depois em Brasília para então adentrarmos esse processo e suas imbricações nas condições de trabalho e de vida dos operários da construção civil em Águas Claras? Porque essas condições não se materializam fora do constructo social.

E por que a escolha desse grupo? Porque embora, essenciais ao processo de produção do espaço, muitas vezes o olhar da sociedade passa despercebido sobre a sua importância e sobre as contradições que permeiam a sua integração na

construção das cidades. E, muitas vezes quando percebidos, são-lhes atribuídos responsabilidade individual por viverem de um trabalho tão extenuante e repleto de representações negativas, em relação ao tipo de trabalho e ao próprio trabalhador. Contraditoriamente, aos produtos do trabalho operário são atribuídos valor social e monetário que se sobressaem e “escondem” o trabalho de sua realização.

Diante do exposto, ressaltamos a importância de analisar as estratégias e o conteúdo que vão dar concretude às formas urbanas, no sentido de desvelar as contradições que lhes são inerentes e que se retroalimentam na totalidade da sociedade urbana capitalista. Pautadas por essa perspectiva, damos prosseguimento à pesquisa, com foco sobre o recorte espacial de análise, Águas Claras. Nesse caminho, tratamos no próximo capítulo sobre a atuação dos agentes públicos e privados na produção do espaço em Águas Claras, para finalmente adentrarmos a análise sobre como se consubstancia as condições de trabalho e de vida dos operários da construção civil em Águas Claras.

5. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ÁGUAS CLARAS

No contexto de avanço do papel da cidade para a reprodução do capital, e tendo em vista ser na atualidade um dos maiores canteiros de obras do Brasil, chama atenção o processo de produção do espaço urbano em Águas Claras.

A atual Região Administrativa (criada enquanto tal, a partir da Lei nº 3.153, de 06 de maio de 2003, ainda sem poligonal definida) foi pensada⁴⁴ pelo GDF em decorrência da necessidade de adensamento urbano dos vazios entre áreas já consolidadas de Brasília (quais sejam: Plano Piloto, Guará e Taguatinga) para assim tornar viável o projeto de instalação do metrô (Ver Mapa 1). Por não possuir poligonal definida, a Administração Regional de Águas Claras está abrangendo os bairros de Arniqueiras, Areal, Vereda da Cruz, Vereda Grande e o setor comercial da ADE (Área de Desenvolvimento Econômico), além da área central planejada (GDF - GEPOT/RA XX, 2007).

Em 1984, ela surgiu como bairro para atender à crescente procura por novas habitações. Em 1989, deu-se a regularização da invasão denominada Vila Areal, configurando as quadras pares do referido bairro, como parte da Região Administrativa III – Taguatinga. Essa RA é uma área ainda em construção, com 740 projeções residenciais previstas no projeto original (SEPLAN/CODEPLAN, 2006).

⁴⁴ Projeto urbanístico de autoria de Paulo Zimbres.

Mapa 1: Hierarquia viária e setorização – Região Administrativa de Águas Claras



Fonte: Anexo 5 - Coeficiente de Aproveitamento Básico e Máximo – PDOT, 2007. <http://www.cl.df.gov.br/portal/processo-legislativo-1/pdot>
Reelaboração por Sílvia Silva Cavalcante Leite e Sílvio Romeu Leitão Pereira.

Sua localização entre as regiões administrativas mencionadas realizou-se como previsto no PEOT de 1977. Nesse documento, dentre as três zonas de expansão, foi proposta a expansão urbana no sentido Taguatinga-Ceilândia, para aproveitar a infra-estrutura viária e de transporte público já instalado. Esse plano

buscou considerar o Distrito Federal em sua totalidade e foi proposto com o objetivo de integração entre os novos núcleos urbanos e os já consolidados.

De acordo com Paviani (1989), o PEOT se apresentou como um instrumento de retomadas das iniciativas de planejamento no DF. Paviani (1989, p. 77) escreveu, considerando o texto do “Projeto Águas Claras”, capítulo 6, que:

A área Águas Claras, também denominada de Área Complementar nº 1 (AC 1), no PEOT, se constitui em um espaço privilegiado no contexto dos espaços a ocupar no Distrito Federal (DF). Sua acessibilidade física, que deriva de sua localização central dentro da malha urbana, e a amplidão da área disponível exigem uma destinação que ponha em relevo os aspectos mais significativos da metrópole em formação. (...) [O Plano Piloto] com metropolização, vai assumindo cada vez mais o papel de *Central Business District* (CBD) da Capital Federal. Ao assumir esse papel, o Plano Piloto reterá as funções específicas da alta administração federal e do próprio DF, liberando outras que, não necessitando de altos limiares, podem ser localizadas perfeitamente em Águas Claras.

Com esse intuito foram previstos para Águas Claras a ocupação por centros de pesquisas, universidades, atividades afins e de apoio. A princípio, ela foi pensada para abrigar uma população de baixo a médio poder aquisitivo e seria construída através de cooperativas habitacionais. Essa determinação tinha como objetivo suprir o déficit de moradia que resultava em invasões e possibilitar o acesso à população de baixa renda, como ressaltado por Gomes (2007).

Constatou-se, como descrito no MDE de Águas Claras (GOVERNO, 1984), que se não fosse prevista alternativa para o crescimento organizado de Brasília – à época com trinta e um anos, mas já carente de alternativas de moradia para as classes sociais que não poderiam arcar com os custos imobiliários na cidade -, o crescimento se daria de qualquer forma, provavelmente predatória, ameaçando os padrões característicos da cidade, fato já previsto por Lúcio Costa, que desenhou cidades-satélites como alternativas para o crescimento de Brasília (GOMES, 2007, p. 55).

Procurou-se ainda, desde a concepção inicial do projeto, incorporar contribuições próximas daquilo que se pode chamar de cidade brasileira tradicional, conforme o Memorial Descritivo (MDE) de Águas Claras, segundo Gomes (2007). Essa concepção presente nas Normas de Gabarito (NGB's) previa o predomínio de usos mistos (uso comercial no térreo e residencial nos andares superiores) nas duas principais avenidas da RA.

No entanto, em 1998, a partir de mudanças nos seus parâmetros construtivos, através do Plano Diretor Local (PDL) de Taguatinga (Região Administrativa limítrofe a Águas Claras) – que veio substituir as NGB's - o interesse das construtoras e incorporadores sobre a localidade passou a se ampliar (GOMES, 2007). O novo documento permitia o aumento do potencial construtivo dos lotes, e conseqüentemente, o aumento no número de unidades imobiliárias, possibilitando maiores ganhos ao capital.

A partir das mudanças previstas no PDL de Taguatinga, Águas Claras passou a ser vista pelo setor imobiliário como uma fonte de “retorno líquido e certo” do capital investido, conforme enfatizado por Luiz Carlos Atié, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis do DF⁴⁵. Observou-se, então, a crescente valorização dos lotes na localidade.

Há, a partir de então, uma mudança no comportamento dos preços dos terrenos e imóveis, concomitante à migração do capital imobiliário para a localidade. Em decorrência desse processo, Águas Claras é considerada na atualidade como o maior canteiro de obras do Brasil. No sub-setor de edificações expressa-se então em Águas Claras, um intenso processo construtivo, como é possível verificar pelas Fotos 1 e 2.

⁴⁵ Fonte: <http://aguasclarasdf.com/site/?p=44>

Fotos 1 e 2 – Edifícios em construção na área central de Águas Claras



Por Sílvia Silva Cavalcante Leite, maio de 2009.

Dados apresentados por Gomes (2007, p.101), a partir de informações obtidas na Terracap, demonstram como o preço do metro quadrado em Águas Claras passou por crescente valorização a partir de 1999 (um ano após a publicação do PDL). Entre 1995 e 1999, o preço do metro quadrado teve uma leve valorização de R\$ 28,33 (1995) para R\$ 31,99 (1999). No entanto, de 2000 a 2005 essa valorização se intensificou, passando de R\$ 53,75 em 2000 para R\$ 204,56 em 2005.

Em consulta ao edital de Licitação de Imóveis da Terracap nº 8/2009 (Anexo 1, capa publicitária do edital), a partir do qual foram ofertados oito terrenos em Águas Claras, foi possível visualizar como o preço do metro quadrado se acentuou desde a aprovação do PDL até os dias atuais. No terreno de Item 1 (Ver Anexo 1.1), por exemplo, cuja área é de 2854,15 metros quadrados o preço mínimo pedido pelo mesmo é de R\$ 2.562.000,00⁴⁶. Isso equivaleria a aproximadamente R\$ 894,64 pelo metro quadrado. Considerando que esse terreno provavelmente comportará algum tipo de edifício residencial e/ou comercial, o preço do metro quadrado do produto final poderá triplicar. Não é por acaso, que é vista comum na RA, tanto a existência de inúmeras obras de edificações, quanto inúmeras propagandas e estandes de venda de imóveis, conforme demonstrado na Fotos 3 e 4.

⁴⁶ É declarado vencedor o licitante que oferecer maior preço, prevalecendo, em caso de empate, a oferta para pagamento à vista, conforme consta no referido edital.

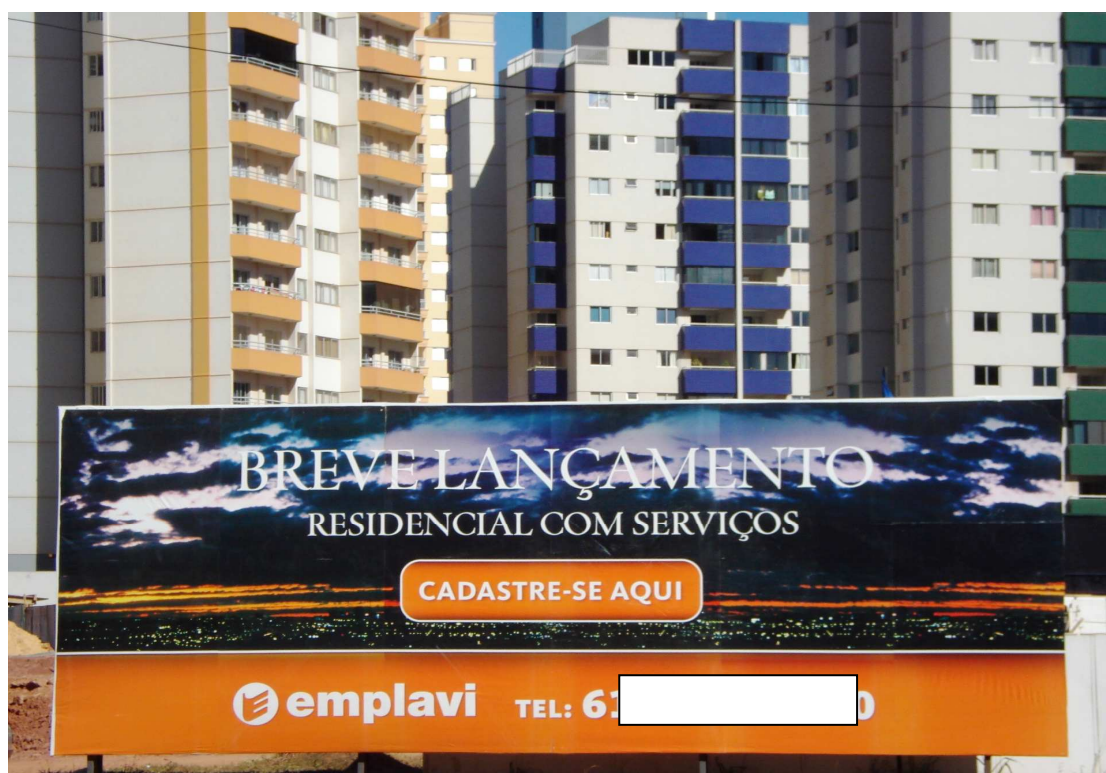
Fotos 3 e 4– Propaganda e estande de venda de Imóveis



Por Sílvia Silva Cavalcante Leite, maio de 2009.

Destaca-se a partir das mudanças, proporcionadas através do PDL, na paisagem urbana que vem se constituindo, a prevalência de população de classe média e alta e a supressão dos espaços públicos em favor do consumo de novas formas de morar que oferecem lazer, segurança e outros serviços de forma privativa.

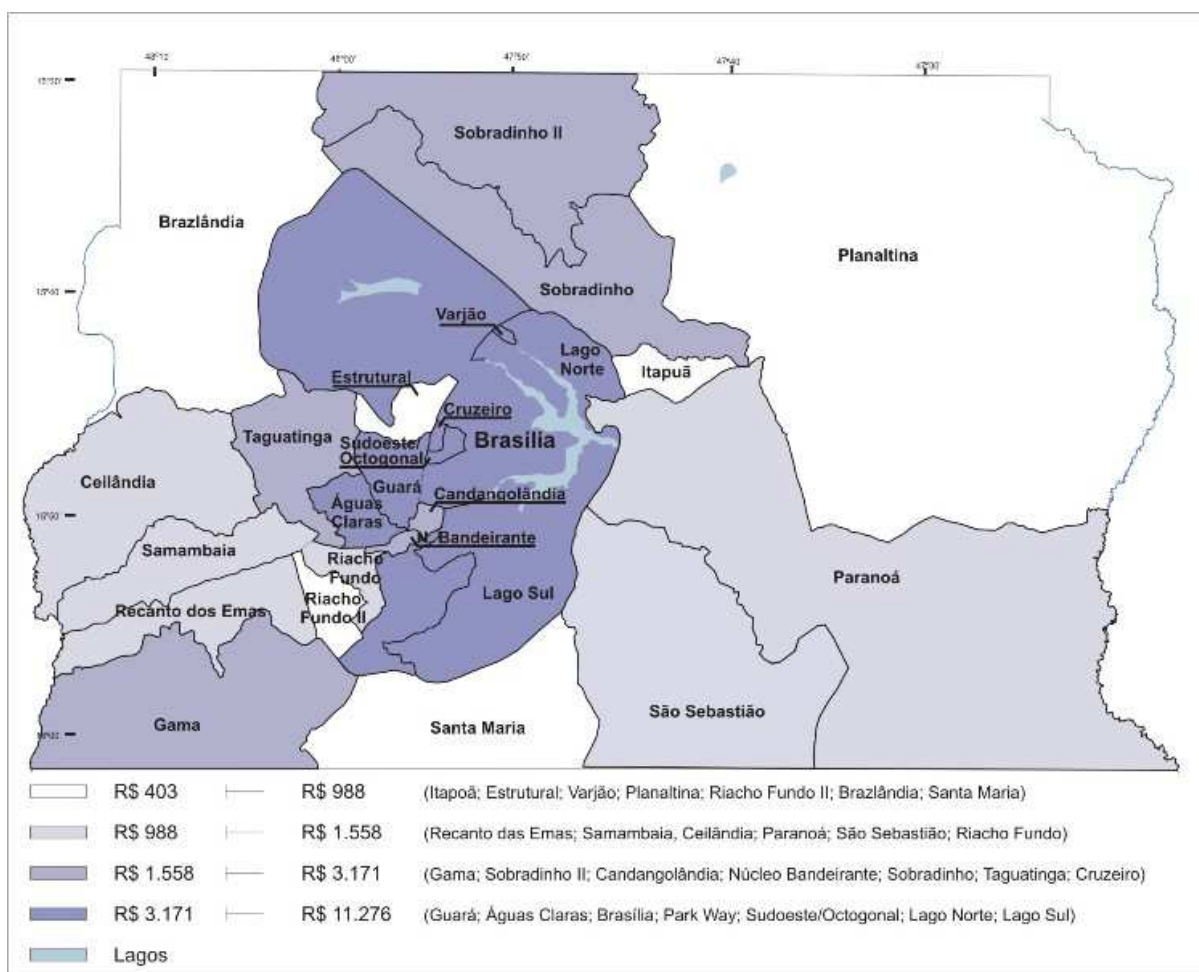
Foto 5 – Propaganda de venda de imóveis em prédio “residencial com serviços”



Por Janaína Mourão Freire, maio de 2009.

Através do Mapa 2, pode-se identificar que a população de Águas Claras apresenta, de modo geral, alta renda, que se aproxima da renda em regiões administrativas consolidadas do DF, como a RA I - Brasília (que abrange o Plano Piloto) e a RA X - Guará.

Mapa 2 – Distribuição da renda domiciliar mensal segundo as Regiões Administrativas - Distrito Federal - 2004



Fonte: SEPLAN (PDAD), 2004.

Segundo dados do GDF (GDF-GEPOT/RA XX, 2007), Águas Claras abriga cerca de 180 mil moradores, sendo 60 mil apenas em seu centro (área verticalizada). Ainda segundo a mesma fonte, atuam na RA mais de 60 construtoras.

Temos que os instrumentos legais de planejamento e gestão do território vão expressar o interesse público de estabelecer a expansão urbana entre áreas urbanas já consolidadas, como é o caso de Águas Claras, no eixo Guará-Taguatinga. A atuação pública define então no PEOT, depois nos Memoriais Descritivos de Águas Claras e nas NGB's como deveria ser construída a RA, em suas concepções originais. Enfim, essas normas são reconfiguradas a partir do PDL.

As cooperativas habitacionais estavam responsáveis pela realização das obras e aos seus membros se destinariam as unidades habitacionais, de acordo com os documentos originais. As dificuldades organizativas e financeiras para conduzir as construções, seguidas pela atuação dos incorporadores imobiliários no sentido de mudança do projeto original vão ter no PDL as condições de realização de Águas Claras, com forte caráter empreendedor para a acumulação de capitais.

Logo, Águas Claras é uma das RA's que melhor caracterizam o fortalecimento da atuação dos agentes privados na produção do espaço e o emprego das orientações atuais do capitalismo em Brasília. Todavia, essa se realiza em articulação com os interesses dos agentes políticos. Norteada pela atuação desses agentes, Águas Claras vem se desenvolvendo com prevalência da homogeneização espacial e social interna, em detrimento das diferenciações em relação ao restante de Brasília e do Entorno.

Os instrumentos legais de ordenamento do território não adotaram para a localidade restrições semelhantes às observadas no Plano Piloto, contribuindo para a atuação dos agentes privados com maior liberdade, o que vem proporcionando características físicas às edificações, não observadas até então em Brasília. As características das edificações lembram mais aquelas encontradas em centros urbanos como São Paulo.

Gomes (2007) considera que o capital incorporador foi o principal vetor de realização das mudanças no projeto original de Águas Claras, que resultou em mudanças significativas no desenho proposto e nos tipos de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, estão presentes nas principais avenidas de Águas Claras edifícios residenciais em torres (em geral com mais de 20 andares), que em sua maioria não agregam usos mistos.

Diante dos limites de realização de empreendimentos imobiliários no Plano Piloto, os incorporadores buscaram fora deste a realização do lucro por meio do setor imobiliário. Para atender ao objetivo central do capital incorporador, esse teve que identificar a convenção urbana, ou seja, o padrão de imóveis que preenchiam os requisitos dos potenciais compradores. Segundo Gomes (2007), norteado por esse

fator, operaram-se as mudanças nos parâmetros construtivos. A ação coordenada entre governo e capital incorporador se realizou em Águas Claras, dando grande vantagem ao segundo:

que em função das alterações implementadas no PDL da localidade, pôde potencializar o uso dos lotes, bem como alterar o uso previsto inicialmente que diferia da convenção urbana estabelecida por este capital para a apropriação da nova localidade. (GOMES, 2007, p. 112)

(...)

O poder público, neste caso, proprietário da terra urbana, também obteve grande sucesso como agente imobiliário com as alterações implementadas nas normas urbanísticas, pois (...) este vendeu os lotes com crescente valorização a partir da apropriação sistemática da localidade por parte do capital incorporador. (GOMES, Idem, p. 112)

Depreende-se então, que o capital incorporador e o governo, ao lhe dar condições de atuação, têm sido os principais agentes na produção do espaço em Águas Claras, aos quais o capital construtivo se agrega. Como esse processo se realiza norteados pela lógica do capital, problemas resultantes do excessivo adensamento e impermeabilização indevida do solo, de circulação viária e outros não são considerados. Entretanto, tais problemas tendem a aflorar e a serem socializados com o tempo entre os próprios moradores.

Considerando a acentuada atuação dos agentes incorporadores e por isso, dos agentes construtores em Águas Claras, temos nesse recorte espacial uma alta concentração de operários necessários à realização dos empreendimentos imobiliários, e conseqüentemente, à realização contraditória da produção capitalista do espaço urbano. Apoiados pelo entendimento sobre as linhas gerais da atuação dos agentes privados e públicos na produção do espaço em Águas Claras, chegamos ao capítulo de análise sobre as condições de trabalho e de vida dos operários da construção civil nessa região administrativa.

6. CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA DOS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE ÁGUAS CLARAS: ANÁLISE EMPÍRICA

As condições de trabalho e de vida dos trabalhadores da construção demonstraram, ao longo da história da urbanização nacional, um forte caráter de exploração e expolição. Este capítulo, que teve como base de análise a observação e aplicação de questionários (Ver modelo, Anexo 2) entre operários da construção civil em canteiros de obras de Águas Claras, vem proporcionar a atualização da leitura sobre essa problemática.

Embora com um recorte espacial reduzido e pesquisa empírica de abrangência limitada, temos o intuito de contribuir não apenas para a caracterização da realidade que permeia o cotidiano de trabalho, mas buscar subsídios para o entendimento sobre como as condições de trabalho vão permear as condições de vida do operariado. Com esse propósito foram aplicados questionários em canteiros de obras localizados no centro de Águas Claras.

6.1 Procedimentos de pesquisa

Na pesquisa empírica nos utilizamos da aplicação de questionários para a compreensão da realidade proposta, tendo em vista o pouco tempo disponível por parte dos inquiridos para respondê-los.⁴⁷ Esse pouco tempo deveu-se ao fato dos operários, durante o trabalho, terem apenas o horário de almoço, com duração de 1 hora, de tempo livre. Assim, após almoçarem eles se dispunham a responder os questionários, geralmente, nos últimos 15 ou 20 minutos anteriores ao término do intervalo.

⁴⁷ A princípio foi pensado na realização de entrevistas semi-estruturadas (a esse respeito ver, por exemplo, MINAYO, 1994), tendo em vista que as mesmas possibilitariam um maior detalhamento das respostas por parte dos inquiridos e conseqüentemente maior aprofundamento a respeito das questões tratadas. No entanto, essa técnica de coleta de dados consumiria maior tempo dos entrevistados.

Diante das limitações expostas, foram respondidos 40 questionários⁴⁸ num total de nove canteiros visitados durante as saídas de campo. A pesquisa empírica não teve como intenção principal ter uma representatividade estatística, mas sim expor o conteúdo, o caráter qualitativo da problemática em estudo em Águas Claras. Ainda assim, tendo em vista o caráter da técnica de pesquisa aplicada, o tratamento quantitativo das informações coletadas tornou-se necessário e favorável à análise. Buscando satisfazer aos propósitos centrais da pesquisa, foram criadas questões que permitissem a apreensão do conteúdo da problemática em estudo. As dificuldades operacionais somadas ao propósito de teor mais qualitativo da coleta das informações nos levaram a optar pela amostragem por acessibilidade (GIL, 1995).⁴⁹

A observação direta foi utilizada de forma complementar à aplicação dos questionários, a partir da qual a fotografia foi um importante elemento de registro sobre o ambiente de trabalho, a interação do trabalhador com o mesmo e as condições em que esse se realiza. Na Foto 6, podemos visualizar trabalhadores em um dos canteiros visitados.

⁴⁸ Os questionários foram de “administração indireta”, conforme Quivy & Campenhoudt (1998), uma vez que o próprio inquiridor inseria as respostas do inquirido no questionário.

⁴⁹ Neste tipo de amostra “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão”, conforme explicado por Gil (1995, p. 97).

Foto 6 – Operários trabalhando em canteiro de obras de Águas Claras



Por Sílvia Silva Cavalcante Leite, abril de 2009.

6.2 Descrição e análise dos resultados

Como parte do perfil dos trabalhadores entrevistados, temos que todos eram do sexo masculino. Esse dado reflete a natureza do trabalho, que resulta em baixa participação feminina nos ofícios de base da construção civil. A maior parte deles estava na faixa entre 18 e 25 anos (55%), conforme observado no Quadro 1. Ao considerarmos o intervalo entre 18 e 45 anos, temos que 93% dos entrevistados encontravam-se nesse intervalo de idade.

Quadro 1 – Faixa etária

De 18 a 25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	De 46 a 55 anos	Acima de 56 anos	Total
22	8	7	-	3	40
55%	20%	17,5%	-	7,5%	100%

Em relação ao estado civil, verificou-se que 62,5% da amostra era constituída por solteiros, enquanto o restante era de pessoas casadas⁵⁰ (Quadro 2).

Quadro 2 – Estado civil

Solteiro	Casado	Separado/Divorciado	Viúvo	Total
25	15	-	-	40
62,5%	37,5%	-	-	100%

No quadro 3, apresentamos o grau de escolaridade dos operários da construção civil que trabalham em Águas Claras. Destes, 45% possui 1º grau incompleto, seguido de 32,5% que apresentou 2º grau completo. Apesar de ser significativo o valor relativo de operários com 2º grau completo, temos, se considerarmos da categoria “analfabeto” até a “2º grau incompleto”, que esse intervalo representa 67,5% dos entrevistados. Embora, não tendo uma representatividade estatística, há indícios de que a escolaridade entre os operários da construção civil continua baixa.

⁵⁰ Esta categoria incluiu aqueles que vivem maritalmente com outra pessoa mesmo não sendo legalmente casados.

Quadro 3 - Escolaridade

Analfabeto	1º grau incompleto	1º grau completo	2º grau incompleto	2º grau completo	Ensino superior	Total
2	18	6	1	13	-	40
5%	45%	15%	2,5%	32,5%	-	100%

Os próprios dados da pesquisa empírica em questão, a esse respeito, não destoam dos dados de âmbito nacional sobre o perfil dos trabalhadores do setor, conforme já exposto na dissertação. Todavia, por trás desses números, devemos lembrar, conforme já tratado, as questões de ordem estrutural que compõe a sociedade brasileira e mantêm parcela de sua população excluída dos benefícios socialmente instituídos e do acesso à riqueza socialmente produzida.

As desigualdades socioespaciais assim produzidas, que se incorporam ao indivíduo, por exemplo, enquanto impedimentos para a dedicação aos estudos, para a formação intelectual e/ou capacitação profissional, favorecem a exploração ainda maior da força de trabalho. Submetido às necessidades, um exército de trabalhadores pobres e com pouca escolaridade e qualificação, em decorrência dessas condições, estão potencialmente mais vulneráveis à superexploração por parte do capital, como meio de extração de mais-valia, como no caso do trabalho operário na construção civil.

Numa relação contraditória define-se a posição hierárquica do indivíduo no mercado de trabalho. Entretanto, a questão da baixa escolaridade, obviamente, extrapola o ambiente de trabalho, ao impor limitações e definir o lugar do indivíduo na sociedade. Nesse sentido, o trabalhador com baixa escolaridade e formação, submete-se ao trabalho extenuante no canteiro, que acaba por subsumir do mesmo as condições materiais e imateriais de sua realização enquanto sujeito social.

A respeito do local de moradia, a maioria dos trabalhadores reside em Águas Lindas (40%), cidade que faz parte do entorno de Brasília. Em seguida temos Ceilândia com 30% das ocorrências (Quadro 4). As cidades do Entorno têm uma forte presença de sua população como mão-de-obra nas atividades econômicas da

capital Federal. Isso se reflete também na construção civil, como podemos observar ao somarmos a participação dos três municípios goianos do Entorno (Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto e Planaltina de Goiás) como local de moradia dos entrevistados, o que equivale a 47,5% do total da amostra. Ainda assim, a maior parte dos respondentes (52,5%) são moradores das regiões administrativas que constituem a periferia do DF.

A situação apresentada em relação aos trabalhadores que moram no Entorno é sintomática das condições socioespaciais desses municípios. Carentes de dinamismo econômico e infra-estrutura urbana, tem-se como resultado, a elevada dependência de sua população em relação à Brasília. No entanto, em Brasília, assim como no Entorno, a segregação se faz presente e condiciona as possibilidades de acesso aos serviços e equipamentos públicos e, à moradia pela população de baixa renda.

Embora não seja apropriado fazer generalizações, o preço da terra e dos imóveis nas RA's apontadas como locais de moradia dos operários da construção tendem a ser mais baixos, possibilitando o acesso à mercadoria moradia a alguns desses trabalhadores. Outro importante fator que possibilitou o acesso da classe trabalhadora à moradia no DF foram os programas de doação de lotes, mencionados anteriormente, que atenderam a essa população em RA's como Samambaia, Riacho Fundo II e Recanto das Emas, além dos programas de erradicação de invasões das décadas anteriores - apesar do caráter segregacionista e de cooptação da população atendida por essas políticas.

Quadro 4 – Local de moradia

Município do Entorno ou RA/DF	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Riacho Fundo II	1	2,5
Recanto das Emas	3	7,5
Samambaia	4	10,0
Vila Telebrasília ⁵¹	1	2,5
Ceilândia	12	30,0
Águas Lindas - GO	16	40,0
Santo Antônio do Descoberto 1 – GO	2	5,0
Planaltina - GO	1	2,5
Total	40	100,0

O tempo de moradia na cidade onde vive atualmente foi um dos itens do questionário para o qual verificamos que 29,9% dos entrevistados (Quadro 5) sempre moraram no mesmo lugar. O restante, que no total equivale a 70,3% já havia morado em lugar distinto do atual. Desses, 14,8% tem no máximo um ano de moradia no lugar atual, seguido por 18,5% que tem de 1,1 até 5 anos de moradia no mesmo lugar, o que sugere uma instabilidade de permanência num mesmo lugar em decorrência das precárias condições socioeconômicas dos entrevistados. Isso pode resultar na fragilidade dos laços com a comunidade circundante e em impedimentos à produção criativa do espaço da vida.

⁵¹ A Vila Telebrasília não é uma RA, mas sim um dos setores habitacionais que pertencem a RA I – Brasília. A mesma surgiu como um acampamento provisório para os trabalhadores responsáveis pelas obras de construção de Brasília. “O ex-acampamento é exceção em Brasília porque desafiou a prática de expulsão dos habitantes menos aquinhoados para as regiões administrativas mais distantes (...) ou para o entorno do Distrito Federal.” Agência Brasil. Fonte: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/19/materia.2009-04-19.6886907456/view>

Quadro 5 – Tempo de moradia na cidade onde vive atualmente

Até 1 ano	De 1,1 a 5 anos	De 5,1 a 10 anos	De 10,1 a 15 anos	Acima de 15 anos	Sempre morou no mesmo lugar	Total
6	7	3	6	6	12	40
14,8%	18,5%	7,4%	14,8%	14,8%	29,9%	100%

É possível observar, através do Quadro 6, que apenas 20% dos operários da construção civil são nascido no DF. Ou seja, a maioria desses trabalhadores migrou para a capital, vindo principalmente da Região Nordeste (54,3%). Entre estes, 22,2% são originários do Piauí, enquanto 14,8% são do Maranhão.

Embora o fluxo de imigrantes para Brasília tenha se reduzido, em comparação aos períodos da construção e consolidação da capital, temos como uma característica comum com aqueles períodos, o fato de parte significativa dos imigrantes continuarem vindo do Nordeste. Apesar do avanço da urbanização e do “progresso econômico” em diferentes setores da economia regional na atualidade, os mesmos incidem e se alimentam de um ambiente com desigualdades socioespaciais históricas.

Isso afeta sobremaneira a população pobre, intensamente explorada, a favor da produção de mais-valia, logo pouca beneficiada pela riqueza gerada na região. A migração surge então como uma das poucas alternativas na busca por trabalho e melhores condições de vida. Já a construção civil surge como uma das opções para o trabalhador com baixa escolaridade e qualificação profissional.

Quadro 6 – Local de Nascimento

Local de nascimento (Estado)	Valor Absoluto	Valor relativo (%)	Total por Região (%)
DF	8	20,0	
Goiás	3	7,4	
Centro-Oeste			27,4
Minas Gerais	3	7,4	
São Paulo	3	7,4	
Rio de Janeiro	1	3,7	
Sudeste			18,5
Bahia	1	3,7	
Piauí	9	22,2	
Alagoas	1	3,7	
Paraíba	3	7,4	
Maranhão	6	14,8	
Ceará	1	2,5	
Nordeste			54,3
Total	40	100,0	100,0

Entre os entrevistados que migraram para o DF ou entorno imediato de Brasília, temos que 71,4% o fizeram em busca de emprego, seguido 14,3% que imigraram em busca de moradia, conforme o Quadro 7. Isso reforça a idéia a respeito da pobreza - expressa diferenciadamente no território nacional - forçar as pessoas a migrarem para as áreas mais ricas do país, fatores que justificam a entrada de migrantes em Brasília em busca de emprego e moradia. Todavia, apesar das representações positivas em relação às cidades mais desenvolvidas, estas também apresentam uma realidade de fortes desigualdades socioespaciais intra-urbanas, alimentadas pelos agentes e processos dominantes estabelecidos no território.

Quadro 7 – Motivo de vinda para o DF ou Entorno de Brasília

Emprego	Saúde	Moradia	Educação	Outro	Total
20	-	4	1	3	28
71,4%	-	14,3%	3,6%	10,7%	100,0%

O motivo de morar em um dos municípios ou RA's apontadas anteriormente (no Quadro 3) foram as seguintes, conforme explicitado no Quadro 8: 50% dos entrevistados escolheram um dos municípios do Entorno ou uma das RA's citadas porque o custo de vida é mais baixo; 25% alegou que a razão da escolha é a proximidade com o local de trabalho; o motivo "Outro" ficou com 17,5% das ocorrências. Tivemos a esclarecimento por alguns dos que escolheram a opção "Outro", durante a aplicação dos questionários, que a decisão pelo local de moradia estava atrelada ao fato de existirem parentes que já moravam nessas localidades.

A qualidade da cidade em termos de existência de infra-estrutura e equipamentos urbanos foi citado apenas por 7,5% dos entrevistados. Isso é indicativo de que a escolha da população de baixa renda não considera esse fator como o principal na hora de comprar/alugar uma residência, tendo em vista que a existências desses elementos urbanos encarecem o preço dos imóveis, tornando-os inacessíveis a essa população.

Quadro 8 – Motivo para residir na cidade atual

Motivos	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Custo de vida é mais baixo	20	50,0
Pela proximidade com o local de trabalho	10	25,0
Pela qualidade de infra-estrutura e equipamentos urbanos	3	7,5
Outro	7	17,5
Total	40	100,0

Foi verificado que a maioria dos entrevistados, o que corresponde a 60%, possui casa própria (Quadro 9). Essa situação pode ser explicada tanto pelos baixos preços da terra em cidades do Entorno - que leva muitas pessoas a procurar moradia nesta região, como também aos programas de distribuição de lotes empreendidos pelo GDF em Brasília. Nas RA's de caráter periférico do DF, de forma legal ou não, também são comercializados terrenos com preços abaixo dos observados nas RA's mais antigas e melhor estruturadas, o que torna mais viável o

acesso à casa própria. A moradia em imóvel alugado representou 30% da amostra, enquanto a categoria “Outro” correspondeu a 10%. As pessoas que escolheram esta última categoria explicaram que viviam de favor com amigos ou parentes.

Quadro 9 - Tipo de moradia

Alugada	Casa própria	Outro	Total
12	24	4	40
30%	60%	10%	100%

No Quadro 10, podemos verificar a opinião dos trabalhadores na identificação dos principais problemas presentes no lugar onde moram. A categoria “Todos os problemas acima descritos”, que incluiu as categorias “Má qualidade/escassez de transporte público”, “Má qualidade/ escassez de equipamentos comunitários” e “Má qualidade/falta de infra-estrutura urbana” correspondeu a opinião de 33% dos entrevistados. Em seguida tivemos 23% para a categoria “Má qualidade/escassez de transporte público”. Esses dados nos permitem verificar como as condições de urbanidade são precárias nos lugares onde residem os trabalhadores.

Se considerarmos que os problemas de transporte público (a segunda categoria mais apontada pelos trabalhadores) estão incluídos nas categorias que agregavam mais de um problema, teremos este problema como muito persistente e incômodo para o grupo entrevistado. Ou seja, a falta de conforto e de bem-estar estão geograficamente demarcados, mas os acompanham ainda na mobilidade espacial intra-urbana, dificultando a mobilidade no percurso casa/trabalho e no percurso casa/locais centrais de opções lazer e outras atividades. Principalmente neste ponto, as dificuldades de mobilidade em horários e dias que estão fora do tempo convencional para o trabalho são maiores, tendo em vista a redução dos meios coletivos de transporte destinados a satisfazer a essas necessidades que fogem à locomoção em função do trabalho.

Os problemas de precariedade/ausência de infra-estrutura urbana e de transporte coletivo de qualidade passam diretamente pela atuação dos agentes políticos e públicos, cujas práticas recorrentemente são orientadas por interesses

particulares e/ou privados. De maneira ampla relacionam-se a toda estrutura e processos urbanos, nos quais os interesses dominantes orientam suas ações em prol de sua reprodução socioeconômica e política. Nesse meio incluem-se os interesses do mercado imobiliário que direta e/ou indiretamente demarcam as possibilidades de reprodução da vida pela lógica do mercado.

Quadro 10 – Principais problemas da cidade de residência

Tipos de Problemas	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Nenhum	-	-
Má qualidade/escassez de transporte público	9	23
Má qualidade/ escassez de equipamentos comunitários	4	10
Má qualidade/falta de infra-estrutura urbana	3	8
Todos os problemas acima descritos	13	33
Dois dos problemas acima descritos	7	18
Outros	4	10

Os próximos quadros irão tratar especificamente sobre os aspectos relacionados ao trabalho na construção civil. Iniciamos com o Quadro 11, que trata sobre o tempo de trabalho na construção civil. A esse respeito temos que o tempo de trabalho é relativamente baixo entre os entrevistados, já que 50% respondeu que estão há no máximo 2 anos trabalhando no setor. A partir desses dados podemos inferir sobre a polivalência do trabalhador pobre, que é induzido pela necessidade, atuam em diversos tipos de trabalho, formais ou informais, que ofereçam alguma remuneração mínima para a reprodução da vida. No entanto, dada a instabilidade de permanência no emprego entre os setores que empregam a população de baixa renda, a mudança no ramo de atuação pode ser freqüente. A título de ilustração, podemos falar sobre a existência de trabalhadores empregados na construção civil que passam a trabalhar como vendedores ambulantes, caseiros etc, e vice-versa.

Quadro 11 – Tempo de trabalho na construção civil

Até 2 anos	De 2,1 a 5 anos	De 5,1 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
20	4	12	4	40
50%	10%	30%	10%	100%

Na questão (aberta e não exposta em “quadro”) sobre o porquê da escolha do trabalho na construção civil, podemos sintetizar as respostas da seguinte forma, por ordem de ocorrência: 1º) falta de opção de trabalho; 2º) por necessidade própria e/ou da família; 3º) por falta de estudo; 4º) porque paga-se bem. De todas as respostas dadas, 97,5% do total situaram-se entre as três primeiras respostas. Essas respostas no geral estão intrinsecamente ligadas entre si, e vinculam-se a precariedade das condições de vida, originadas, conforme já tratado, das desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

É possível que a consolidação da identidade coletiva enquanto trabalhadores da construção civil seja afetada pela necessidade de polivalência. Isso pode ocorrer porque esses trabalhadores não se estabelecem como profissionais de determinada área, mas sim como trabalhadores que se colocam em diversas atividades, no tempo e no espaço, de acordo com a necessidade e as possibilidades de emprego oferecidas no mercado de trabalho.

A respeito do tipo de atividade que exerciam na ocupação anterior ao trabalho na construção civil (Quadro 12), temos que 20% trabalharam no comércio, enquanto os outros 20% com construções de pequeno porte, ou seja, em serviços de reformas e construções de casas e outros do gênero. Entretanto, a maioria das ocorrências (30%) ficou na categoria “Outro”. Perguntados sobre que tipos de trabalho exerceram, tivemos uma variedade de respostas, dentre as quais: jardineiro, caseiro, pintor, gari, vendedor ambulante etc.

Quadro 12 – Tipo de atividade da ocupação anterior

Tipo de Atividade	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Rural	6	15,0
Comércio	8	20,0
Transporte	3	7,5
Setor público	1	2,5
Indústria	1	2,5
Construções de pequeno porte	8	20,0
Sempre trabalhou na construção civil	-	-
Estudante	1	2,5
Outro	12	30,0
Total	40	100

Se considerarmos os quadros anteriores (11 e 12), relacionando-os às razões de escolha do trabalho na construção civil, poderemos inferir sobre a instabilidade e precariedade dos vínculos dos mesmos com o mercado de trabalho e a dependência da esfera da vida em relação a tipos de trabalho precários e com baixa remuneração.

Quanto ao tipo de vínculo empregatício, temos que 90% dos operários declararam trabalhar com carteira assinada, conforme apresentado no Quadro 13. Todavia, nenhum dos vínculos de trabalho se realizou com a construtora (Quadro 14), mas com as empresas terceirizadas que prestam serviços especializados, de acordo com as etapas das obras, como é possível visualizar pelas Fotos 7 e 8.⁵²

⁵² Na Foto 7, é possível visualizar no uniforme do trabalhador que está de costas, o nome da empresa prestadora de serviço de construção de pisos.

Foto 7 e 8 – Trabalhadores de empresas prestadoras de serviço especializado em canteiro de obras de Águas Claras



Por Leonardo Rocha de Castro, Agosto de 2009.

Quadro 13 - Tipo de vínculo de trabalho

Sem carteira assinada	Com carteira assinada	Total
4	36	40
10%	90%	100%

Quadro 14 - Contrato de trabalho com a construtora

Sim	Não
-	40
-	100%

O tempo de trabalho nas empresas prestadoras de serviço mostrou-se curto, como podemos verificar no Quadro 15. Neste, vemos que 22,5% dos entrevistados tinham no máximo um mês de trabalho na empresa. 30% tinham acima de um e menos de três meses de trabalho. Somente 17,5% dos operários já estavam na mesma empresa há mais de 1 ano.

Essas condições apontam para a alta rotatividade do setor, afetando diretamente a vida dos trabalhadores e fortalecendo por parte do empregador a exploração da mão-de-obra, refém da necessidade de trabalhar para suprir as necessidades básicas pessoais e familiares. Essa característica é vantajosa para a empresa ainda, pelo fato de reduzir os encargos trabalhistas com contratação e dispensa dos operários.

Quadro 15 – Tempo de trabalho na empresa

Até 1 mês	De 1,1 e a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1,1 até 5 anos	Total
9	12	12	7	40
22,5%	30,0%	30,0%	17,5%	100,0%

Quanto a função exercida no canteiro (Quadro 16), temos entre os entrevistados, que 37,5% eram serventes, enquanto 32,5% pedreiros. Os números apresentados no Quadro 16 devem ser relativizados porque a maioria dos canteiros onde foram aplicados os questionários estava nas etapas de levantamento das estruturas e alvenaria dos prédios. Apenas um canteiro estava em fase de acabamento.

Quadro 16 – Função exercida no canteiro de obras

Função	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Ajudante pintor	1	2,5
Armador	4	10,0
Auxiliar de bombeiro hidráulico	1	2,5
Gesseiro	1	2,5
Montador de andaime	3	7,5
Pedreiro	13	32,5
Pintor	1	2,5
Serralheiro	1	2,5
Servente	15	37,5
Total	40	100

O tempo de trabalho por dia era de 9 horas para 80% dos operários, seguido por 10% que trabalhava 8 horas por dia (Quadro 17). Registramos um operário (2,5%) que trabalhava 5 horas por dia. Este era gesseiro, umas das atividades envolvidas na fase de acabamento de uma obra. 7,5% trabalhavam mais de 11 horas por dia, superando a jornada de trabalho legalmente instituída. Quanto ao tempo de parada para almoço todos os operários responderam que tinham uma hora de intervalo.

Quadro 17 – Horas trabalhadas por dia

5 h/dia	8 h/dia	9 h/dia	11 h/dia
1	4	32	3
2,5%	10%	80%	7,5%

Dentre os problemas enfrentados nos canteiros de obras, no questionário, buscamos delimitar aqueles que são mais discutidos e apresentados em pesquisas acadêmicas e nos meios de comunicação. Com base nas respostas à questão, temos que os baixos salários é a principal reclamação dos operários, sendo apontado por 35% deles. A questão sobre o excesso de horas de trabalho não foi apontada de forma isolada, no entanto esteve presente em aproximadamente 50% das respostas dos operários que apontaram “Dois dos problemas descritos anteriormente” e na categoria “Três ou mais dos problemas descritos anteriormente”.

Embora possamos observar, mediante o Quadro 18, que a desobediência à jornada de trabalho prevista em lei não seja freqüente, podemos supor que em função da natureza braçal do trabalho, resulte na opinião de que ainda assim a jornada de trabalho seja excessiva. 15% dos entrevistados não identificou nenhum problema no trabalho. A falta de equipamentos de segurança também não foi apontada de forma isolada, mas sim por aqueles operários que identificaram mais de um problema no ambiente de trabalho. Por isso, foram agregados às categorias “Dois dos problemas descritos acima” e “Três ou mais dos problemas descritos anteriormente”, mediante as respostas dadas.

Os problemas que levam a necessidade de uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são os altos riscos de acidentes nos canteiros, em função da natureza do trabalho (Fotos 9 e 10 na página 109). Todavia, a preocupação com os riscos de acidentes não se mostrou tão alto. Apenas uma pessoa (2,5%) considerou este como o principal problema encontrado no canteiro, embora essa preocupação tenha sido citada, mas de forma reduzida, pelos operários que apontaram dois ou mais problemas no trabalho.

Conversa tida com um dos operários pode contribuir para explicar essa questão. Segundo esse operário, os acidentes fazem parte do dia-a-dia no canteiro, apesar de só serem divulgados na televisão ou nos jornais aqueles mais graves ou com morte.⁵³ Todavia, conforme sua fala, “se os trabalhadores forem dar muita importância para isso, vai ter que deixar de trabalhar, e isso não dá para fazer porque a maioria possui família” que depende de seus rendimentos para viver. E, “se morre um, tem vários na fila de emprego para substituí-lo.”

Quadro 18 – Principais problemas enfrentados no canteiro

Tipos de problemas	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Não identificou nenhum problema	6	15,0
Excesso de horas de trabalho	-	-
Ritmo de trabalho muito acelerado e intenso	3	7,5
Riscos de acidentes	1	2,5
Falta de equipamentos de segurança	-	-
Baixo salário	14	35,0
Dois dos problemas descritos anteriormente	9	22,5
Três ou mais dos problemas descritos anteriormente	7	17,5
Total	40	100

Só em 2008, foram registradas oito mortes na construção civil em Brasília. Outros 20 registros de acidentes sem morte foram contabilizados, a maior parte em Águas Claras.⁵⁴ Embora, o número de acidentes na RA tenha sido relativamente alto se comparado com as ocorrências em outras localidades do DF, isso não significa

⁵³ Coerente com a fala desse operário, temos o seguinte trecho de uma matéria publicada em 24/06/2009 pelo Correio Braziliense: “De janeiro a maio deste ano, 493 trabalhadores se feriram com gravidade. O dado é do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerest) da Secretaria de Saúde. O número se refere apenas aos casos registrados na Diretoria de Saúde do Trabalhador e aos atendimentos prestados em hospitais públicos. Além disso, os acidentes referidos são aqueles em que o trabalhador necessitou de mais de 30 dias de afastamento, e também a óbitos.” Fonte: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2009/06/24/cidades,i=121225>

⁵⁴ Fonte: <http://aguasclarasdf.com/site/?p=297>

necessariamente que lá as condições de trabalho são mais precárias e extenuantes que em outros lugares do DF ou do Brasil. Há indicações de que as condições sejam semelhantes. Talvez o alto índice de acidentes decorra do fato dessa RA concentrar a maior parte dos empreendimentos em construção em Brasília na atualidade. Ainda assim, isso não diminui a gravidade do problema.

Fotos 9 e 10 – Trabalho de risco na construção civil

Por Leonardo Rocha de Castro, Agosto de 2009.

Uma das formas de aumentar a segurança no trabalho na construção civil é através do uso dos EPI's. Questionados sobre a disponibilização dos EPI's por parte das empresas em que trabalhavam, 87,5% responderam que a mesma oferece tais equipamentos aos operários (Quadro 19). Todavia, isso não tem se mostrado suficiente para reduzir de forma significativa os acidentes nos canteiros.

As empresas geralmente põem a culpa nos trabalhadores, que não utilizariam os equipamentos de forma adequada. Não são questionadas as condições e o processo de trabalho, cujo foco é basicamente o produto imobiliário. Logo, no entendimento da maioria dos empregadores, a proteção do trabalhador é uma preocupação secundária que deve ficar - após serem tomadas algumas medidas básicas de segurança - a cargo do mesmo.

Quadro 19 - Disponibilização de EPI's pelas empresas aos operários

Sim	Não
35	5
87,5%	12,5%

Quanto à realização de cursos e treinamentos para o exercício das atividades no canteiro, 52,5% dos entrevistados responderam que a empresa os oferece (Quadro 20). O restante respondeu que nunca foi oferecido esse tipo de curso aos operários.

Quadro 20 - Realização de treinamentos e/ou curso de capacitação pela empresa

Sim	Não
21	19
52,5%	47,5%

O rendimento mensal da maioria dos entrevistados, representando 85% da amostra foi de menos de dois Salários Mínimos (S.M). Apenas 5% recebiam dois ou mais S.M., enquanto 10% recebiam de acordo com a produção (Quadro 21). O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário (STICMB) em negociação com os empresários da construção civil conseguiram aumento para as categorias de trabalhadores que estavam fora do piso salarial. Com isso, houve aumento nos salários dos serventes/ajudantes para R\$ 501,60, além de terem sido definidas outras obrigações a serem cumpridas pelos contratantes do setor, conforme demonstrado no Anexo 3 (“Convenção Coletiva de Trabalho”, na parte intitulada “Salários, Reajustes e Pagamento”, p. 137). Todavia, essas “conquistas” estão muito aquém do necessário para se ter uma vida com o mínimo conforto, dignidade e segurança⁵⁵.

Quadro 21 – Rendimento mensal

1 S.M. até menos de 2 S.M	2 S.M. ou mais	Varia por produção
34	2	4
85%	5%	10%

Em relação à filiação ao sindicato (STICMB), temos que apenas 30% declararam-se filiados, enquanto 70% não, conforme mostra o Quadro 22.

⁵⁵ Matéria publicada pelo Correio Braziliense em junho de 2009 pode ilustrar a incapacidade de um assalariado, como é o caso da maioria dos operários da construção, em suprir as necessidades básicas de alimentação, vestuário, educação etc com o salário que recebem, tendo em vista, por exemplo, que uma cesta básica consome quase a metade do salário mínimo (R\$ 465,00). A título de ilustração segue então trecho da matéria: “Em maio, o brasiliense remunerado com o salário mínimo precisou dedicar 104 horas e 43 minutos de sua jornada mensal para adquirir os treze produtos alimentícios. O valor da cesta básica no Distrito Federal teve variação de 0,07% no preço médio de treze produtos pesquisados e passou a custar R\$ 221,34 como constatou a pesquisa divulgada nesta quinta-feira (04/06) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Fonte: Correio Braziliense. Brasília, 04/06/2009.

Quadro 22 – Filiação ao sindicato da categoria

Sim	Não
12	28
30%	70%

Perguntado a todos a respeito da participação ou não nas reuniões do sindicato, e o porquê da não participação, tivemos as seguintes respostas (Quadro 23): Apenas 15% disseram participar das reuniões. Entre os que declararam não participar das reuniões, 37,5% escolheram a opção “Outro”, como justificativa da não participação. Buscando esclarecimentos sobre essa resposta a maioria declarou que “não conhecia o sindicato”. 22,5% disse não participar porque não tinha interesse.

Podemos inferir a partir desses dados, que tanto o sindicato não se faz presente na medida necessária para representar os interesses da categoria, quanto as próprias condições de trabalho, as características da integração dos operários à construção civil e as condições de vida restringem a posicionamento desses trabalhadores na esfera política por meio do sindicato. Dessa forma, retiram do trabalho o mínimo necessário para a reprodução da vida, que de forma ostensiva volta-se para a reprodução para o trabalho.

Quadro 23 – Participação nas reuniões do sindicato, por motivo de não participação

Descrição	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
Sim	6	15,0
Não. Falta de tempo	4	10,0
Não. Não traz resultados	-	-
Não tem interesse	6	15,0
Não porque não é filiado	9	22,5
Não. Outro	15	37,5
Total	40	100

A respeito do meio de transporte para a realização do percurso casa/trabalho (Quadro 24), temos que a maioria dos entrevistados (80%) utiliza transporte coletivo para fazer esse percurso. Utilizam transporte da empresa, naquelas onde o mesmo é disponibilizado aos trabalhadores, 17,5% dos entrevistados. Em geral, a distância entre a casa e o trabalho são fatores que impedem a ida a pé ou de bicicleta. O custo alto de ir e vir de carro próprio também é um fator inibidor de sua utilização para aqueles que o possuem.

Quadro 24 – Tipo de transporte utilizado para ir e voltar do trabalho

Tipo de Transporte	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)
A pé	-	-
Bicicleta	-	-
Transporte particular	1	2,5
Transporte coletivo	32	80,0
Transporte da empresa	7	17,5
Total	40	100

A partir da questão sobre o tempo gasto no percurso de ida e volta da casa para o trabalho, com base no qual se extraiu a média de tempo (pelo número de pessoas) por local de moradia, tivemos que os percursos mais demorados são: o de Planaltina-GO/Águas Claras que dura 4 horas. Sendo talvez por isso, que esteja entre os locais de moradia menos representativos na amostra. Os trabalhadores de Águas Lindas, que são os mais representativos, realizam o percurso de ida e volta casa/trabalho no tempo médio de duas horas. O tempo gasto com o deslocamento entre casa e trabalho diariamente ou alguns dias da semana contribui para o desgaste físico do trabalhador e para a redução do tempo voltado aos momentos da vida fora do trabalho.

Quadro 25 – Tempo médio gasto no dia no percurso casa/trabalho e vice-versa por local de moradia

Município ou RA	Valor Absoluto	Valor Relativo (%)	Tempo médio
Riacho Fundo II	1	2,5	45 min.
Recanto das Emas	3	7,5	40 min.
Samambaia	4	10	1 hora
Vila Telebrasilândia	1	2,5	40 min.
Ceilândia	12	30	1 hora
Águas Lindas - GO	16	40	2 horas
Santo Antônio do Descoberto 1 – GO	2	5	2 horas
Planaltina - GO	1	2,5	4 horas

A partir do material empírico, podemos empreender uma análise que contribui para o entendimento sobre como se articulam o espaço do trabalho e o espaço de reprodução da vida dos operários da construção civil em Águas Claras. Essas dimensões se reproduzem dialeticamente, e como tal, condicionam-se. Temos que em Brasília, e mais especificamente em Águas Claras, tendo em vista os dados empíricos, se comparado a outras cidades do país, a maioria dos direitos garantidos em lei para o trabalhador da construção civil parece ser cumprido, como por exemplo, a jornada de trabalho, o uso de EPI's etc. Vide Anexo 3 (Convenção Coletiva de Trabalho da Construção Civil – 2009/2011).

No entanto, isso não significa que esses direitos são suficientes para proteger o trabalhador do excesso de exploração e possibilitar-lhes boas condições de vida. Quando nos deparamos com as respostas às questões sobre a participação no sindicato, vemos que esse campo de representação dos interesses do grupo é fraco. Dessa forma, ficam debilitadas as possibilidades de conscientização e atuação dos trabalhadores na definição e busca por novos direitos.

Essa realidade, favorecida pela submissão quase que integral da vida desses operários ao mundo do trabalho, somado ao movimento de disseminação na contemporaneidade de valores individualistas e da não credibilidade na ação

coletiva, contribuem para a permanência da alienação e da superexploração. Dadas as precárias condições de trabalho e de vida, os trabalhadores da construção civil possuem preocupações voltadas, de modo geral, ao nível do imediato, como por exemplo: prover as necessidades básicas da família, pagar as despesas domésticas; além daquelas voltadas ao trabalho, como salários, tarefas a cumprir, riscos de acidentes etc.

Tivemos a oportunidade de visualizar isso nas primeiras saídas de campo destinadas à aplicação dos questionários. Na primeira versão do questionário, que acabou se transformando em um questionário piloto, algumas perguntas se voltavam à atuação do sindicato. Nessa, uma das perguntas era: você acha importante que o sindicato da sua categoria se envolva com movimentos sociais? Entre as alternativas para o caso de resposta “sim” tínhamos os tipos de movimentos: movimento de trabalhadores sem terra, movimento de sem-teto etc.

No entanto, essa temática não fazia sentido para a maioria dos trabalhadores entrevistados. Diante disso, essa e outras perguntas de mesma natureza foram retiradas do questionário. A partir do exposto, podemos inferir sobre a fragmentação e isolamento entre as diferentes entidades representativas da classe trabalhadora, assim como entre essas e os diferentes movimentos sociais no enfrentamento aos interesses dominantes.

No âmbito da construção civil, as condições que levam os trabalhadores a se inserirem, permanecerem ou saírem desse ramo de atividade para outro, assim como as precariedades acumuladas na esfera da vida têm papel relevante sobre a permanência da submissão aos ditames do capital. Ou seja, as condições socioeconômicas insuficientes dos operários são frutos não apenas das condições de trabalho atual, mas geralmente de um acúmulo de precariedades presentes ao longo da vida dessas pessoas.

Todavia, a exploração sofrida no trabalho vem reforçar as precariedades materiais e imateriais da vida: seja por meio dos baixos salários; da intensidade extenuante de trabalho; do tempo para o trabalho que subsume o tempo da vida para a constituição do ser individual e social; que subsume ainda o tempo para a

família e para a comunidade, o tempo para a produção criativa do espaço de reprodução da vida e de usufruto da cidade.

Todavia, as próprias precariedades e busca de suprimentos das necessidades imediatas, que mobilizam o trabalhador para momentos de enfrentamento, contêm potencialidades para a construção do ser político e, conseqüentemente, de um sujeito no processo de produção do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, através da leitura sobre a produção do espaço, buscou analisar os processos e relações que permeiam a materialização das formas urbanas, com enfoque sobre o sub-setor de edificações da construção civil. Sob a perspectiva teórico-metodológica da categoria produção do espaço, orientamos nossa análise buscando desvelar os processos que incidem sobre a relação entre capital e trabalho na construção urbana, com foco sobre as repercussões da mesma nas condições de trabalho e de vida dos operários.

Para favorecer a análise dessa problemática, consideramos como uma das bases para sua compreensão mais aprofundada, a inter-relação entre as dimensões estruturais e socioespaciais locais. Nessa perspectiva, entendemos que toda a formação socioespacial conforma relações e processos mobilizados por interesses diversos, nos quais se sobressaem os interesses dominantes no tempo e espaço. A relação entre as dimensões próximas e distantes têm implicações sobre a vida em sociedade, sobre o cotidiano dos indivíduos. Logo, é preciso entender a inter-relação entre essas dimensões para então analisar a conformação da vida dentro e fora do trabalho, conforme proposto.

Essa abordagem foi orientada pela primeira questão de pesquisa (Como a relação entre condicionantes estruturais e socioespaciais locais define a produção do espaço urbano em Brasília?) atendidas através dos capítulos 2, 3 e 4, que trataram sobre a produção do espaço da escala Brasil até chegar a Brasília.

Considerando esses fatores encaminhamos uma leitura sobre a forma como se desenvolveu o processo de urbanização e industrialização nacional, os quais estiveram atrelados à divisão internacional do trabalho, à forma subordinada de integração do país ao sistema capitalista. Avançando no tempo, a forma de subordinação nacional ao sistema capitalista se renovou, atrelado aos termos do modelo de acumulação flexível.

Essa subordinação vem significando ao longo do tempo a articulação entre interesses dominantes internos e externos à nação, favorecendo a manutenção de

privilégios e a exploração de ampla camada da sociedade que se constitui enquanto classe trabalhadora. Voltando no tempo, temos que o avanço da propriedade privada e do trabalho assalariado são elementos centrais na constituição social e espacialmente dividida do meio urbano.

A propriedade privada da terra e as relações assalariadas de trabalho redefiniram pouco a pouco a produção do espaço enquanto meio de reprodução do capital. Nestes termos que tenderam ao aperfeiçoamento, as desigualdades socioespaciais, a exploração e expropriação da classe trabalhadora apresentaram-se como elementos centrais da matriz urbana nacional.

Nesse ínterim se fez presente, como condição necessária à produção capitalista do espaço urbano, a reorganização do trabalho e do processo produtivo no ramo da construção. Novos agentes se constituíram na esfera produtiva, financeira e comercial para dar suporte à reprodução do capital e para tal, à reprodução do modelo urbano de sociedade à nível nacional.

Impelido por essa lógica, observa-se a inserção de novos profissionais no comando do processo construtivo, a inserção do desenho técnico e de planos para orientar a produção, além do desencadeamento da divisão do trabalho no canteiro. As transformações na organização do trabalho e no processo construtivo se desenvolveram tendo como objetivo desintegrar a capacidade criativa do trabalhador, de aliená-lo e impor-lhe a heteronomia em relação ao processo de produção do espaço. Somente por essa via seria possível que o produto de seu trabalho se tornasse mercadoria, em prol da (re)produção do capital no/pelo espaço.

Num ambiente de desigualdades históricas, a submissão e superexploração da classe trabalhadora tornaram-se elementos centrais para a produção de mais-valia na construção civil. Essas condições imputaram aos operários da construção a reprodução da vida em condições precárias, concomitantemente a submissão à continuidade da reprodução para o trabalho, tendo em vista a sujeição, em última instância, às necessidades materiais e simbólicas gestadas no meio urbano.

O excesso de mão-de-obra de baixa escolaridade e qualificação que afluiu do campo para o meio urbano no passado e que, no contexto atual, também é fruto do

meio urbano, tem favorecido ao longo da história da construção urbana no Brasil, a superexploração do trabalhador. Essa se apresenta com uma das condições que favorecem a permanência da baixa industrialização na construção civil. Logo, a produtividade do setor tem sido garantida em grande medida pela extração da mais-valia absoluta. No âmbito das condições de reprodução da vida, a mediação do acesso à moradia por meio do mercado, somada à baixa remuneração dos trabalhadores de base da construção têm impellido ao longo da história urbana nacional, a reprodução da vida por meio da ilegalidade nas formas de morar e da instabilidade nas relações com lugar. A lógica do capital na produção do espaço urbano gera valorização diferenciada do espaço ao longo do tempo, tornando instável o viver e o morar que se realiza fora das regras desse jogo.

A autoconstrução, as favelas e a periferia abrangem algumas das alternativas de vida dos operários, tendo sua existência fragilmente mantida num contexto de relações complexas e conflituosas entre trabalhador, Estado e capital. No caso de Brasília, essas relações, conforme analisado, demonstraram como os conflitos de interesses demarcaram a produção contraditória do espaço, pesando sobre o trabalhador no *locus* da produção e na sua desarticulação enquanto sujeito produtor e habitante da cidade em todas as suas potencialidades políticas e socioespaciais. Por esse caminho Brasília e o Entorno foi se constituindo com forte caráter segregador, fragmentada e diferenciada entre lugares apropriados para a reprodução da pobreza e da riqueza.

Dessa lógica surgiu então Águas Claras, que veio a se conformar por meio da articulação entre interesses dos agentes imobiliários e políticos como *locus* de reprodução da classe média, e por meio do consumo desta, da reprodução do capital. Ao chegarmos à análise sobre a produção do espaço em Águas Claras (norteadas pela questão: Qual o papel de agentes públicos e privados na produção do espaço em Águas Claras?) foi possível a apreensão dos mecanismos e estratégias que permearam a articulação entre esses agentes na produção do espaço na referida RA.

Para sua realização foram e são acionados diariamente os operários da construção civil. Através do estudo realizado sobre a evolução do setor construtivo e

do trabalho na RA foi possível compreender como esse trabalhador vem se inserindo na produção do espaço. Vimos que a precariedade nas condições de trabalho, a intensa exploração, a alienação em relação à totalidade do processo de construção e mais amplamente ao processo de produção do espaço se intensificaram ao longo do tempo, conformando peculiaridades próprias ao tempo e espaço.

Considerando o recorte espacial de análise, por meio do qual buscou-se responder a questão final da pesquisa, sobre “como as estratégias de reprodução do capital imobiliário vão permear as condições de trabalho e de vida dos empregados da construção civil de Águas Claras?” foram observadas peculiaridades na relação capital-trabalho no setor dentro desse contexto. Observamos que esses trabalhadores estão amparados por direitos legais conquistados e reformulados ao longo do tempo a partir do conflito entre interesses dos trabalhadores e dos empresários do setor.

Logo, foram conquistadas e também concedidas melhores condições de trabalho nos canteiros, ao passo que houve avanço também nas estratégias do capital em prol da precarização do trabalho, por meio da subcontratação e de mecanismos de não cumprimento dos direitos garantidos em lei. Observamos nos operários de Águas Claras uma reduzida consciência política e articulação coletiva em busca da conquista de novos direitos, o que reforçar as condições de manutenção da exploração do trabalhador.

Todavia, essa situação vem se fortalecendo num contexto mais amplo, em que novas estratégias do capital buscam promover o enfraquecimento da classe trabalhadora no enfrentamento ao capital. Ainda assim, isso não significa uma total acomodação e conformação à realidade de exploração existente no trabalho. A identificação de problemas como baixos salários, riscos de acidentes, ritmo acelerado e intenso de trabalho se colocam a nível do imediato como chaga e como potencialidades para despertar o trabalhador da construção para o enfrentamento a exploração sofrida.

A precariedade de condições de vida nos locais de moradia e no uso do espaço urbano também se coloca como problema que faz parte do cotidiano dos trabalhadores da construção. Entretanto, os problemas sofridos dentro e fora do trabalho são vistos pelos operários como não necessariamente relacionados, o que denota não apenas uma alienação em relação ao processo de produção do espaço, mas em relação à conformação da sociedade. Por isso, não fazendo sentido para eles a articulação entre diferentes grupos de trabalhadores em prol de reivindicações sociais.

Entende-se que tanto para os trabalhadores de base da construção civil, como para a ampla população pobre que compõe as cidades, o avanço da apropriação do espaço como mercadoria tende a acirrar os obstáculos de acesso à mesma - enquanto meio de reprodução da vida em suas múltiplas dimensões. As condições favoráveis de acumulação por meio da cidade, e mais especificamente, por meio da realização de empreendimentos imobiliários, não significam uma socialização dos ganhos auferidos nesse processo, embora estes sejam exorbitantes.

Ao contrário, à medida que avançam as possibilidades dos agentes imobiliários transformarem parcelas do espaço urbano em empreendimentos imobiliários, mais reduzidos ficam os espaços de reprodução da vida dos operários que erguem esses produtos. Isso se dá tanto pela expansão e intensificação das condições de realização do espaço enquanto mercadoria, quanto pela renovação das estratégias de extração de mais-valia dos operários da construção e dos trabalhadores em geral. Isso porque a dinâmica que mobiliza esses fatores andam em sentidos opostos, tendo em vista que a sobrevalorização e expansão do espaço enquanto mercadoria não permite o acesso aos operários, explorados e mal remunerados.

Nesse sentido, através da lógica da produção imobiliária são delimitados os espaços favoráveis à reprodução do capital. Dialeticamente, são delimitados os lugares para as atividades e para a reprodução da vida da população que pode pagar o preço dos produtos imobiliários, ao mesmo tempo em que se restringem os espaços de reprodução da classe operária que constrói o espaço.

Em suma, os operários da construção civil se colocam num novo contexto em que problemas desenhados pelo confronto com o capital dentro e fora do trabalho se impõem num movimento que perpassa e se requalifica no tempo e no espaço. Enfrentá-los demanda a (re)construção do sujeito coletivo para o qual é necessário investigar mais acuradamente os próprios meios de sua realização no passado e no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline B. **As ações da sociedade civil e do Estado diante da pobreza.** In: VALLA, Victor V. *et. all.* (Orgs.). **Para compreender a pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 4ª. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

ANTUNES, Gabriela Borges. **O Poder Político no Distrito Federal: A trajetória de Joaquim Roriz.** Brasília: Instituto de Sociologia – UnB (Dissertação de Mestrado), 2004.

ARASAWA, Cláudio Hiro. **Os engenheiros e a construção de uma nova ordem na São Paulo republicana (1892-1940).** In: GITAHY, Maria Lúcia Caira & LIRA, José Tavares Correia de. **Tempo, cidade e arquitetura.** São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 52/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94. Brasília: Senad Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio A. G. **O legado da modernização conservadora e a modernização do território.** In: BECKER, Bertha K. & EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** In: **Análise Social**, Vol. XXIX (127), 1994 (3º). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf>
Acesso em 19/05/2009 às 22h15min.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil.** In: **Espaço Plural: Dossiê Cidades.** Ano VIII, nº 17. Unioeste, 2007.

BUARQUE, Cristovam. **O que é Aparição: o apartheid social no Brasil.** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURZSTYN, Marcel. **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores.** In: BURZSTYN, Marcel. (org). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAMPOS, Neio. **A produção da segregação residencial em cidade planejada**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 1988.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **A cidade**. 8ª. Ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

_____. **A reprodução da cidade como “negócio”**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri & CARRERAS, Carles (Orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. FFLCH-USP: Ed. Contexto, 2005.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983. Reimpressão, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Acumulação flexível e gestão do território no Distrito Federal**. In: Paviani, Aldo (org.) **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais**. In: **Brasília: controvérsias ambientais**. PAVIANI, Aldo & GOUVÊA, Luiz Alberto Campos (orgs.). Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Roteiro para a elaboração de projeto de pesquisa científica (versão preliminar)**. Dez., 2007

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DA GUIA, George Alex. **Políticas territoriais, segregação e reprodução das desigualdades sócio-espaciais no Aglomerado Urbano de Brasília**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Geografia. Brasília, 2006.

DAMIANI, Amélia Luisa. **As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço**. In: DAMIANI, Amélia Luisa *Et alli* (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

DIEESE. **Estudos setoriais: Os trabalhadores e a reestruturação produtiva na construção civil**. Resenha a partir do estudo setorial: DIEESE. **A reestruturação produtiva na construção civil** (no prelo). nº 12, 2001.

_____. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo: DIEESE, 2008.

FAGNANI, Eduardo. **População e bem-estar social no Brasil: 40 anos de ausência de política nacional de habitação popular (1964-2002)**. In: **Multiciência: População, bem-estar e tecnologia**. Unicamp, Maio de 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Processo de trabalho na construção habitacional: tradição e mudança**. São Paulo: Annablume, 1996.

FRANCO, Eliete de Medeiros. **A ergonomia na construção civil: uma análise do posto de mestres-de-obras**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, Novembro de 1995.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **A visão geográfica do espaço do homem**. (s/d).

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa & PENNA, Nelba Azevedo. **Brasília: novos rumos para a periferia**. In: **Brasília: moradia e exclusão**. PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1996.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. **Os desafios da urbanização brasileira**. In: LESTIENNE, Bernard, MILESI, Rosita & GUERTECHIN, Thierry Linard de. **População e pobreza**. São Paulo: Loyola, 2003.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. In: Anais do Simpósio “**Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização**”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FERRO, Sérgio. **O canteiro e o desenho**. (2ª ed.) São Paulo: Projeto Editores Associados/Instituto de Arquitetos do Brasil-SP, 1982.

GAGLIARDI, Marcelo. **Adaptação estratégica organizacional na indústria da construção civil: um estudo de caso no Distrito Federal**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Governo do Distrito Federal – GEPOT/RAXX. **Águas Claras: aqui o coração bate mais forte**. Brasília: Agosto de 2007

GOMES, Karla Figueiredo de Oliveira. **O capital incorporador como agente transformador da configuração urbana: o caso de Águas Claras, Distrito Federal**. Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2007.

GONZALES, Suely F. N.. **A Renda do Solo Urbano: hipóteses de explicação se seu papel na evolução da cidade.** In: FARRET, Ricardo (Org.). **O Espaço da Cidade: Contribuição à Análise Urbana.** São Paulo: Projeto, 1985. pp. 93-114.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão.** In: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. **Pobreza e desigualdades sociais.** Salvador: SEI, 2003.

HARVEY, David. **Espaços de Esperanças.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IKUTA, Fernanda Keiko. **A Questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente-SP.** Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo, julho de 1995. Disponível em: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/28/Documentos/Artigos/metr%C3%B3pole%20na%20periferia%20do%20capitalismo.pdf> Acesso em 03/05/2009 às 12h15min.

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, Vol. 14, nº 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf> Acesso em 03/05/2009 às 11h 30min.

_____. **Dimensões da tragédia urbana.** In: Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. **Pobreza e desigualdades sociais.** Salvador: SEI, 2003.

MELO, André B. C. de. **A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil.** In: GONÇALVES, Maria Flora (org). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

MENDES, César Miranda. **O capital e o governo na produção do espaço.** In: Acta Scientiarum (UEM), Maringá-PR, v. 22, n. 01, 2000.

MENDES, Mariana Fernandes. **A mobilidade territorial dos trabalhadores da construção civil na produção da verticalização no bairro Aldeota em Fortaleza.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Curso de Mestrado em Geografia. Fortaleza, 2008.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2004.

MÉSZAROS, Istvan. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia Serve Para Desvendar Mascaras Sociais. In: Geografia: Teoria e Crítica (O saber posto em questão).** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde.** Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco. 1994.

OLIVEIRA JR., Gilberto Alves de. **Novas Expressões de Centralidade e (Re)produção do Espaço Urbano em Cidades Médias: o Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna.** Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Brasília, 2008.

PAVIANI, Aldo. **Brasília: Ideologia e realidade – espaço urbano em questão.** São Paulo: Projeto, 1985.

_____. **Brasília: a metrópole em crise.** Coleção Brasília. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1989.

_____. **A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade? In: Brasília: moradia e exclusão.** PAVIANI, Aldo (org.). Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1996.

_____. **A construção injusta do espaço urbano. In: A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília.** PAVIANI, Aldo (org.). 2ª ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1998

PCC/USP. **O futuro da construção civil no Brasil. Resultados de um estudo de prospecção tecnológica da cadeia produtiva da construção habitacional.** São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo / Departamento de Engenharia de Construção Civil, Dezembro de 2003.

PELUSO, Marília Luíza. **Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. In: Espaço & Geografia, Vol. 6, nº 2.** Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, 2003.

PENNA, Nelba Azevedo. **Brasília: Do espaço concebido ao espaço produzido: a dinâmica de uma metrópole planejada.** Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia. São Paulo, 2000.

_____. **A fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: Paviani, Aldo. (Org.). Brasília - Controvérsias Ambientais.** 1 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Empreendedorismo e planejamento urbano em Brasília: da máquina de morar à máquina de crescimento urbano. In: Seminário**

Internacional: Planejamento urbano no Brasil e na Europa – um diálogo possível? Florianópolis-UFSC, Outubro de 2006.

PEREIRA, Paulo César Xavier. **Espaço, Técnica e Construção**. São Paulo, NOBEL, 1988.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da esperança: Brasília; estudo sobre uma grande obra da construção civil**. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Antropologia. Brasília, 1980.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade** (Ensaios). Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova. Da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos).

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5ª ed. 1ª reimp. São Paulo: HUCITEC, 2007.

_____. **A Natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

SEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio**. Dados agregados para o Distrito Federal e Regiões Administrativas. Brasília, 2004.

SEPLAN/CODEPLAN/GDF. **Distrito Federal: Síntese de Informações Socioeconômicas**. Brasília, 2006.

SILVA, Lenyra Rique da. **A Natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

SILVEIRA, Denise Prudente de F. **Gestão Territorial do Distrito Federal: trajetórias e tendências**. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania**. Coleção Brasília. Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil**. Uberlândia: EDUFU, 2007

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

STEINBERGER, Marília. **Formação do Aglomerado Urbano de Brasília no contexto nacional e regional**. In: PAVIANI, Aldo (org). **Brasília – Gestão urbana: conflitos e cidadania**. Coleção Brasília. Ed. da Universidade de Brasília, 1999.

TOPALOV, Christian. **Análise do ciclo de reprodução do capital investido na produção da indústria da construção civil**. In: FORTI, Reginaldo (org.). **Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

VESENTINI, José William. **Construção do espaço e dominação - considerações sobre Brasília**. In: **Teoria e Política**. Ano 2, n.7. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1985.

VOLOCHKO, Danilo. **Estratégias financeiras e a produção do imobiliário residencial em São Paulo: o caso do Panamby**. In: **IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB)**. Manaus, 2005.

Sites consultados:

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. <http://www.seduh.df.gov.br/sites/100/155/PDOT/doct07.htm> Acesso em 20/10/2008 às 11h50min.

Câmara Legislativa do Distrito Federal. PDOT, 2007. <http://www.cl.df.gov.br/portal/processo-legislativo-1/pdot> Acesso em 28/11/2008 às 22h14min.

Material jornalístico escrito e televisionado:

CORREIO BRAZILIENSE. Título da matéria: **Valorização elevada**. . Data de publicação: 26/01/2005. Disponível em: <http://aguasclarasdf.com/site/?p=44> Acesso em 20/08/2008 às 16h29min.

CORREIO WEB. Título da matéria: **DF registra mais uma morte em canteiro de obras**. Disponível em: <http://aguasclarasdf.com/site/?p=297> Acesso em 11/11/2008 às 21:00h.

AGÊNCIA BRASIL. Título da matéria: **Vila de trabalhadores resiste à expulsão do Plano Piloto.** Disponível em <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/19/materia.2009-04-19.6886907456/view> Publicado em 20/04/2009. Acesso em 11/08/2009.

<http://www.clicabrasilia.com.br/portal/noticia.php?IdNoticia=58825> Título da matéria: **Terracap conclui processo licitatório de 172 lotes no Distrito Federal.** Acesso em 29/11/2008 às 18h15min.

CORREIO BRAZILIENSE. Título da matéria: **Alvo de gigantes.** Brasília: 17 de fevereiro de 2008.

DFTV (Jornal local da Rede Globo). Data: 15/11/2008. Assunto: Acidente em canteiro de obras de Águas Claras.

ANEXOS

Anexo 1: Capa publicitária do edital de Licitação de Imóveis nº 08/2009 da Terracap.

Licitação 08/2009 edital

TERRACAP

Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal



NOS 36 ANOS DA TERRACAP, 150 LOTES PARA VOCÊ.



caução até

26

agosto

proposta dia

27

agosto

Ofertas do mês

<p>Samambaia: 47 lotes</p> <p>Ceilândia: 17 lotes</p>	<p>Jardim Botânico 3: 25 lotes</p> <p>Taquari: 11 lotes</p>
---	---

Mais 50 terrenos em:

ÁGUAS CLARAS	NÚCLEO BANDEIRANTE	RECANTO DAS EMAS
BRASÍLIA	SANTA MARIA	TAGUATINGA
GUARÁ	SOBRADINHO	

Se você quer adquirir algum lote da Terracap, basta solicitar à Gerência de Comercialização para incluí-lo no edital de licitação. É simples, fácil, sem intermediário e de graça.

ATENÇÃO: A LICITAÇÃO COMEÇA ÀS 9 HORAS COM O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO AUDITÓRIO DA TERRACAP, ATRÁS DO PALÁCIO DO BURITI.
0800 61 2007 / (61) 3342.2333 / 3342.2305 / 3342.1825 / Fax: (61) 3342.2022 - SAM Bloco F - atrás do anexo do Palácio do Buriti - www.terracap.df.gov.br

Anexo 1.1: Página 6 do Edital de Licitação de Imóveis nº 08/2009 da Terracap.

LICITAÇÃO DE IMÓVEIS - 08/2009
27 DE AGOSTO DE 2009



Águas Claras

DESTINAÇÃO: L/2 - PERMITIDO ATIVIDADE DE: COMÉRCIO, PREST/SERVIÇO, INDUSTRIAL, INSTITUCIONAL E RESIDENCIAL (LOTE DE MENOR RESTRIÇÃO, VEDADA ATIVIDADE DE ALTA INCOMODIDADE, VIDE PDL OU ADM/ ÁGUAS CLARAS PARA ATIVIDADES N/PERMITIDAS).



Item	Endereço do Imóvel	Área do Lote	Área de Construção	Valor (mínimo e caução)	Condição de pagamento
1 (168984-3)	QS 05 RUA 100 LT 06 ÁGUAS CLARAS	2.854,15	5.708,30	2.562.000,00 128.100,00	5% entrada 36 a 240 meses
2 (169112-0)	QS 05 RUA 300 LT 32 * ÁGUAS CLARAS	1.120,00	2.240,00	939.100,00 46.955,00	5% entrada 36 a 240 meses

DESTINAÇÃO: L-1/ PERMITIDO ATIVIDADE DE: COMÉRCIO, PREST/SERVIÇO, INDUSTRIAL, INSTITUCIONAL E RESIDENCIAL (LOTE DE MÉDIA RESTRIÇÃO, VEDADA ATIVIDADE DE MÉDIA E ALTA INCOMODIDADE DO TIPO I-2 E I-3, VIDE PDL OU ADM/ ÁGUAS CLARAS PARA ATIVIDADES N/PERMITIDAS).

Item	Endereço do Imóvel	Área do Lote	Área de Construção	Valor (mínimo e caução)	Condição de pagamento
3 (208838-0)	RUA 30 NORTE LT 04 ÁGUAS CLARAS	1.800,00	9.000,00	5.281.000,00 264.050,00	5% entrada 36 a 240 meses

DESTINAÇÃO: RE - LOTE DE USO RESIDENCIAL EXCLUSIVO (VIDE PDL OU ADM/ ÁGUAS CLARAS PARA ATIVIDADES N/PERMITIDAS).

Item	Endereço do Imóvel	Área do Lote	Área de Construção	Valor (mínimo e caução)	Condição de pagamento
4 (212583-8)	QD 105 PRACA BEM-TE-VI LT 04 ÁGUAS CLARAS	3.302,40	8.256,00	4.592.000,00 229.600,00	5% entrada 36 a 240 meses

DESTINAÇÃO: L/0 - PERMITIDO ATIVIDADE DE: COMÉRCIO, PREST/SERVIÇO, INDUSTRIAL, INSTITUCIONAL E RESIDENCIAL (LOTE DE MAIOR RESTRIÇÃO, VEDADA ATIVIDADE INCÔMODA DE QUALQUER NATUREZA, (VIDE PDL OU ADM/ ÁGUAS CLARAS PARA ATIVIDADES N/PERMITIDAS).

Item	Endereço do Imóvel	Área do Lote	Área de Construção	Valor (mínimo e caução)	Condição de pagamento
5 (209389-8)	QD 301 ALAMEDA GRAVATA CONJ 01 LT 01 * ÁGUAS CLARAS	408,00	816,00	555.000,00 27.750,00	5% entrada 36 a 240 meses
6 (209391-0)	QD 301 ALAMEDA GRAVATA CONJ 01 LT 03 * ÁGUAS CLARAS	408,00	816,00	505.000,00 25.250,00	5% entrada 36 a 240 meses

DESTINAÇÃO: L-3/ADE-COMÉRCIO, PREST/SERVIÇO E INDUSTRIA N/POLUENTE. VEDADA ATIVIDADE DO TIPO: SERRARIA, SERRALHERIA, OFICINAS E SIMILARES (VIDE PUR-122/97, PDL OU ADM/ ÁGUAS CLARAS PARA ATIVIDADES N/PERMITIDAS).

Item	Endereço do Imóvel	Área do Lote	Área de Construção	Valor (mínimo e caução)	Condição de pagamento
7 (474645-7)	ADE-ÁGUAS CLARAS CONJ 03 LT 19 * ÁGUAS CLARAS	150,00	300,00	118.900,00 5.945,00	5% entrada 36 a 240 meses
8 (474883-2)	ADE-ÁGUAS CLARAS CONJ 29 LT 07 * ÁGUAS CLARAS	3.876,15	7.752,30	2.354.000,00 117.700,00	5% entrada 36 a 240 meses

*** IMÓVEIS COM OBSTRUÇÃO E/OU OCUPADOS E/OU EDIFICADOS.**

any

PÁGINA 6

ccccc

Anexo 2: Questionário aplicado aos operários da construção civil em canteiros de obras em Águas Claras



Universidade de Brasília - Departamento de Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia

Questionário

- 1- Sexo: F () M ()
- 2- Idade: _____
- 3- Estado civil: () Solteiro () Casado () Separado/divorciado () Viúvo
- 4- Local de nascimento: () DF () Outro (Município/Estado): _____
- 5- Local de moradia atual: _____
- 6- Há quanto tempo mora nesta cidade? _____
- 7- Motivo de vinda para o DF ou Entorno?
() Emprego () Saúde () Moradia () Educação () Outro
- 8- Por que você mora nesta cidade?
() Custo de vida é mais baixo
() Pela proximidade com o local de trabalho
() Pela qualidade de infra-estrutura e equipamentos urbanos
() Outro. Qual? _____
- 9- Quais os principais problemas existentes na cidade onde você mora?
() Má qualidade/escassez de transporte público
() Má qualidade/ escassez de equipamentos comunitários (de lazer, escolas, hospitais)
() Má qualidade/falta de infra-estrutura urbana (asfalto, rede de esgoto, sistema de abastecimento de água etc)
() Nenhum
() Outro. Qual? _____
- 10- Tipo de moradia atual:
() Alugada () Casa própria () Outro. Qual? _____
- 11- Escolaridade:
() Analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo () Ensino superior
- 12- Há quanto tempo trabalha na construção civil? _____
- 13- Por que decidiu trabalhar na construção civil?

- 14- Ocupação anterior:
() Rural
() Comércio
() Transporte
() Setor público
() Indústria. Qual tipo? _____
() Construções de pequeno porte
() Sempre trabalhou na construção civil
() Estudante

- () Outro. Qual? _____
- 15- Forma de contrato de trabalho atual:
() Sem carteira assinada () Com carteira assinada
- 16- Possui vínculo com a construtora?
- 17- () Sim () Não: Terceirizado
- 18- Qual o nome da empresa em que trabalha atualmente? _____
- 19- Há quanto tempo trabalha para esta construtora/empresa? _____
- 20- Qual a sua função? _____
- 21- Quantas horas trabalha por dia? _____
- 22- Quanto tempo tem de almoço? _____
- 23- Quais os principais problemas nas condições de trabalho? (Citar até 03 respostas)
- () Excesso de horas de trabalho
- () Ritmo de trabalho muito acelerado e intenso
- () Riscos de acidentes
- () Falta de equipamentos de segurança
- () Baixo salário
- () Outro. Qual? _____
- () Nenhum problema.
- 24- A empresa realiza treinamentos e cursos de capacitação para o exercício das atividades no canteiro de obras? () Não () Sim.
- 25- A empresa oferece Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) para a realização do trabalho? () Não () Sim
- 26- Qual o seu salário mensal? _____
- 27- Existem outras pessoas que dependem do seu salário?
() Não () Sim. Quantas? _____
- 28- A empresa oferece?
- () vale-transporte/ônibus próprio () vale-refeição/refeição
- () Assistência médica/dentária
- 29- Quais são os principais gastos mensais em que você aplica o seu salário?
(Enumerar por grau de prioridades de 1 a 7)
- () Alimentação
- () Aluguel
- () Contas de água e luz
- () Saúde
- () Lazer
- () Educação
- () Transporte
- 30- Você é afiliado ao Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do DF?
() Sim. Por quê?
-
- () Não. Por quê? _____
-
- 31- Você participar das reuniões do Sindicato?
() Sim
() Não. Por quê?
() Falta de tempo

Não traz resultados

Não tem interesse

Outros. Quais? _____

32- Qual o principal meio de transporte para ir e voltar do trabalho? _____

A pé

Bicicleta

Transporte particular

Transporte coletivo

Transporte da empresa

33- Quanto tempo você leva para ir e voltar do trabalho (diariamente)? _____

Anexo 3 – Convenção Coletiva de Trabalho da Construção Civil – 2009/2011**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2009/2011**

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000191/2009
DATA DE REGISTRO NO MTE: 18/06/2009
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR020876/2009
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.005730/2009-38
DATA DO PROTOCOLO: 15/06/2009

SIND DOS TRAB NAS IND DA CONSTR E DO MOB DE BRASILIA, CNPJ n. 00.033.357/0001-76, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDGARD DE PAULA VIANA, CPF n. 008.378.221-49;

E

SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF, CNPJ n. 00.031.716/0001-56, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ELSON RIBEIRO E POVOA, CPF n. 057.388.571-00;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2009 a 30 de abril de 2011 e a data-base da categoria em 1º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **nas indústrias de construções, edificações, reformas e manutenção ou cedentes de mão-de-obra, sob qualquer forma, observadas as condições estabelecidas pela legislação em vigor, com abrangência territorial em DF.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os empregadores praticarão os seguintes pisos salariais, cujos valores são independentes do percentual estabelecido no “caput” da cláusula 4ª.

CATEGORIA	SALARIO (R\$)	
	HORA	MENSAL (220 horas)
Servente / Ajudante	2,28	501,60
Guardião de Obra	2,28	501,60
Meio-Oficial	2,56	563,20
Oficial	3,54	778,80

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em 1º de maio de 2009, os salários da categoria, à exceção daqueles enquadrados nos pisos salariais, serão reajustados em 6,50% (seis vírgula cinquenta por cento) sobre os salários de maio de 2008, compensando-se eventuais antecipações espontâneas concedidas no período.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os empregados admitidos no período de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2009, o reajuste pactuado será aplicado observando-se o critério “pró-rata” relativamente ao período entre a data de admissão do empregado

e a data base da categoria.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Os empregadores efetuarão mensalmente o pagamento do mês trabalhado até o dia 5 do mês subsequente.

PARÁGRAFO 1º - Os empregadores, a seu critério, poderão efetuar adiantamento de salário durante o mês, compensável no pagamento do salário correspondente ou de verbas rescisórias, conforme o caso.

PARÁGRAFO 2º - Os pagamentos, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado, serão efetuados imediatamente após o encerramento da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO 3º - Os pagamentos de que tratam o “caput” desta cláusula e o parágrafo primeiro serão efetuados na sexta-feira imediatamente anterior quando coincidirem nos sábados e, na segunda-feira imediatamente posterior, quando coincidirem nos domingos.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - FORNECIMENTO DE CONTRA-CHEQUE E DESCONTOS SALARIAIS

Os empregadores fornecerão mensalmente a seus empregados contracheque ou documento hábil semelhante, constando, obrigatoriamente, a remuneração especificada, incluindo horas extras, se houver, e descontos efetuados.

PARÁGRAFO 1º - A execução de trabalhos dentro da base territorial do Sindicato Laboral, que não implique em mudança de domicílio do empregado, não acarreta transferência do empregado para efeito do art. 469, § 3º, da CLT.

PARÁGRAFO 2º - Será permitido ao empregador, quando expressamente autorizado pelo empregado, o desconto direto em folha de pagamento, quando

oferecida contraprestação de seguro de vida em grupo, farmácia, plano médico-odontológico, convênios diversos, com participação total ou parcial do empregado nos custos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO DO EMPREGADO DEVIDO AOS DANOS PRATICADOS

O desconto na remuneração do empregado, para cobrir eventuais danos por ele praticados, somente poderá ocorrer quando devidamente comprovada a culpa ou dolo.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA OITAVA - HORA-EXTRA

A hora extra será remunerada com adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, exceto quando realizada no dia do repouso semanal, que será remunerada com adicional de 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO - As horas extras serão registradas no mesmo cartão de ponto que acolher o registro do horário normal.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O empregado fará jus a um adicional por tempo de serviço na mesma empresa à

razão de 5% (cinco por cento) a cada triênio completado, aplicados cumulativamente até o limite de 15% (quinze por cento), correspondente ao terceiro triênio, ficando assegurados os direitos adquiridos.

PARÁGRAFO 1º - O adicional não é parcela integrante do salário, devendo ser pago juntamente com o mesmo, de forma destacada, constando o seu registro no documento de pagamento e na CTPS.

PARÁGRAFO 2º - A interrupção do contrato de trabalho por período igual ou superior a 3 (três) meses ensejará reinício da contagem dos triênios.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA - ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão alimentação gratuita ao empregado que trabalharem sobrejornada diária superior a duas horas.

PARÁGRAFO 1º - A alimentação fornecida pelos empregadores na forma prevista nesta cláusula não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

PARÁGRAFO 2º - Recomenda-se aos empregadores a adesão ao PAT - Programa de Alimentação ao Trabalhador, propondo-se os sindicatos convenientes a promoverem a divulgação das normas, procedimentos e benefícios da adesão.

PARÁGRAFO 3º - Os empregadores fornecerão refeição aos empregados, no valor referencial do “**marmitex com talher**” do SESI, em uma das seguintes formas: tíquete alimentação/ refeição, cesta básica, “marmitex” ou cantina na obra, podendo cobrar, como valor máximo de ressarcimento, o percentual de 15% (quinze por cento) por refeição.

PARÁGRAFO 4º - Recomenda-se ao empregador que já estiver praticando desconto inferior ao máximo estipulado, que mantenha sua política de subsídio nos canteiros onde, atualmente, haja fornecimento de refeição.

PARÁGRAFO 5º - A alimentação fornecida pelos empregadores, sob quaisquer formas, não integrará o salário do empregado para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO DE CAFÉ-DA-

MANHÃ

Os empregadores fornecerão a todos os seus empregados gratuitamente, café com leite, pão e manteiga, antes do início da jornada de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nos canteiros de obra com efetivo igual ou inferior a 50 (cinquenta) empregados e para todo o setor administrativo, fica facultado ao empregador o não fornecimento do próprio café da manhã, ressarcindo o empregado no valor unitário de R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) por dia trabalhado.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSPORTE/VALE-TRANSPORTE

Os empregadores fornecerão transporte gratuito para os seus empregados, por meios próprios ou mediante vale-transporte, entre os locais de residência e trabalho, e vice-versa, independentemente de requerimento do empregado, desde que se comprove a necessidade por meio de documento hábil.

PARÁGRAFO 1º - No trajeto residência/trabalho e vice-versa, quando o deslocamento for superior a 2.900 metros, o empregado fará jus ao vale-transporte. Da mesma forma, na hipótese de o local de prestação dos serviços estar distante mais de 2.900 metros do ponto de embarque/desembarque, fará jus o empregado ao segundo vale-transporte.

PARÁGRAFO 2º - Em caso de mudança de endereço do empregado que justifique a concessão do vale-transporte, caberá a ele a responsabilidade pela comunicação ao empregador, por escrito e mediante recibo, de tal mudança, sob pena, de não o fazendo, perder o direito de reclamar o benefício.

PARÁGRAFO 3º - Fica convalidado e ratificado o 1º Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 98/99, firmado em 4/11/98, consubstanciando as definições seguintes: a) poderão os empregadores, com anuência expressa dos empregados, e com respaldo na decisão TST-AA-366.360/97.4 – Ac SDC de 1º/06/98, conceder o valor equivalente ao vale-transporte, mediante antecipação em dinheiro, até o quinto dia útil de cada mês; b) a antecipação do valor equivalente ao vale-transporte não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração para qualquer efeito, inclusive não constituindo base de incidência de contribuição previdenciária ou FGTS.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPOS

As empresas farão, em favor dos seus empregados, independentemente da forma de contratação, um Seguro de Vida e Acidentes Pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas:

I – R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) em caso de Morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido;

II – Até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), em caso de invalidez Permanente (Total ou Parcial) do empregado (a), causada por acidente, independentemente do local do ocorrido, atestado por médico devidamente qualificado, discriminando detalhadamente, no laudo médico, as seqüelas definitivas, mencionando o grau ou percentagem, respectivamente da invalidez deixada pelo acidente;

III - Até R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), em caso de Doença Profissional do empregado(a) será pago até 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE POR QUALQUER CAUSA, limitado ao Capital Segurado mínimo exigido pela Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria mediante solicitação do segurado ou de seu representante legal/empresa em formulário próprio obedecendo o seguinte critério de pagamento.

PARÁGRAFO 1º - Será antecipado, ao próprio Empregado ou a seu representante legal, devidamente qualificado, 50% (cinquenta por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura MORTE POR QUALQUER CAUSA, nos casos em que o Empregado for “Aposentado temporariamente por Invalidez” pelo órgão responsável (INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social), cuja aposentadoria seja ocasionada e caracterizada como doença profissional que o impeça de desempenhar suas funções, e a data do início da moléstia/Aposentadoria e de seu diagnóstico, seja posterior a data da inclusão na apólice.

PARÁGRAFO 2º - Ocorrendo a caracterização da INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE e de caráter irreversível em consequência de doença profissional, e desde que devidamente reconhecida e comprovada pelo órgão responsável (INSS), será pago ao próprio Empregado Segurado ou a seu representante legal, devidamente qualificado, o complemento de 50% (cinquenta por cento) do Capital Básico Segurado, não cabendo nenhuma outra indenização futura ao mesmo Empregado mesmo que este empregado venha desempenhar outras funções na empresa ou em qualquer outra empresa no País ou Exterior.

PARÁGRAFO 3º - Caso o segurado ainda não tenha recebido 100% (cem por cento) da indenização por Pagamento Antecipado e/ou Integralizado por Doença Profissional (PAID), se recupere da doença profissional e volte a exercer atividade remunerada e desde que seu retorno à empresa ocorra dentro de cinco anos após a sua aposentadoria temporária por doença profissional, todas as demais coberturas do seguro, inclusive de seus dependentes, se houver, permanecerão em vigor, desde que os prêmios continuem sendo recolhidos pelo Sub-Estipulante.

PARÁGRAFO 4º - Ocorrendo a MORTE POR QUALQUER CAUSA ou a INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE, será deduzido da indenização o valor do adiantamento aqui referido, ficando excluída do seguro, automaticamente, o benefício “PAID” – PAGAMENTO ANTECIPADO E/OU INTEGRALIZADO POR DOENÇAS PROFISSIONAIS, sem qualquer direito a outras indenizações por conta de Doenças Profissionais.

PARÁGRAFO 5º - Caso o Empregado já tenha recebido indenizações contempladas pelo Benefício PAID ou outro semelhante, em outra seguradora, fica o mesmo Empregado sujeito às condições desta cláusula, sem direito a qualquer indenização.

PARÁGRAFO 6º - Caso ocorra a MORTE POR QUALQUER CAUSA do Empregado durante a vigência do seguro no período de sua “Aposentadoria” temporária por Doença Profissional aqui contemplada pelo Benefício “PAID”, desde que limitado a cinco anos após a sua aposentadoria temporária por doença profissional, e ainda em processo de avaliação do órgão competente (INSS) será pago ao(s) Beneficiário(s) do seguro a indenização devida deduzindo-se o valor do adiantamento aqui referido e desde que a empresa indique o mesmo Empregado em relação específica e continue pagando o prêmio mensal regularmente. Após cinco anos da aposentadoria temporária, fica facultado à empresa optar pela permanência ou a exclusão do seguro do empregado aposentado temporariamente por doença profissional, cessando no caso de exclusão, o pagamento do prêmio mensal do respectivo seguro.

PARÁGRAFO 7º - O Benefício de que trata esta cláusula somente poderá ser contratado em apólice de Seguro de Vida em Grupo que não contemple a cobertura de IPD - Invalidez Permanente Total por Doença.

IV- R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), em caso de Morte do Cônjuge do empregado(a) por qualquer causa;

V - R\$ 1250,00 (Hum mil duzentos e cinquenta reais), em caso de morte por qualquer causa de cada filho de até 21 (vinte e um) anos limitado a 04 (quatro);

VI- R\$ 1250,00 (Hum mil duzentos e cinquenta reais), em favor do empregado quando ocorrer o nascimento de filho (a) portador de Invalidez causada por Doença Congênita, o(a) qual não poderá exercer qualquer atividade remunerada, e que seja caracterizada por atestado médico até o sexto mês após o dia do seu nascimento;

VII – Ocorrendo a morte do empregado (a) por qualquer causa, independentemente do local ocorrido, os beneficiários do seguro deverão receber 50 Kg de alimentos;

VIII – Ocorrendo a morte do empregado (a) por acidente no exercício de sua profissão, a apólice de Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar uma cobertura para os gastos com a realização do sepultamento do mesmo, no valor de até R\$ 2160,00 (Dois mil cento e sessenta reais);

IX – Ocorrendo a morte do empregado (a) por qualquer causa, a empresa ou empregador receberá uma indenização de até 10% (dez por cento) do capital básico vigente a título de reembolso das despesas efetivadas para o acerto rescisório trabalhista devidamente comprovado;

PARÁGRAFO 8º - As indenizações independentemente da cobertura, deverão ser processadas e pagas aos beneficiários do seguro, no prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas após a entrega da documentação completa exigida pela Seguradora.

PARÁGRAFO 9º - Os valores das coberturas mínimas ajustadas nesta cláusula, com valores base janeiro/2006 sofrerão, anualmente atualizações pela variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

PARÁGRAFO 10º - A partir do valor mínimo estipulado e das demais condições constantes do “caput” desta Cláusula, ficam as empresas livres para pactuarem com os seus empregados outros valores, critérios e condições do seguro, bem como a existência ou não de subsídios por parte da empresa e a efetivação ou não de desconto no salário do empregado(a), o qual deverá, se for o caso, incidir apenas na parcela que exceder ao limite acima.

PARÁGRAFO 11 - Aplica-se o disposto na presente Cláusula a todas as empresas e empregadores, inclusive os empregados(as) em regime de trabalho temporário, autônomos (as) e estagiários(as) devidamente comprovado o seu vínculo.

PARÁGRAFO 12 - As coberturas e as indenizações por morte e/ou invalidez, previstas nos incisos I e II, do caput desta cláusula não serão cumuláveis, sendo que o pagamento de uma exclui a outra.

PARÁGRAFO 13 - As empresas e/ou empregadores não serão responsabilizadas, sob qualquer forma, solidária ou subsidiariamente, na eventualidade da Seguradora contratada não cumprir com as condições mínimas aqui estabelecidas, salvo quando houver prova de culpa ou dolo.

PARÁGRAFO 14 - A presente cláusula não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços.

PARÁGRAFO 15 - Sem qualquer prejuízo para a empresa na decisão da escolha da seguradora, a qual deverá garantir todas as exigências mínimas desta norma coletiva recomendamos a adesão à apólice nacional CBIC/Pasi.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECOMENDAÇÕES SOBRE SEGURO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Sindicato Patronal recomenda aos empregadores que as contratações de seguros e de previdência privada sejam feitas sempre através de agentes conveniados ou

chancelados pelo SINDUSCON-DF.

Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA APOSENTADORIA

O empregador concederá um abono ao empregado que se aposentar, equivalente a 2 (dois) salários mínimos, desde que conte com ao menos um ano de serviço na empresa.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

O contrato de experiência obedecerá às disposições contidas na CLT, em especial o artigo 451 e o parágrafo único do artigo 445.

PARÁGRAFO 1º - O contrato de experiência celebrado com empregado readmitido na mesma função e na mesma empresa passa a ter o caráter de contrato por prazo indeterminado desde que a readmissão se dê nos três meses subseqüentes à rescisão anterior, cabendo ao empregado, neste caso, apresentar o comprovante de já ter sido empregado anteriormente, mediante recibo. O empregado readmitido após três meses da rescisão anterior, na mesma função e na mesma empresa, estará sujeito a contrato de experiência.

PARÁGRAFO 2º - Ficam assegurados ao empregado dispensado sem justa causa, quando recrutado pela empresa fora da base territorial dos sindicatos convenientes para a execução de obra no Distrito Federal, além do acréscimo salarial previsto em lei, a alimentação e o pagamento da passagem de retorno e das despesas de mudança, pelos meios usuais, para o local de recrutamento do empregado, estabelecendo-se como data limite para o cumprimento dessas obrigações, o

segundo dia útil após a dispensa do empregado, sendo que, neste interstício, o empregador arcará ainda com a alimentação e alojamento do empregado.

PARÁGRAFO 3º - Quando as empresas mantiverem empregados recrutados fora da base territorial dos sindicatos convenientes para a execução de obra no Distrito Federal, caso estes venham a contrair enfermidade ou sofrer acidente no local da obra, as empresas obrigam-se a lhes prestar assistência médico-hospitalar compatível com a doença ou acidente, arcando com as despesas de transporte, alimentação e medicamentos até o momento da remoção para a casa de saúde contratada, conveniada ou reconhecida pelo INSS.

PARÁGRAFO 4º - Ao contratarem subempreiteiras, as empresas obrigam-se ao cumprimento das normas desta Convenção Coletiva de Trabalho e do disposto no artigo 455 e parágrafo único da CLT, especialmente no que se refere ao contrato de trabalho e às normas de segurança e saúde no trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE RECIBOS DE DOCUMENTOS ENTREGUES

Os empregadores fornecerão recibo dos documentos entregues por seus empregados, para quaisquer finalidades, discriminando o documento, a data de recebimento e a data de devolução.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

Todo empregador é obrigado a submeter à assistência do Sindicato Laboral as rescisões de contrato de trabalho quando de sua iniciativa, incluindo aquelas com alegação de justa causa, independentemente do tempo de serviço, dentro do prazo legal, após a cessação da prestação do trabalho. A assistência será feita mediante a exibição do FGTS, salvo motivo de força maior comprovada.

PARÁGRAFO 1º - A rescisão de que trata esta cláusula só será válida se submetida à assistência do Sindicato da categoria laboral, ficando quitadas as parcelas ali discriminadas, de acordo com o Enunciado n.º 330 do TST, estando o agente

homologador sempre obrigado a fornecer ao empregador, quando presente, o atestado de comparecimento, independente de sua concordância quanto às verbas rescisórias.

PARÁGRAFO 2º - Nas rescisões de contrato de trabalho os pagamentos serão efetuados em moeda corrente, cheque, ou depósito bancário no horário das 8h30 às 17h00 horas.

PARÁGRAFO 3º - O empregador fornecerá ao demissionário declaração de rendimentos para efeito de Imposto de Renda; Atestado de Afastamento e Salário – AAS e carta de referência, esta última sendo devida desde que não haja nada que o desabone.

PARÁGRAFO 4º - Nas rescisões de contrato de trabalho em que os pagamentos forem efetuados até às 14h30 (liberalidade do Sindicato Laboral), com cheque de banco sacado estabelecido fora do Plano Piloto, os empregadores fornecerão ao empregado demissionário um vale-transporte, no ato da homologação da rescisão.

PARÁGRAFO 5º - O Sindicato Patronal poderá indicar preposto para acompanhar as homologações das rescisões a que se refere esta cláusula, com objetivo de orientar o representante do empregador no ato homologatório.

PARÁGRAFO 6º - O empregador comunicará ao empregado, por escrito, o dia, hora e local para efetuar a homologação da Rescisão do Contrato de Trabalho. Cumprida essa formalidade, caso o empregado não compareça ou se negue a receber a rescisão, o empregador ficará isento de penalidades previstas na Lei n.º 7.855/89 e parágrafo 8.º do artigo 477 da CLT, ficando o Sindicato Laboral com incumbência de fornecer atestado comprobatório da presença do empregador ou da negativa do empregado.

PARÁGRAFO 7º - As diferenças apuradas na rescisão do contrato de trabalho serão pagas ou contestadas em até 10 (dez) dias após a homologação ou conhecimento do fato gerador de tais diferenças, sob pena da multa de um salário mínimo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PROVA “JÚRIS TANTUM”

É assegurado aos empregadores apresentarem como prova "júris tantum" perante a Justiça do Trabalho, cópia de Inquérito Policial ou Boletim de Ocorrência passado por autoridade policial, em fatos determinantes da dispensa por justa causa.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO AVISO PRÉVIO

Os empregados estarão desobrigados do cumprimento do aviso prévio apenas nos casos em que os empregadores mencionem tal liberalidade no próprio documento de aviso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Sempre que no curso do Aviso Prévio por iniciativa do empregador, o trabalhador comprovar a obtenção de um novo emprego, terá o empregador que dispensá-lo do cumprimento do restante do aviso, desobrigando-se do pagamento dos dias faltantes para seu término. O empregador efetuará, nesse caso, o pagamento das verbas rescisórias até o primeiro dia útil imediato ao aviso original, sendo indispensável, para tanto, que o empregado declare, de próprio punho, a obtenção de novo emprego, não mais podendo questionar o aviso do qual foi dispensado cumprir.

Mão-de-Obra Temporária/Terceirização

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO TRABALHO POR TAREFA

O trabalho por tarefa deverá ser ajustado por escrito entre as partes.

Contrato a Tempo Parcial

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES NO REGIME DE TRABALHO

Ficam ratificadas e convalidadas as avenças estabelecidas no 2º Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 1997/1998, firmado em 31 de março de 1998, relativamente ao Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO DE SUBEMPREENHEIROS

As empresas em suas atividades produtivas, utilizar-se-á de mão-de-obra própria, de empreiteiros e subempreiteiros, desde que regularmente constituídos ou inscritos nos órgãos competentes respondendo solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, inclusive no que tange ao cumprimento da presente Convenção Coletiva.

PARÁGRAFO 1º - Aplica-se aos empregados das empresas empreiteiras, subempreiteiras, as Normas Coletivas pactuadas nesta Convenção Coletiva, inclusive no que concerne às obrigações de desconto e recolhimento das contribuições sindical, taxa de convenção coletiva e mensalidade associativa.

PARÁGRAFO 2º - As Empresas ao contratarem empreiteiros e subempreiteiros, enviarão ao Sindicato Laboral a relação dos empreiteiros e subempreiteiros constando Razão Social, CNPJ, Endereço e Telefone para contatos.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL AO AVISO PRÉVIO

O reajuste salarial previsto na cláusula 4ª, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado, mesmo que tenha recebido antecipadamente a indenização correspondente ao período do aviso, que integra o seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE DEMISSÃO

Os empregadores são obrigados a utilizar impressos na cor "rosa" para Pedido de Demissão do empregado não alfabetizado, feito ao empregador, proibida a utilização

de qualquer impresso nessa cor por ocasião da admissão do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A partir desta data os empregadores não colocarão etiquetas gomadas nas páginas do Contrato de Trabalho, ficando determinado à proibição de tal procedimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EXAME MÉDICO DEMISSIONAL

O exame médico demissional será dispensado para fins de homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado a menos de 270 (duzentos e setenta) dias, para as empresas de grau de risco 1e 2, ou menos de 180 (cento e oitenta) dias, para as empresas de grau de risco 3 e 4, do Quadro I da NR-4, conforme disposições da NR-7 e da Portaria nº08, de 08/05/96, da SSST/MTb.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constituirão exceção os casos do trabalhador que permanecer mais de 15 (quinze) dias afastado do trabalho por motivo de doença e do trabalhador que manifestar doença profissional ou ocupacional, devidamente comprovada por atestação médica do SECONCI-DF ou do SESI-DF, dentro do período mencionado no *caput* desta cláusula.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADO DE GRAVIDEZ

Para fins de proteção à maternidade, a prova de encontrar-se a mulher em estado de gravidez poderá ser feita mediante Atestado Médico expedido pelo SECONCI/DF ou por Instituição Oficial, ficando, de qualquer forma, a empregada obrigada a exhibir ao empregador o atestado até a data do afastamento previsto no Artigo 392, da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

À empregada gestante fica assegurada estabilidade provisória a partir do início da gravidez até 60 (sessenta) dias após o auxílio previdenciário, desde que o empregador tenha sido notificado mediante atestado médico conforme cláusula 17ª, bem como, fica assegurado o direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROIBIÇÃO DE TRANSPORTE VIA CAMINHÃO

É proibido o transporte de operários em caminhão nas linhas que tiverem transporte regular de ônibus, com exceção para o transporte de operários das equipes móveis de produção e de manutenção.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA JORNADA DE TRABALHO

A atividade laboral totalizará 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com jornada de 9 (nove) horas diárias nos dias de 2ª, 3ª, 4ª e 5ª feira e de 8 (oito) horas na 6ª feira, sendo o sábado compensado pela hora adicional diária trabalhada nos primeiros 4 (quatro) dias da semana.

PARÁGRAFO 1º - De 2ª a 5ª feira, em razão da hora adicional trabalhada além da oitava, a jornada diária extra não poderá exceder a 1 hora, sendo que às sextas-feiras tal excesso não poderá ultrapassar a 2 horas, limitando assim a jornada diária a 10 horas de labor.

PARÁGRAFO 2º - Deverá ser observada 1 (uma) hora de intervalo no período entre 11h00 e 13h00, nos termos do artigo 71 da CLT.

PARÁGRAFO 3º - O repouso semanal remunerado será aos domingos, equivalendo a uma jornada diária de 8 (oito) horas.

PARÁGRAFO 4º - Caso o sábado seja feriado, as quatro horas destinadas à compensação serão pagas como horas normais.

PARÁGRAFO 5º - Coincidindo o feriado com um dos quatro primeiros dias da semana (2ª a 5ª feira) não haverá reposição da hora correspondente à compensação do sábado.

PARÁGRAFO 6º - A comprovação da jornada de trabalho poderá ser feita mediante relógio de ponto ou por anotação manual em cartão de ponto, desde que devidamente vistado pelo empregado.

PARÁGRAFO 7º - Serão caracterizados como feriados apenas os dias discriminados em lei, decreto ou portaria, observada a competência legal de emissão dos referidos atos.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA REDUÇÃO DE JORNADA

Desde 1º/5/2002, prevalece o regime de trabalho de 220 horas mensais.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO BANCO DE HORAS

Fica instituído, para os empregados contratados por prazo indeterminado, o regime de compensação de horas trabalhadas (Banco de Horas), em conformidade com o que dispõe o artigo 6º da Lei n.º 9.601, de 21/1/98, o Decreto n.º 2.490, de 4/2/98 e

a Portaria do Ministério do Trabalho n.º 207, de 31/3/98.

PARÁGRAFO 1º - No fechamento da folha de pagamento, as horas trabalhadas de 2ª à 6ª, eventualmente excedentes à jornada regular de 44 horas semanais, ou a 190 horas trabalhadas no mês, poderão ser lançadas no Banco de Horas para fins de compensação, a proceder-se dentro do período máximo de 6 (seis) meses a partir do mês de início de lançamento.

PARÁGRAFO 2º - As horas eventualmente trabalhadas nos sábados, domingos e feriados, poderão igualmente ser compensadas, no prazo máximo de 6 (seis) meses referido ao parágrafo 1º, desde que devidamente registradas, estabelecendo-se que cada hora de sábado será equivalente a 1,5 hora e cada hora de domingo ou feriado, a 2 horas, para fins de compensação ou pagamento.

PARÁGRAFO 3º - O empregador informará mensalmente ao empregado, através de planilha de controle, o balanço da quantidade de horas junto ao banco, especificando os créditos ou débitos.

PARÁGRAFO 4º - O saldo do débito do empregado no Banco de Horas poderá ser acertado da seguinte forma:

- a) pela prorrogação da jornada de trabalho,
- b) pelo trabalho aos sábados,
- c) o acerto do débito de horas dar-se-á, normalmente, nos seis meses indicados no parágrafo 1º desta cláusula. No caso de rescisão contratual este acerto será antecipado para aquela oportunidade. Existindo débito, este poderá ser deduzido das verbas rescisórias, até o limite de 180 (cento e oitenta) horas.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO DESCANSO

Os empregados ficarão dispensados de anotar nos registros de frequência, e os empregadores de assinalar, o intervalo de 1 (uma) hora mencionado no parágrafo segundo da cláusula 29, ficando assegurado o repouso no intervalo mencionado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Assegurado o repouso, o empregado não poderá reivindicar, sob nenhuma hipótese, remuneração de serviço extraordinário nesse

intervalo.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO TEMPO E REPOUSO SEMANAL

Poderão ser descontados o tempo e o repouso semanal remunerado, se o empregado iniciar os preparativos para largar o serviço com mais de 10 (dez) minutos da hora prevista para o término da jornada, desde que seja cientificado dessa penalidade, antecipadamente, mediante aviso no local de trabalho.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONDIÇÕES DE TRABALHO SEM PREJUÍZO DE SALÁRIO

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário: a) até 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana; b) até 3 (três) dias consecutivos em caso de falecimento de pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica; c) até 5 (cinco) dias consecutivos em virtude de seu casamento; d) até 1 (um) dia para o recebimento de sua parcela do PIS, caso o empregador não tenha celebrado convênio com a finalidade de efetuar ele mesmo o pagamento; e) nos dias de provas e exames obrigatórios em estabelecimentos de ensino reconhecidos, desde que comprovada a realização dos trabalhos escolares, sendo tal concessão garantida exclusivamente aos estudantes cujas assiduidades sejam atestadas na forma da lei.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA ESPECIAL PARA GUARDIÃO DE OBRAS

Fica introduzida, no âmbito da categoria, especificamente para os exercentes da função de Guardiã de Obra, a jornada de trabalho de doze horas de labor por trinta e seis horas de descanso, a ser utilizada optativamente, a critério do empregador. Com a implementação da presente jornada (12 X 36 hs) não terá o Guardiã de Obra, que esteja nela enquadrado, direito, como horas extras, àquelas que ultrapassarem a oitava diária, até o limite de doze, pois haverá a compensação de tal excesso quando da ausência de labor nas trinta e seis horas subseqüentes, o mesmo ocorrendo quanto ao intervalo intrajornada. A introdução da jornada (12 X 36) indica como já remunerados, os domingos e feriados que venham a coincidir com a escala de revezamento, pois também compensado serão nas trinta e seis horas subseqüentes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FERIADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DO MOBILIÁRIO

O dia 19 (dezenove) de março é o dia consagrado a São José, padroeiro da categoria e do trabalhador da construção e do mobiliário na base territorial da categoria laboral.

PARÁGRAFO ÚNICO - O dia do Padroeiro da Construção Civil e do Mobiliário será comemorado na segunda-feira de Carnaval, sendo o dia remunerado como se fosse trabalhado.

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS FÉRIAS

A data do início do gozo de férias será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo o pagamento da remuneração das mesmas ser efetuado até 5 (cinco) dias antes do início do gozo.

PARÁGRAFO 1º - A data do início do gozo das férias só poderá ser marcada para dia útil.

Férias Coletivas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DAS FÉRIAS COLETIVAS

Os empregadores que concederem férias coletivas em período que compreender o dia de comemoração do Dia da Construção Civil, deverão conceder o dia de folga correspondente em outra data no mesmo ano-calendário.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Os empregadores fornecerão, sem ônus para os seus empregados, os equipamentos de proteção individual (EPI'S) de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - A desídia ou recusa por parte do empregado no uso de EPI's constituirão atitudes passíveis de advertência e, em caso de reincidência, enquadráveis nas alíneas e) ou h) do artigo 482 da CLT, ensejando, conseqüentemente, justa causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. Da mesma forma, caso o empregador não forneça tais equipamentos de proteção, poderá o empregado considerar grave a falta patronal e solicitar a rescisão indireta de seu contrato de trabalho.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME PARA O GUARDIÃO DE OBRA

Para o "Guardião de Obra" será fornecido uniforme completo caracterizando a função.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO USO DE CRACHÁS

Recomenda-se ao empregador fornecer "crachá" aos seus empregados, no modelo que preferir, para fins de identificação interna, no local do trabalho.

Periculosidade

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DA PERICULOSIDADE

As empresas enquadradas nos graus de risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR-04, com mais de 25 (vinte e cinco) até 50 (cinquenta) empregados, e aquelas enquadradas nos graus de risco 3 e 4, com mais de 10 (dez) até 20 (vinte) empregados, ficam desobrigadas de indicar médico coordenador, quando do cumprimento da NR-07, conforme disposições da Portaria n.º 08, de 08/05/96, da SSST/MTb.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA CIPA

O empregador informará aos sindicatos convenientes, com antecedência de 30 dias, a data, local e horário da eleição dos membros da Comissão Interna para Prevenção de Acidentes – CIPA, permitindo a presença de representante do Sindicato Laboral no evento, bem como o acesso à votação a todos os operários da área produtiva da empresa, em conformidade com as normas legais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Quando exigida a CIPA nos canteiros de obra, deverá ser requisitada, a critério do empregador, em casos de subcontratações, a presença de 1 (um) representante de cada subempreiteiro na Comissão, para participar das reuniões e inspeções realizadas, o qual se incumbirá de fazer cumprir, pelo subempreiteiro, as orientações e determinações decorrentes.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - LIVRE TRÂNSITO DO SECONCI-DF PARA SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS

Os empregadores, quando demandarem os serviços do Seconci/DF, concederão livre trânsito ao serviço odontológico móvel da entidade em seus locais de trabalho, fornecendo energia elétrica, água, instalações sanitárias e demais requisitos necessários ao bom atendimento, liberando, ainda, seus empregados para o tratamento, sem prejuízo de seus salários.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS PELO SECONCI-DF E SESI/DF

Os empregadores aceitarão como justificativa à falta ao serviço os atestados médicos e odontológicos expedidos pelo SECONCI/DF e SESI/DF, ainda que possuam serviço médico próprio, e desde que não sejam dados aos mesmos o efeito

retroativo.

PARÁGRAFO 1º - Quando o atestado tenha sido expedido pelo SECONCI/DF ou pelo SESI/DF, o empregador fica obrigado a pagar os dias correspondentes, desde que apresentado, sob pena de pagamento em dobro.

PARÁGRAFO 2º - Os atestados médicos e odontológicos garantirão o pagamento das horas que o empregado deveria trabalhar no período nele conferido, inclusive o atestado de comparecimento.

PARÁGRAFO 3º - Os atestados médicos e odontológicos, quando emitidos por profissionais particulares ou da rede pública, deverão passar, a critério do empregador, pela chancela do SECONCI-DF ou do SESI-DF, inclusive o atestado de comparecimento previsto no parágrafo anterior, ficando a cargo do empregador fornecer os meios para viabilizar a referida chancela, sem custo para o empregado ou desconto do tempo despendido para tal procedimento, desde que razoável.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ACIDENTE DE TRABALHO

Em caso de acidentes de trabalho que exigirem atendimento hospitalar, o empregador comunicará imediatamente à família do acidentado, fornecendo o nome, o endereço e dependência do hospital onde se encontra o empregado.

PARÁGRAFO 1º - Caso o acidentado não fique hospitalizado e não tenha condição de locomoção, o empregador fornecer-lhe-á condução até a sua residência.

PARÁGRAFO 2º - O empregador que não fornecer a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) aceitará o preenchimento da mesma pelo Sindicato Laboral, desde que comprovados o acidente e a negativa da empresa em efetuar a diligência.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO ACIDENTE DE TRABALHO COM MORTE

Os acidentes de trabalho com morte ou que ocasionem afastamento do trabalho, deverão ser comunicados ao Sindicato Laboral, mediante encaminhamento da cópia da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT, no mesmo prazo determinado para entrega na SRT-DF.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - COMISSÃO PARA APURAÇÃO DA CAUSA DE ACIDENTE – CAPA

Ocorrido acidente de trabalho com morte, o empregador deverá constituir uma Comissão para Apuração da Causa de Acidente - CAPA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a ocorrência, que se reunirá no local da obra onde ocorreu o acidente, e será composta pelo Responsável Técnico da Obra, pelo responsável do Serviço Especializado de Engenharia e Medicina do Trabalho da empresa ou pelo representante do Seconci-DF, pelo representante do Sindicato Patronal e pelo representante do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Comissão encaminhará cópia da ata da reunião à SRT/DF.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ACESSO ÀS EMPRESAS

Os empregadores permitirão o acesso de pessoas credenciadas pelo Sindicato Laboral, em seus escritórios ou locais de trabalho, para procederem à sindicalização dos trabalhadores interessados, devendo o Sindicato Laboral comunicar a visita de seus prepostos ao empregador, com antecedência mínima de 03 (três) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO - O acesso ao canteiro de obra será permitido desde que acompanhado de representante da empresa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - BOLETINS INFORMATIVOS

Os empregadores permitirão a fixação de boletins e avisos do Sindicato Laboral em pontos convenientes, nos locais de trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FIXAÇÃO DA CCT NO TRÂNSITO DE EMPREGADOS NAS EMPRESAS

Entre os deveres das partes convenientes fica expressamente ajustado o de afixar a presente Convenção em todos os locais de trânsito obrigatório dos empregados, nos locais de trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO - As partes convenientes se comprometem ao fiel cumprimento de suas obrigações junto ao Seconci/DF

Representante Sindical

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DO DELEGADO SINDICAL

Ficam asseguradas ao empregado inscrito e/ou eleito para exercer função de delegado Sindical as prerrogativas do artigo 543, da CLT, a partir da notificação feita pelo representante legal do Sindicato Laboral, desde que essa entidade efetue a correspondente notificação ao empregador, com recibo de entrega, dentro do prazo de 24 horas conforme disposição do § 5º do referido artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso demitido nos 15 (quinze) primeiros dias após findada a estabilidade, o empregado afastado terá direito a 45 (quarenta e cinco) dias de aviso prévio, salvo na hipótese de dispensa por justa causa.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

Ao empregado indicado pelo Sindicato da Classe Laboral para participar de cursos, palestras, simpósios, encontros e congressos, com anuência do empregador, é garantida a interrupção do contrato de trabalho considerando-se o período de afastamento como serviço efetivo, sem quaisquer ônus para o empregador, comprometendo-se este lhe assegurar, quando do retorno, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o cargo, vantagens e funções em que se encontrava investido, desde que exiba qualquer documento hábil que comprove a sua participação no evento e não cometa falta grave (art. 482 da CLT).

PARÁGRAFO ÚNICO - O valor da remuneração do empregado, incluídos os encargos sociais, referentes ao período de afastamento, a ser pago pelo Sindicato Laboral, poderá ser efetuado diretamente ao empregado afastado ou reembolsado ao empregador, mediante documentação apropriada.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DAS GARANTIAS DOS DIRETORES DA ENTIDADE LABORAL

Os empregadores concederão aos diretores da Entidade Laboral não requisitados, em virtude da representação Sindical, bonificação de 10% (dez por cento) sobre os respectivos salários, sob forma de abono sem natureza salarial, não integráveis ao salário para qualquer efeito, inclusive sem constituir base para recolhimento de FGTS ou INSS.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DA TAXA DE CONVENÇÃO

Com fundamento na decisão da Assembléia Geral do Sindicato Laboral, realizada

em 01/03/2009, os empregadores descontarão dos seus empregados à importância equivalente a 4% (quatro por cento) do salário bruto do mês de junho de 2009, ou no primeiro mês subsequente, quando se tratar de empregado admitido após o mês de maio até abril de 2010, ficando estabelecido o prazo de 10 (dez) dias antes da efetivação do desconto, para o trabalhador manifestar individualmente a sua oposição. Para tanto o Sindicato Laboral manterá atendimento ao trabalhador de 2ª à 6ª feira de 08h às 17h fornecendo ao mesmo se assim desejar, declaração de Isenção de Desconto da Taxa de Convenção para que o mesmo apresente à Empresa .

PARÁGRAFO 1º - As quantias descontadas e recolhidas a favor do Sindicato Laboral, na forma desta cláusula, denominar-se-ão **TAXA DE CONVENÇÃO/ 2009**.

PARÁGRAFO 2º - Os empregadores efetuarão os recolhimentos devidos e serão efetuados em qualquer agência bancária até o vencimento, estabelecido como o 10º dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do desconto. Após essa data os recolhimentos só serão efetuados em agências da Caixa Econômica Federal, com incidência de correção monetária, multa de 10% (dez por cento) e juros de 2% (dois por cento) ao mês determinando-se que a falta de recolhimento será passível de cobrança judicial. A eventual ocorrência de desconto do operário e de não recolhimento do respectivo valor será caracterizada como crime de apropriação indébita, sujeitando-se o (s) responsável (eis) às cominações do artigo 168 do Código Penal.

PARÁGRAFO 3º - O aprendiz e o menor de 18 (dezoito) anos estão isentos dos descontos a que se refere esta cláusula.

PARÁGRAFO 4º - O desconto efetuado a favor do Sindicato Laboral constará na folha ou no envelope de pagamento, com a denominação de **TAXA DE CONVENÇÃO/ 2009**, e serão anotados na CTPS, a data do desconto, o valor e a sigla do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília - STICMB.

PARÁGRAFO 5º - Os boletos bancários para recolhimento da **TAXA DE CONVENÇÃO/ 2009**, poderão ser emitidos através do endereço eletrônico do STICMB: www.sticmb.org.br

PARÁGRAFO 6º - Os empregadores remeterão ao Sindicato Laboral no prazo de 10 dias da data do recolhimento, cópia do boleto acompanhada de relação nominal dos empregados ou cópia da folha de pagamento, da qual conste o desconto. Caso não tenham cumprido com essa exigência deverão ser comunicados por AR e terão

30 (trinta) dias para o atendimento. Não atendendo esse prazo ficarão sujeitos à pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento) e mora de 1% (um por cento) do piso do servente por cada empregado.

PARÁGRAFO 7º - Do total arrecadado da parcela de julho/2009, o Sindicato Laboral, repassará 5% (cinco por cento) ao Serviço Social do Distrito Federal – SECONCI-DF, até o dia 30/08/2009.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

É devida pelo empregador a Contribuição Confederativa Patronal em conformidade com condições estabelecidas em Assembléia Geral do Sindicato Patronal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - SOBRE ARTIGO 545 DA CLT

Os empregadores que não cumprirem o disposto no artigo 545 da CLT serão responsáveis pelos valores devidos, sem ônus para os empregados, e ainda sem prejuízo de sanção prevista no parágrafo único do referido artigo.

Procedimentos em Relação a Greves e Grevistas

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DA GREVE

Em caso de greve deverá ser mantido em atividade o mínimo de 30% (trinta por cento) do efetivo dos trabalhadores, com vistas à manutenção de atividades básicas do canteiro de obras.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Os Sindicatos convenientes ratificam a Convenção Coletiva de Trabalho e Aditivos que normatizam a Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, assim como seu Estatuto e alterações.

PARÁGRAFO 1º - Os empregadores e os empregados, prestigiando os princípios da celeridade e economia, se comprometem a encaminhar à Comissão de Conciliação Prévia, antes do ajuizamento de reclamação trabalhista, qualquer demanda decorrente do contrato de trabalho, desafogando o judiciário, agilizando o procedimento e desonerando as partes, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO 2º - Os sindicatos convenientes promoverão ações visando o fortalecimento da Comissão de Conciliação Prévia, conscientizando empregados e empregadores sobre os benefícios da conciliação perante a CCP.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DO CUMPRIMENTO DA CCT

É obrigação dos empregados, dos empregadores e das entidades convenientes cumprirem e fazer cumprir as normas aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO 1º - Às partes convenientes é assegurado o direito de efetuar convênios e ajustar acordos com entidades e organismos públicos e privados, visando ao cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho.

PARÁGRAFO 2º - Os empregadores se comprometem ao fiel cumprimento de suas obrigações sindicais, inclusive junto ao SECONCI-DF, competindo ao Sindicato Patronal o exercício do controle e da emissão de certidões comprobatórias de quitação dos referidos encargos.

PARÁGRAFO 3º - Os contratos de subempreitada deverão mencionar a obrigatoriedade de cumprimento desta Convenção, a qual deverá constituir parte integrante dos referidos contratos.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Aos infratores dos dispositivos desta Convenção serão aplicadas as seguintes multas: a) 20% (vinte por cento) ao ano sobre os triênios não pagos, acrescida de juros legais e da atualização monetária, e b) 6% (seis por cento) do piso do servente por empregado lesado, na infringência das demais cláusulas.

PARÁGRAFO 1º - Os valores das multas aplicadas aos empregadores, de acordo com a presente cláusula, reverterão em favor do empregado, salvo aqueles em que a infração não atingir diretamente o empregado, quando, então reverterão em favor do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO 2º - Os empregadores terão prazo de 5 (cinco) dias para efetuarem o pagamento de qualquer multa por infração de norma desta Convenção, sob pena de pagamento em dobro.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DA RENOVAÇÃO DA CCT

A presente Convenção pode ser alterada a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os acordos coletivos entre empresas e o Sindicato Laboral deverão ser celebrados necessariamente com a interveniência do Sindicato Patronal.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DO SERVIÇO SOCIAL – SECONCI-DF

Os empregadores que empreenderem construções, edificações, reformas ou quaisquer outros serviços na área de abrangência desta Convenção e que, pela sua atuação, se enquadrem no terceiro grupo do quadro a que se refere o artigo 577 da CLT, recolherão mensalmente, de forma compulsória, em favor do Seconci/DF, o equivalente a 1% (um por cento) do valor bruto dos salários e 13º salário, inclusive horas extras, constantes na respectiva folha de pagamento e/ou nas rescisões de contratos de trabalho. A cada recolhimento, as referidas empresas deverão enviar ao Seconci/DF cópia do resumo do CAGED correspondente à referida folha de pagamento, referente a todo o seu contingente de empregados na área administrativa e de produção, dentro da base territorial abrangida por esta Convenção.

PARÁGRAFO 1º - A importância apurada deverá ser recolhida ao banco indicado pelo Seconci/DF, até o 8º (oitavo) dia útil do mês seguinte a que se referir, mediante guia a ser fornecida pela entidade, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte, caso o vencimento ocorra em dia que não haja expediente bancário.

PARÁGRAFO 2º - Os recolhimentos deverão ser feitos por meio de boleto bancário, padrão FEBRABAN, relativos às rubricas de pagamento discriminadas no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO 3º - Os empregadores deverão encaminhar ao Seconci/DF até 31/07/2009 a relação de seus empregados constantes na folha de pagamento em 31/05/2009 para fins de cadastramento.

PARÁGRAFO 4º - O atraso de pagamento das parcelas implica em acréscimos monetários segundo a variação do IGP-M, ou outro índice oficial que o substitua na eventualidade de sua extinção, entre a data do vencimento e a do recolhimento; juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração; e multa moratória de 2% (dois por cento). Após 60 (sessenta) dias de atraso, a parcela será cobrada judicialmente, acrescida das despesas e honorários advocatícios, deliberados pelo judiciário, estabelecendo-se que, em caso de cobrança judicial, será adotado o IGP-M.

PARÁGRAFO 5º - As certidões negativas dos Sindicatos Patronal e Laboral só poderão ser emitidas aos empregadores quites com as obrigações decorrentes desta cláusula.

PARÁGRAFO 6º - O valor mínimo da contribuição mensal devida ao Seconci/DF será de 12,5% (doze vírgula cinco por cento) do piso salarial do servente, mesmo quando, pelo número de empregados, seja apurado valor inferior. As empresas que comprovadamente, pelo CAGED, não tenham empregados, ficam isentas de contribuição ao Seconci/DF.

PARÁGRAFO 7º - Em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, os trabalhadores da construção civil poderão usufruir dos serviços oferecidos pelo Seconci-DF, desde que respeitados a ordem cronológica, as preferências derivadas de urgência e lei, além de observadas as condições orçamentárias. Em face da “expertise” do Seconci/DF, as empresas que contribuírem com a sua missão social poderão celebrar com ele, contratos onerosos para a execução dos programas previstos nas Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego (PCMAT, PCMSO, PPRA), e terão complementarmente assistência e acompanhamento requeridos por cada programa durante o respectivo prazo de vigência contratual, bem como assessoramento em eventuais autuações da SRT/DF.

PARÁGRAFO 8º - O Seconci-DF terá a responsabilidade de manter-se atualizado com a legislação e acontecimentos relacionados à segurança no trabalho e saúde ocupacional de interesse do setor da construção, participando, em especial, das atividades da Comissão de Política e Relações Trabalhistas (CPRT), do Sinduscon-DF e do Comitê Permanente Regional (CPR/DF), comprometendo-se, inclusive, a ministrar na sede da entidade, atendendo a todas as empresas a ela associadas, cursos de treinamento admissional e periódico previstos no item 18.28, da NR-18, sempre que solicitados pelo empregador.

PARÁGRAFO 9º - As empresas quando da contratação de subempreiteiros, deverão encaminhar ao SECONCI/DF informações indicando o(s) tipo(s) de serviço(s), o nome da empresa subcontratada e demais elementos indispensáveis à sua identificação, como endereço predial, endereço eletrônico, CNPJ, telefone, fax e nome do titular, desvinculando assim o contratante aos efeitos da Cláusula 23 da Convenção.

PARÁGRAFO 10º - As dívidas referentes às empresas em débitos com o Seconci/DF por período igual ou superior a 3 (três) meses, serão encaminhadas à Comissão Intersindical de Conciliação Prévia da Construção Civil, com intuito de tentar evitar uma possível ação judicial de cobrança. O Seconci-DF se compromete a efetuar o pagamento dos valores correspondentes a 50% da contribuição referida no item I, da cláusula décima primeira da Convenção Coletiva de Trabalho que rege a Comissão, a ser recolhida a cada conciliação agendada e, complementarmente, a parcela de 50% restante da referida contribuição, a cada conciliação efetivada.

PARÁGRAFO 11º - Os empregadores colaborarão com o Seconci/DF na redução do elevado índice de ausência dos operários às consultas, efetuando o desconto nos pagamentos de operários faltantes à razão de R\$ 10,00 (dez reais) por consulta médica ou odontológica agendada que não tenha sido desmarcada até às 15 horas do dia útil anterior, devendo o Seconci/DF comunicar ao empregador a ocorrência da falta e este recolher o valor descontado em boleto bancário específico, juntamente com a próxima mensalidade devida à Entidade.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DO CUMPRIMENTO DA CLT

As partes convenientes declaram a observância e o compromisso de cumprimento do Título VI - da CLT em todas as suas disposições.

EDGARD DE PAULA VIANA
Presidente
SIND DOS TRAB NAS IND DA CONSTR E DO MOB DE BRASILIA

ELSON RIBEIRO E POVOA
Presidente
SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL DO DF

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)